IV – ACÓRDÃO

ACO-UTR-507/2022

Processo - TC/005932/2022
Auditada - Secretaria Municipal de Educação
Objeto - Auditoria Programada – Função de Governo – Educação – Análise da execução orçamentária e do cumprimento de metas e de indicadores relativos ao ano de 2021

3.238ª Sessão Extraordinária

AUDITORIA PROGRAMADA. SME. EXERCÍCIO 2021. Avaliação da Função de Governo Educação. 1. Atendimento de em torno de 1 milhão de alunos, sendo 57,13% na Educação Infantil e 38,59% no Ensino Fundamental, com mais de 4 mil unidades escolares, sendo 37,3% da Rede Direta e 62,7% da Rede Parceira, contando com um quadro de pessoal de mais de 81 mil profissionais. 2. Empenhados para a Função Educação R$ 17,5 bilhões, dos quais foram liquidados R$ 13,7 bilhões, do total executado (liquidado), 48,1% foram aplicados em despesas com pessoal e encargos sociais, 51,5% em outras despesas correntes e 0,4% em investimentos. 3. Os programas de governo com maior aplicação de recursos foram Desenvolvimento e Manutenção da Educação, com R$ 11,6 bilhões liquidados, e Apoio ao Aluno, com R$ 1,4 bilhão liquidado. 4. Custo aluno/ano R$ 12.751/ano ao final de 2021 ou R$ 1.063/mês. 5. As avaliações de aprendizagens demonstram que os alunos da Rede Municipal ainda não apresentam nível adequado de aprendizado. 6. As provas aplicadas por meio de tablets apresentaram uma série de intercorrências e possíveis inconsistências, sendo que a participação dos alunos em alguns casos, ficou abaixo de 70%. 7. O nível de evasão escolar aumentou 0,04% para o ensino fundamental e 0,26% para o ensino médio. 8. A demanda não atendida na Educação Infantil tem caído desde 2015. Ao final de 2021 ainda restava uma demanda reprimida de 595 vagas para creche. 9. Crescimento da Rede Parceira 45,8 vezes maior do que o da Rede Direta entre 2015 e 2021. 10. Apesar da ampliação no número de crianças matriculadas em CEI parceira e no número de CEUs em funcionamento, houve redução no número de profissionais do magistério. 11. Evidente piora nas aprendizagens, demandando ações urgentes e direcionadas para a sua recomposição máxima possível de modo a garantir, da melhor forma viável e com as menores perdas, o direito desses alunos a um ensino de qualidade suficiente que os permita alcançar seus objetivos no futuro. CONHECIDA. RECOMENDAÇÕES. 1. Implemente ações no ensino municipal para possibilitar que as notas dos alunos no IDEP apresentem índices melhores nas provas. 2. Monitore o cumprimento da meta de inauguração de novos CEUs e unidades escolares previstos para o quadriênio de 2021-2024. 3. Monitore o cumprimento da programação de reformas previstas para os CEUs e unidades escolares. 4. Implemente ações no ensino municipal para possibilitar que o nível de alfabetização dos alunos da Rede Municipal de Ensino para o 2º ano apresente melhores resultados em 2022. 5. Reavalie o uso dos dados de alunos que utilizem Transporte Escolar Gratuito como parâmetro para o indicador de compatibilidade bairro/residência para que reflita o número real de crianças e adolescentes que não estudam próximo às suas residências. 6. Implemente ações no ensino municipal para possibilitar uma maior participação dos alunos nas provas aplicadas pela SME. 7. Implemente ações no ensino municipal a fim de que já em 2022 as disciplinas de Ciências Naturais e Matemática para todos os anos (2º ao 9º) e de Língua Portuguesa para os anos finais (6º ao 9º), tenham resultados superiores ao de 2021. DETERMINAÇÃO. 1. Aprimore o relatório elaborado pela Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias, já que não foi suficientemente informativo para a realização completa da análise da Função. Votação unânime.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, relativos à Função de Governo – Educação – exercício 2021, dos quais é Relator o Conselheiro MAURÍCIO FARIA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, considerando que a presente auditoria da Função Educação relativa ao exercício 2021 cumpriu a sua finalidade, em conhecer e registrar os resultados alcançados no processo examinado.

ACORDAM, ainda, à unanimidade, em acolher as propostas de recomendações da Auditoria, com alguns ajustes de redação:

7.1.1. Que a Secretaria Municipal de Educação (SME) implemente ações no ensino municipal para possibilitar que as notas dos alunos no IDEP, que tiveram uma queda em 2021 de 17,11% comparando com os resultados de 2019, apresentem índices melhores nas provas a serem realizadas em 2022, de forma a atender as metas 23 e 24 do Programa de Metas de Educação 2021-2024. **(itens 3.4.6.6, 3.4.6.12 e 3.5.2.10)**.

7.1.2. Que a SME monitore o cumprimento da meta de inauguração de novos CEUs e unidades escolares previstos para o quadriênio de 2021-2024, uma vez que em 2021 nenhuma unidade foi inaugurada. **(itens 3.4.6.18 e 3.4.6.21)**.

7.1.3. Que a SME monitore o cumprimento da programação de reformas previstas para os CEUs e unidades escolares (UE), pois somente 4,35% da meta para as reformas dos CEUs foi atendida e 4,22% da meta para as reformas das UEs foi cumprida em 2021. As reformas das demais unidades escolares e CEUs estão previstas para serem realizadas até 2024. **(itens 3.4.6.20 e 3.4.6.23)**.

7.1.4. Que a SME implemente ações no ensino municipal para possibilitar que o nível de alfabetização dos alunos da Rede Municipal de Ensino para o 2º ano apresente melhores resultados em 2022, uma vez que em 2021 apresentou o índice de 81,0%, registrando uma queda em comparação com os índices de 2018/2019, que ficaram em torno de 92,4%. **(item 3.5.2.5)**.

7.1.5. Que a SME reavalie o uso dos dados de alunos que utilizem Transporte Escolar Gratuito (TEG) como parâmetro para o indicador de compatibilidade bairro/residência para que o mesmo possa refletir o mais fielmente possível o número real de crianças e adolescentes que não estudam próximo às suas residências. **(item 3.5.2.9)**.

7.1.6. Que a SME implemente ações no ensino municipal para possibilitar uma maior participação dos alunos nas provas aplicadas pela SME, uma vez que a média de participação na Prova e Provinha SP do ano de 2021 foi de 76,21%, sendo que os piores índices foram dos 2º e 9º anos, que ficaram inferiores a

70% de participação, cabendo considerar que os alunos que se abstiveram de fazer as provas podem concentrar os mais vulneráveis e fragilizados para efeito de aprendizagem, o que interferiria nos resultados globais. **(item 3.5.2.10.i)**.

7.1.7. Que a SME implemente ações no ensino municipal a fim de que já em 2022 as disciplinas de Ciências Naturais e Matemática para todos os anos (2º ao 9º) e de Língua Portuguesa para os anos finais (6º ao 9º), tenham resultados superiores ao de 2021, pois os maiores percentuais de notas nestas disciplinas tiveram sua avaliação no nível "abaixo do básico". **(item 3.5.2.10.i)**.

ACORDAM, também, à unanimidade, em determinar que seja aprimorado o relatório elaborado pela Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias (SEPEP), já que não foi suficientemente informativo para a realização completa da análise da Função.

ACORDAM, afinal, à unanimidade, em determinar que dê ciência deste Acórdão aos interessados, nos termos regimentais.

Presente o Procurador-Chefe da Fazenda ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS.

Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 28 de setembro de 2022.

JOÃO ANTONIO – Presidente
MAURÍCIO FARIA – Relator
ELIO ESTEVES JUNIOR – Conselheiro Substituto Revisor
EDUARDO TUMA – Conselheiro
ROBERTO BRAGUIM – Conselheiro

/lsr

JULGAMENTO DA FUNÇÃO DE GOVERNO – EDUCAÇÃO – 2021

Processo:	**TC/005932/2022**
Interessada:	Secretaria Municipal de Educação (SME)
Objeto:	Função de Governo – Educação – Exercício 2021
Relator:	Conselheiro Maurício Faria

Sumário

I - RELATÓRIO DE AUDITORIA PROGRAMADA 2

II – RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO FARIA 79

III – ACÓRDÃO.....108

I – RELATÓRIO DE ANÁLISE DE FUNÇÃO DE GOVERNO – FUNÇÃO EDUCAÇÃO

Ordem de Serviço	e-TCM	Período de abrangência	Período da realização
2021/05990	005932/2022	Exercício de 2021	01.04.22 a 23.06.22

Secretaria responsável pela função de governo

Secretaria Municipal de Educação (SME).

Função de Governo

Educação.

Objetivo da análise

Destacar e enfatizar os resultados da função de governo e subsidiar a avaliação de risco na elaboração do Plano Anual de Fiscalização (PAF) e o exercício das competências constitucionais do TCMSP.

Equipe técnica

Gilson de Nobrega (Agente de Fiscalização)	RF 20.275
Leonardo André de Oliveira (Agente de Fiscalização)	RF 20.308
Marcio Yoshio Kawabata (Supervisor de Equipes de Fiscalização e Controle 3)	RF 20.103
Aline Berger Ceresino (Coordenadora Chefe de Fiscalização e Controle II)	RF 20.221

LISTA DE SIGLAS

CCI	Centro de Convivência Infantil
Ceci	Centro de Educação Cultural Indígena
CEI	Centro de Educação Infantil
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CEU	Centro Educacional Unificado
CF	Constituição Federal
CIEJA	Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos
CIPS	Centro Infantil de Proteção à Saúde
CMCT	Centro Municipal de Capacitação e Treinamento
COCEU	Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados
DRE	Diretoria Regional de Educação
DRE-BT	Diretoria Regional de Educação Butantã
DRE-CL	Diretoria Regional de Educação Campo Limpo
DRE-FB	Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia
DRE-G	Diretoria Regional de Educação Guaianases
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEBS	Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos
EMEE	Escola Municipal de Educação Especial
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEFM	Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil

EOL	Escola On line
FMDS	Fundo Municipal de Desenvolvimento Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEP	Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana
IN	Instrução Normativa
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal 9.394/96)
LF	Lei Federal
LM	Lei Municipal
LOA	Lei Orçamentária Anual
MOVA	Movimento de Alfabetização
NAAPA	Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAF	Plano Anual de Fiscalização
PAP	Projeto de Apoio e Aprendizagem
PME	Plano Municipal de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
RME	Rede Municipal de Ensino
RME-SP	Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo

SEI	Sistema eletrônico de informações
SEPEP	Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias
SERAp	Sistema Educacional de Registro de Aprendizagem
SME	Secretaria Municipal de Educação
TEG	Transporte Escolar Gratuito
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

Este trabalho foi realizado durante o período de 01.04.22 a 23.06.22, tendo como objeto a análise da execução orçamentária e do cumprimento de metas e indicadores relativos à função de governo educação no ano de 2021.

A competência do TCMSP decorre dos arts. 70 e 71 da CF e do art. 48 da Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOMSP) e o objetivo deste trabalho é destacar e enfatizar as análises da função de governo, dissociando-as da emissão do Parecer das Contas do Executivo, e subsidiar a avaliação de risco na elaboração do Plano Anual de Fiscalização (PAF) e, consequentemente, o exercício das competências constitucionais do TCMSP.

A análise do atingimento de metas estabelecidas fornece uma visão abrangente do desempenho da função de governo no Município de São Paulo. É dever do controle interno da Prefeitura do Município de São Paulo avaliar o adequado cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município, nos termos do art. 53, I, da LOMSP, devendo, ainda, o controle interno apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, nos termos do art. 53, IV, da LOMSP.

Foi realizada a correlação das políticas públicas no âmbito da função de governo com as metas estabelecidas na Agenda Municipal 2030, relacionadas aos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois o Município de São Paulo aderiu voluntariamente ao compromisso por meio da LM nº 16.817/18, de iniciativa do Legislativo, que adotou a Agenda 2030 como diretriz das políticas públicas em âmbito municipal.

As análises realizadas possibilitaram identificar que a rede municipal de ensino de São Paulo (RME-SP) atende em torno de 1 milhão de alunos em mais de 4 mil unidades escolares, contando com um quadro de pessoal de mais de 81 mil profissionais, abrangendo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Ensino Médio e Educação Profissional.

O orçamento para a função Educação, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, previu despesas no valor de R$ 13,8 bilhões em 2021. Esse valor foi atualizado para R$ 18,1 bilhões, sendo que foram empenhados R$ 17,5 bilhões e liquidados R$ 13,7 bilhões (99,1% da previsão do orçamento inicial).

A função de governo educação abrange diversas políticas públicas espalhadas pelos seus vários programas. Foram destacados para análise os programas 3010 (desenvolvimento e manutenção da educação) e 3025 (apoio ao aluno), pois são os programas com maior representatividade econômica no orçamento da educação (os dois programas representam 95,6% dos recursos liquidados na função educação), sem prejuízo da análise dos resultados obtidos nos diversos indicadores de desempenho existentes nos demais instrumentos de monitoramento, independentemente de quais sejam os programas de governo a eles relacionados.

O programa 3010 tem como objetivos principais:

a) garantir condições adequadas de funcionamento das unidades educacionais, contemplando desde o espaço físico, mobiliários, fortalecimento da gestão escolar, remuneração dos profissionais da educação e respeito às normas de acessibilidade e segurança, limpeza;

b) ampliar o acesso na primeira etapa da educação infantil (creche) priorizando o atendimento nas regiões com maior vulnerabilidade social do município e ampliar a jornada escolar para a permanência de alunos em tempo integral;

c) garantir o atendimento especializado, sempre que necessário, para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O objetivo do programa 3025 é proporcionar condições de acesso e permanência na Rede Municipal de Ensino a todos os estudantes, independente de classe social e local de moradia, por meio de programas de apoio ao aluno e às famílias, tais como alimentação escolar, leve leite, transporte escolar e fornecimento de material e uniforme escolar.

Houve aumento de recursos e elevação do número de alunos no período compreendido entre 2018 e 2021, o custo aluno/ano vem aumentando e sofreu uma elevação de 18,9%, culminando em R$ 12.751/ano ao final de 2021 ou R$ 1.063/mês.

Apesar do aumento dos valores gastos na função educação observado nos últimos anos, as avaliações de desempenho demonstraram que os alunos da rede municipal ainda não apresentam nível adequado de aprendizado.

Quanto aos programas de metas do quadriênio 2021-2024, a SME avançou no atendimento de várias iniciativas neste primeiro ano (2021), mas foi possível observar que há muitas que estão previstas para serem iniciadas em 2022 e algumas até em 2023. Um exemplo de iniciativa parcialmente realizada foi a 10.c que consiste em criar vagas em creche em resposta à demanda identificada, onde para o primeiro ano a SME informou que foram criadas 11.086 vagas, ou seja, 22,17% da meta para o quadriênio.

Dentre as iniciativas previstas para serem iniciadas entre 2022/2023 estão as que fazem parte da meta 11, de implantar protocolos integrados de atendimento a

primeira infância. Dentre as que serão iniciadas nos próximos anos, destacam-se as metas 25 (implantação de novos CEUs) e 26 (inauguração de 45 novas unidades escolares), com previsão de entrega de novas unidades e reformas de parte das existentes até o final de 2024.

Duas das metas são ligadas diretamente a avaliação dos estudantes da rede municipal, e os índices aferidos em 2021 demonstram que estas metas não foram atingidas. A meta 23 previa que fosse atingido o resultado de 5,7 no IDEP para os anos iniciais do Ensino Fundamental, e o resultado de 2021 ficou em 4,7; já a meta 24 previa que fosse atingido o resultado de 5,2 no IDEP para os anos finais do Ensino Fundamental, e o resultado de 2021 foi de 4,6.

Quanto aos indicadores para atendimento à LM nº 14.173/06 ficou evidenciado que houve uma queda em alguns índices em 2021, em comparação com os anos anteriores, como por exemplo, o nível de alfabetização na faixa etária para estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, e o desempenho apurado no sistema de avaliação de aproveitamento escolar dos alunos. Os resultados apresentados na Prova e Provinha SP indicam que além da necessidade de se buscar uma maior participação dos alunos (a média foi de 76,21% participação dos alunos em 2021), a Secretaria deve colocar seus esforços na melhoria da aprendizagem das crianças de forma a se obter melhoria das notas nas provas a serem realizadas em 2022, uma vez que as notas em 2021 foram inferiores aos resultados de 2019, ano que foram aplicadas as últimas provas para esse tipo de avaliação.

Ficou evidenciado que a queda em alguns dos indicadores são reflexos da pandemia COVID-19 que assolou nosso país, e impactou de forma aguda a educação entre os anos de 2020/2021, podendo ainda trazer reflexos para os próximos anos.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) [1] estabelece que a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A rede municipal de ensino de São Paulo (RME-SP) atende em torno de 1 milhão de alunos em mais de 4 mil unidades escolares, contando com um quadro de pessoal de mais de 81 mil profissionais, abrangendo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Ensino Médio e Educação Profissional.

A universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade da educação e a valorização dos profissionais da educação são algumas das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) [2].

A função educação deve ser exercida em consonância com a CF, com os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com as diretrizes do PNE (que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024), com as diretrizes, metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação de São Paulo 2015-2025, com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal pela Primeira Infância 2018-2030, com os objetivos e programas definidos no Plano Plurianual (PPA) 2018-2021[3], com o Programa de Metas da Prefeitura de SP 2021-2024 e com os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Currículo da Cidade.

---

[1] Art. 205 da CF.
[2] LF 13.005/2014.
[3] LF 9.394/1996 (LDB) e LM 16.773/2017 (PPA)

A análise do atingimento de metas estabelecidas fornece uma visão abrangente do desempenho da função de governo no Município de São Paulo. É dever do controle interno da Prefeitura do Município de São Paulo avaliar o adequado cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município, nos termos do art. 53, I, da LOMSP, devendo, ainda, o controle interno apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, nos termos do art. 53, IV, da LOMSP.

1.1. Destinatário(s) da análise de função de governo

Têm especial interesse na obtenção de informações sobre a função de governo, sem prejuízo de outros, os legisladores, pois na condição de fiscalizadores dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo desejam saber se os recursos públicos administrados foram adequadamente geridos.

Além disso, o reporte da equipe de fiscalização subsidiará a avaliação de risco na elaboração do Plano Anual de Fiscalização (PAF) e, consequentemente, o exercício das competências constitucionais do TCMSP, razão pela qual pode ser considerado como usuário previstos deste trabalho o Gabinete do Conselheiro Relator responsável (Conselheiro Maurício Faria).

1.2. Visão geral da função de governo e objetivos da análise

A exposição de motivos do PPA 2018-2021 esclarece que, em sua elaboração, foram levados em consideração instrumentos de planejamento de longo prazo do município, como o Plano Diretor Estratégico do Município (Lei nº 16.050/2014), os planos setoriais e o Plano Municipal de Educação, que prevê 13 metas e 14 diretrizes orientadoras da atuação do Executivo municipal no planejamento da educação até 2025.

Apresentam-se abaixo as metas financeiras definidas no Plano Plurianual 2018-2021 para a função educação, bem como o percentual executado no nos últimos 4 anos de governo.

Quadro 1 - Plano Plurianual (PPA) 2018-2021. (Em R$ milhões)

Programa	2018		2019		2020		2021		Total (2018-2021)	
	Plan.	Emp.%	Plan.	Emp.%	Plan.	Emp.%	Plan.	Emp.%	Plan.	Emp.%
3010 - Desenvolvimento e manutenção da educação	9.993	101,9%	10.727	104,0%	11.590	92,2%	12.279	115,8%	44.588	103,7%
Outros	1.238	94,2%	1.275	80,5%	1.325	115,8%	1.377	181,8%	5.216	119,5%
Total da função	**11.231**	**101,1%**	**12.002**	**101,5%**	**12.915**	**94,6%**	**13.656**	**122,4%**	**49.804**	**105,3%**

Fonte: Planejado: PPA 2018-2021 - Lei Municipal nº 16.773/17. Empenhado: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 17.02.22. Programas de Governo que compõe a linha "Outros": 3025 - Apoio ao aluno; 3026 - Acesso à educação e qualidade do ensino – formação, avaliação e aprimoramento do ensino.

Observa-se que em 2021 houve o empenhamento de 115,8% dos recursos previstos para o principal programa de governo da função Educação (desenvolvimento e manutenção da educação).

O orçamento para a função Educação, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, previu despesas no valor de R$ 13,8 bilhões em 2021. Esse valor foi atualizado para R$ 18,1 bilhões, sendo que foram empenhados R$ 17,5 bilhões e liquidados R$ 13,7 bilhões (99,1% da previsão). O quadro a seguir apresenta a execução orçamentária dos programas de governo relativos à função Educação em 2021:

Quadro 2 – Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021. Em R$ milhões

Programa	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
3010 – Desenvolvimento e manutenção da educação	11.933	14.588	14.221	11.674	97,8
3025 – Apoio ao aluno	1.118	2.328	2.131	1.458	130,4
3024 – Suporte Administrativo	529	533	520	472	89,3
3011 – Modernização, desburocratização e inovação tecnológica do serviço público	146	272	226	86	59,5
3026 – Acesso à educação e qualidade do ensino – formação, avaliação e aprimoramento do ensino	89	379	372	17	19,2
3019 – Promoção do crescimento econômico e geração de postos de trabalho e oportunidades	31	24	19	14	46,2
3001 – Acesso à cultura	9	9	7	7	82,1
Subtotal	**13.858**	**18.137**	**17.499**	**13.732**	**99,1**
Outros	7	5	3	3	48,8

Total	**13.865**	**18.143**	**17.503**	**13.736**	**99,1**

Fonte: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 17.02.22. Programas de Governo que compõe a linha "Outros": 3022 – Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos; 3012 – Participação, transparência e controle social da administração pública.

Do total executado (liquidado), 48,1% foram aplicados em despesas com pessoal e encargos sociais, 51,5% em outras despesas correntes e 0,4% em investimentos:

Quadro 3 – Grupo de despesa. Em R$ milhões

Grupo	LOA aprovada	LOA atualizada	Empenhado	Liquidado	Repartição (%)
1 – Pessoal e Encargos Sociais	7.275	7.327	7.314	6.604	48,1
3 – Outras Despesas Correntes	6.505	9.600	9.021	7.073	51,5
4 – Investimentos	84	1.215	1.166	58	0,4
Total	**13.865**	**18.143**	**17.503**	**13.736**	**100**

Fonte: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 17.02.22.

O objetivo desta análise sobre a função de governo é destacar e enfatizar os resultados, dissociando-os da emissão do Parecer das Contas do Executivo, de forma a possibilitar que fiscalizadores dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo possam saber se os recursos públicos administrados foram adequadamente geridos, além de subsidiar a avaliação de risco na elaboração do Plano Anual de Fiscalização (PAF) e, consequentemente, o exercício das competências constitucionais do TCMSP.

Considerando que a função de governo educação abrange diversas políticas públicas, será prioridade para análise aos programas 3010 (desenvolvimento e manutenção da educação) e 3025 (apoio ao aluno), pois são os programas com maior representatividade econômica no orçamento da educação, sem prejuízo da análise dos resultados obtidos nos diversos indicadores de desempenho existentes nos demais instrumentos de monitoramento (LM 14.173/06, Programa de Metas da Prefeitura de SP 2021-2024 etc), independentemente de qual sejam os programas de governo a eles relacionados.

1.3. Relatório de Gestão da secretaria responsável

Conforme estabelecido na Resolução nº 16/2020, as secretarias de governo da Prefeitura do Município de São Paulo que são responsáveis pela implementação das políticas públicas relativas às funções de governo deverão apresentar ao

TCMSP, até o dia 30 de abril de cada ano, Relatório de Gestão com a avaliação da execução orçamentária e do cumprimento de metas e indicadores relativos à função no ano anterior.

No dia 17.05.2022, a SGM protocolou o Ofício nº 244/2022/SGM encaminhando o Relatório Consolidado de Funções de Governo da Prefeitura Municipal de São Paulo referente ao exercício de 2021.

O Relatório elaborado pela Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias (SEPEP) não foi suficientemente informativo para a realização completa da análise da função, mas conteve minimamente (art. 5º da Resolução nº 16/2020):

a) a execução orçamentária da função de governo do exercício anterior, bem como o cumprimento de metas previstas no Plano Plurianual 2018-2021 e o cumprimento de metas previstas no Programa de Metas 2021-2024 e em outros instrumentos de planejamento para o mesmo exercício;

b) a série histórica de indicadores da função analisada ao longo dos últimos 4 anos;

c) justificativa sobre as causas de eventuais divergências entre a execução do orçamento e o orçamento previsto, entre as metas previstas e os resultados atingidos, bem como sobre as causas de crescimentos e/ou quedas significativos nos indicadores da Função; e

d) manifestação sobre o estágio de cumprimento ou não de determinações e recomendações do TCMSP relativas à Função.

O Relatório apresentado permite avaliar, de forma geral, o desempenho das funções de governo em comparação a exercícios anteriores e a outros parâmetros pertinentes, mas não de forma qualitativa, e permite que a Secretaria acompanhe suas séries históricas de indicadores, aprimorando o planejamento e

o cumprimento de seus objetivos e a implementação de suas políticas públicas voltadas à educação.

Quanto ao desempenho apurado no Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, estabelecido pela Lei nº 14.063/2005, instituído com o objetivo de verificar o desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio, nas diferentes áreas do conhecimento, de modo a fornecer ao sistema de ensino, às equipes técnico-pedagógicas das coordenadorias de educação e às escolas informações que subsidiem as tomadas de decisão quanto à política educacional do município, o relatório deve ser aprimorado.

Em 2020, em função da pandemia de Covid-19 e da consequente suspensão das aulas presenciais, a Prova e Provinha São Paulo, que avaliam o aproveitamento escolar, não foram realizadas. De maneira não substitutiva, foi realizada uma Avaliação Diagnóstica – totalmente na modalidade digital – com o intuito de avaliar o nível de aprendizado dos estudantes durante o período de isolamento social.

No ano de 2021 a Prova e Provinha São Paulo voltaram a ser aplicadas, mas os resultados, bem como sua análise, não foram apresentados no Relatório da Função de Governo, ficando a análise realizada e apresentada pela SME adstrita ao período de 2017 a 2019, anterior à pandemia de Covid-19, não refletindo a atual realidade do aproveitamento escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e não contendo informações que possam subsidiar as tomadas de decisão quanto à política educacional do município.

Por fim, não foi apresentado o monitoramento da Agenda 2030, que é uma agenda programática de desenvolvimento pactuada em 2015 em 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre eles o Brasil, e que o Município de São Paulo aderiu voluntariamente ao compromisso por meio da LM nº 16.817/18, que adotou a Agenda 2030 como diretriz das políticas públicas em âmbito municipal.

O principal Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) vinculado diretamente à SME é o ODS 4 (Educação de Qualidade), que pretende "assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos".

Para cada meta global definida pela ONU a prefeitura do município de São Paulo estabeleceu uma meta municipal diretamente relacionada ao tema, resultando em 10 metas municipais relacionadas ao ODS 4, sendo selecionados 33 indicadores para o monitoramento destas metas, que não foram analisados e apresentados no Relatório da Função de Governo.

Desta forma, sugere-se que estes indicadores sejam analisados e apresentados pela Prefeitura no Relatório da Função de Governo Educação referente ao próximo ano, a fim de constatar os resultados no ano de 2022, comparando-os com a série histórica disponível.

2. METODOLOGIA

2.1. Critérios adotados

Os principais critérios aplicáveis ao objeto examinado são a Constituição Federal, a LF nº 9.394/1996 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), o DF nº 9.432/2018 (Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica), a LF n° 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE), a LM nº 14.173/2006 (indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos), a LM nº 16.271/2015 (Plano Municipal de Educação de São Paulo – PME), a LM nº 16.710/2017 (Plano Municipal pela Primeira Infância), o DM nº 58.514/2018 (aprova e institui o Plano Municipal pela Primeira Infância 2018-2030), a LM nº 16.773/2017 (PPA 2018-2021), a LM nº 17.544/2020 (LOA 2021), a LM nº 16.817/2018 (adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas), o Programa de Metas da Prefeitura de SP 2021-2024, os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Currículo da Cidade e a Resolução TCMSP nº 16/2020.

2.2. Métodos de coleta e de análise dos dados

Os procedimentos utilizados para a coleta e análise de dados no presente trabalho foram descritos na matriz de planejamento C-II/03/2022. As principais técnicas aplicadas foram: exame documental, conferência de cálculo e indagação escrita.

3. ANÁLISE DA FUNÇÃO DE GOVERNO EDUCAÇÃO

Para atender as necessidades da sociedade na área da educação, o governo precisa organizar seu trabalho de forma detalhada e, para organizar sua atuação, o orçamento apresenta os programas e as ações orçamentárias.

A função de governo educação abrange diversas políticas públicas espalhadas pelos seus vários programas. Serão destacados para análise os programas 3010 (desenvolvimento e manutenção da educação) e 3025 (apoio ao aluno), pois são os programas com maior representatividade econômica no orçamento da educação, sem prejuízo da análise dos resultados obtidos nos diversos indicadores de desempenho existentes nos demais instrumentos de monitoramento, independentemente de quais sejam os programas de governo a eles relacionados.

Os programas de governo com maior aplicação de recursos na função educação foram, portanto, o 3010 (desenvolvimento e manutenção da educação), com R$ 11,6 bilhões liquidados, e o 3025 (apoio ao aluno), com R$ 1,4 bilhão liquidado. Os dois programas representam 95,6% dos recursos liquidados na função educação.

Quadro 4 - LOA 2021 – Programa 3010 – Projetos/Atividades. Em R$ milhões

Projeto/atividade	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
2828 - Manutenção e Operação da Rede Parceira - Centro de Educação Infantil (CEI)	3.080	4.139	3.943	3.789	123
2857 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	2.482	2.591	2.591	2.438	98,3
2826 - Manutenção e Operação de Unidades Educacionais - Escola	1.343	1.241	1.210	1.001	74,5

Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)					
2858 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)	1.264	1.396	1.396	1.284	101,6
2856 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Centro de Educação Infantil (CEI)	1.027	1.116	1.116	1.035	100,7
4362 - Manutenção e Operação de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	896	851	820	609	68
4360 - Manutenção e Operação de Centros de Educação Infantil (CEI)	556	512	491	372	67
4364 - Manutenção e Operação de Centros Educacionais Unificados (CEU)	503	354	333	263	52,4
Subtotal	**11.154**	**12.206**	**11.904**	**10.795**	**96,8**
Outros	779	2.382	2.316	879	112,9
Total	**11.933**	**14.588**	**14.221**	**11.674**	**97,8**

Fonte: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 17.02.22. Quantidade de projetos/atividades que compõe a linha "Outros": 54.

Os projetos/atividades do programa 3010 – Desenvolvimento e manutenção da educação – tiveram uma execução geral de 97,8% do orçado inicialmente.

Quadro 5 - LOA 2021 – Programa 3025 – Projetos/Atividades. Em R$ milhões

Projeto/Atividade	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
6553 - Alimentação Escolar	654	1.326	1.199	1.039	158,9
2801 - Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/ FNDE	138	229	161	120	86,7
2850 - Transporte Escolar - Ensino	113	123	123	108	96,2
2873 - Leve-Leite	98	123	123	109	111,5
2849 - Transporte Escolar – Educação	62	67	66	58	93,5
2816 – Fornecimento de Uniformes e Material Escolar – Ensino Fundamental	30	269	269	0	0
Subtotal	**1.096**	**2.139**	**1.943**	**1.436**	**130,9**
Outros	21	188	188	22	103
Total	**1.118**	**2.328**	**2.131**	**1.458**	**130,4**

Fonte: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 17.02.22. Projetos/Atividades que compõem a linha "Outros": 2848 – Transporte Escolar – Educação Especial; 2815 – Fornecimento de Uniformes e Material Escolar – Educação Infantil.

Os projetos/atividades do programa 3025 – Apoio ao aluno – tiveram uma execução geral de 130,4%.

3.1. Programa: Desenvolvimento e Manutenção da Educação



Código do Programa: 3010

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Educação (SME)

Órgão Participante: Fundo Municipal de Desenvolvimento Social (FMDS)

ODS: Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos.

O programa tem como objetivos principais:

a) garantir condições adequadas de funcionamento das unidades educacionais, contemplando desde o espaço físico, mobiliários, fortalecimento da gestão escolar, remuneração dos profissionais da educação e respeito às normas de acessibilidade e segurança, limpeza;

b) ampliar o acesso na primeira etapa da educação infantil (creche) priorizando o atendimento nas regiões com maior vulnerabilidade social do município e ampliar a jornada escolar para a permanência de alunos em tempo integral;

c) garantir o atendimento especializado, sempre que necessário, para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

No quadro a seguir estão listados os projetos/atividades constantes do Quadro 4 com o planejado e o realizado fisicamente e financeiramente, de acordo com o estabelecido no PPA 2018-2021 para o ano de 2021:

Quadro 6 - Programa 3010 – Planejado x Realizado – Exercício 2021.

Projetos/Atividades	Medida	FÍSICO		FINANCEIRO	
		Planejado (unidade)	Realizado (%)	Planejado (em R$ milhões)	Realizado (%)
2828 - Manutenção e Operação da Rede Parceira - Centro de Educação Infantil (CEI)	Crianças matriculadas em CEIs da rede parceira	306.161	109,7	2.813	134,7
2857 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	Profissionais do magistério (EF) remunerados	30.509	93,5	2.638	92,4
2826 - Manutenção e Operação de Unidades Educacionais - Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	EMEFs em funcionamento	473	115,9	1.557	64,3
2858 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)	Profissionais do magistério (EMEIs) remunerados	15.822	93,6	1.111	115,6
2856 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Centro de Educação Infantil (CEI)	Profissionais do magistério (CEIs)	12.884	96,6	847	122,1

	remunerados				
4362 - Manutenção e Operação de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	EMEIs em funcionamento	578	96,9	1.158	52,6
4360 - Manutenção e Operação de Centros de Educação Infantil (CEI)	CEIs em funcionamento	362*	100	887	42
4364 - Manutenção e Operação de Centros Educacionais Unificados (CEU)	CEUs em funcionamento	60	96,7	332	81,8
Subtotal	**-**	**-**	**100,3**	**11.336**	**95,2**
Outros				941	93,4
Total				**12.278**	**95,1**

Fontes: PPA 2018-2021 – Lei Municipal nº 16.773/17. Ábaco (sistema de informações do TCM) – dados extraídos em 17.02.22. SEI 061402981.
* Ação 4360: A SME afirma que a meta física prevista no PPA está incorreta (1.148 CEIs em funcionamento), pois há erro na meta física da U.O. 16.16 (prevista 740; correta 29) e inconsistência na meta física informada para a U.O. 16.10 (prevista 75; correta zero), uma vez que o custeio das obras novas de CEI é atendido pela ação 2828 (Rede Parceira). Com os ajustes (1.148 – 711 – 75), a meta física da ação 4360 é de 362 CEIs em funcionamento.

3.1.1. Aspectos de gestão e execução do programa

O PPA 2018-2021 previu para o Programa de Governo 3010 – desenvolvimento e manutenção da educação – no ano de 2021 despesas no valor de R$ 12,2 bilhões. Desse total planejado, a LOA 2021 aprovou R$ 11,9 bilhões que, entre suplementações, reduções, congelamentos e descongelamentos, resultou em R$ 14,5 bilhões para a execução dos projetos e atividades envolvidos no programa.

Desse total de R$ 14,5 bilhões disponíveis, foram empenhados R$ 14,2 bilhões e liquidados R$ 11,6 bilhões, o que representa, em termos de execução orçamentária, um percentual de 80,1% do total disponível para o Programa.

Esse valor liquidado, de R$ 11,6 bilhões, representa 85% de toda a liquidação realizada pelo Governo na Função Educação no ano de 2021, que totalizou R$ 13,7 bilhões.

Quadro 7 – Programa 3010 – Execução Orçamentária – Exercício 2021. R$ em milhões

Programa	R$ Planejado no PPA (A)	R$ LOA aprovada (B)	R$ LOA atualizada (C)	R$ Disponível (D)	R$ Empenhado (E)	R$ Liquidado (F)	R$ Pago (G)	% Empenhado (H = E/D)	% Liquidado (I = F/D)	% Pago (J = G/D)
3010 – Desenvolvimento e manutenção da	12.278	11.933	14.588	14.577	14.221	11.674	11.653	97,6	80,1	79,9

educação											

Fontes: Planejado: PPA 2018-2021 - Lei Municipal nº 16.773/17. Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 17.02.22.

3.1.2. Indicadores de desempenho do programa

As metas físicas previstas no PPA 2018-2021 para as ações do programa 3010 de maior representatividade financeira, que somadas totalizam R$ 11,1 bilhões, representando 93,5% do total de desembolso previsto para o Programa 3010 (R$ 11,9 bilhões), estão descritas no quadro abaixo:

Quadro 8 – Programa 3010 – Realização das Metas Físicas – Exercício 2021.

Projetos/Atividades	Medida (unidade)	Planejado	Realizado
2828 - Manutenção e Operação da Rede Parceira - Centro de Educação Infantil (CEI)	Crianças matriculadas em CEIs da rede parceira	306.161	335.819
2857 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	Profissionais do magistério (EF) remunerados	30.509	28.533
2826 - Manutenção e Operação de Unidades Educacionais - Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	EMEFs em funcionamento	473	548
2858 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)	Profissionais do magistério (EMEIs) remunerados	15.822	14.805
2856 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Centro de Educação Infantil (CEI)	Profissionais do magistério (CEIs) remunerados	12.884	12.446
4362 - Manutenção e Operação de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	EMEIs em funcionamento	578	560
4360 - Manutenção e Operação de Centros de Educação Infantil (CEI)	CEIs em funcionamento	362	362
4364 - Manutenção e Operação de Centros Educacionais Unificados (CEU)	CEUs em funcionamento	60	58

Fontes: PPA 2018-2021 – Lei Municipal nº 16.773/17. Ábaco (sistema de informações do TCM) – dados extraídos em 17.02.22. SEI 061402981.

Destaque para a Ação 2826 – Manutenção e Operação de Unidades Educacionais – Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) – que previa 473 EMEFs em funcionamento no ano de 2021 e atingiu o número de 548, quantidade 15,9% superior à prevista no PPA 2018-2021.

Desse grupo de despesas de maior representatividade, a Ação 2857 – Remuneração dos Profissionais do Magistério – Ensino Fundamental – que previa um total de 30.509 profissionais do magistério (EF) remunerados, foi a que teve o menor percentual de execução, encerrando o ano de 2021 com 28.533

profissionais remunerados, atingindo 93,5% da quantidade prevista no PPA 2018-2021.

De forma geral, esse grupo representativo conseguiu atingir, em média, 100,3% das metas físicas previstas.

3.1.3. Produção de serviços

A evolução da prestação de serviços relativos ao programa em análise nos últimos quatro anos, bem como os recursos financeiros aplicados, utilizando-se da mesma representatividade do subitem anterior, encontra-se no quadro abaixo:

Quadro 9 – Programa 3010 – Indicadores de Produção x Recursos Financeiros.

Indicador	2018	2019	2020	2021	Variação 2018/2021 (%)
2828 - Crianças matriculadas em CEIs da rede parceira (unidade)	281.882	302.047	320.906	335.819	+ 19,1
2857 - Profissionais do Magistério (EF) remunerados (unidade)	30.754	30.244	29.399	28.533	- 7,2
2826 - EMEFs em funcionamento	547	547	548	548	+ 0,2
2858 - Profissionais do Magistério (EMEIs) remunerados	15.336	14.822	15.012	14.805	- 3,5
2856 - Profissionais do Magistério (CEIs) remunerados	12.503	12.568	12.239	12.446	- 0,5
4362 - EMEIs em funcionamento	569	558	558	560	- 1,6
4360 - CEIs em funcionamento	362	362	362	362	0
4364 - CEUs em funcionamento	46	46	57	58	+ 26,1
Recursos financeiros liquidados nas ações descritas (em R$ milhões)	9.277	9.725	8.818	10.795	+ 16,4

Fonte: SEI 061402981.

Depreende-se que nos últimos 4 anos houve um aumento de 16,4% nos recursos liquidados com as principais ações do programa (que envolvem a maior quantidade de recursos financeiros planejado para a implementação das ações).

Quanto às metas físicas, houve ampliação no número de crianças matriculadas em CEI parceira e no número de CEUs em funcionamento, porém redução no número de profissionais do magistério.

3.1.4. Fiscalizações realizadas

- Fiscalização da execução dos serviços de conservação e limpeza de instalações prediais, áreas internas e externas de Unidades Educacionais (UEs) da SME pertencentes à Diretoria Regional de Educação (DRE)

Itaquera. Constatou-se que, de forma geral, os ambientes das UEs encontravam-se limpos.

- Auditoria Programada cujo objetivo foi verificar se o processo de antecipação de matrículas realizado pela SME no fim de 2020 ocasionou desrespeito à legislação vigente e matriculou, nos Centros de Educação Infantil (CEIs) e nos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs), bebês e crianças em quantidade superior às dimensões das salas e ao número de professores e de ambientes. Concluiu-se que há bebês e crianças matriculados em vagas que não atendem à legislação vigente quanto às dimensões das salas, aos agrupamentos por ambiente, ao número de educandos por turma e à quantidade de turmas e de professores.

- Auditoria programada para verificar se os procedimentos adotados para controle das prestações de contas das creches parceiras, realizado pela Administração Direta, são aderentes às disposições constantes dos arts. 53 a 66 da Portaria SME 4.548/2017, quanto a controle e transparência. Concluiu-se que não há aderência à legislação vigente quanto a controle e transparência. Para além das irregularidades formais constatadas, consignou-se que o atraso na análise das prestações de contas, ao impedir a detecção tempestiva de problemas porventura ocorridos ao longo da execução da parceria, bem como tornar mais complexa a tomada de medidas atinentes ao encerramento de parceiras, acaba por comprometer a asseguração da qualidade dos serviços prestados à população, além de elevar sobremaneira o risco de prejuízo ao erário.

3.2. Programa: Apoio ao aluno



Código do Programa: 3025

Órgão Responsável e Participante: Secretaria Municipal de Educação (SME)

ODS: Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos.

O objetivo do programa é proporcionar condições de acesso e permanência na Rede Municipal de Ensino a todos os estudantes, independente de classe social e local de moradia, por meio de programas de apoio ao aluno e às famílias, tais como alimentação escolar, leve leite, transporte escolar e fornecimento de material e uniforme escolar.

No quadro a seguir estão listados os projetos/atividades constantes do Programa 3025 com o planejado e o realizado fisicamente e financeiramente, de acordo com o estabelecido no PPA 2018-2021 para o ano de 2021:

Quadro 10 – Programa 3025 – Planejado x Realizado – Exercício 2021. R$ milhões

Projetos/Atividades	Medida	FÍSICO		FINANCEIRO	
		Planejado (unidade)	Realizado (%)	Planejado (em R$ milhões)	Realizado (%)
6553 - Alimentação Escolar*	Alunos beneficiados	-	-	658	158
2850 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental	Alunos do Ensino Fundamental beneficiados	40.238	96,9	163	66,7
2801 - Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/ FNDE**	Alunos beneficiados pela Alimentação Escolar com recursos do PNAE/FNDE	-	-	143	83,8
2873 - Leve-Leite	Alunos beneficiados	625.117	65,1	119	91,5
2816 – Fornecimento de Uniformes e Material Escolar – Ensino Fundamental	Alunos beneficiados com a distribuição de material escolar	595.088	37,8	93	0
2849 - Transporte Escolar – Educação Infantil	Alunos da Educação Infantil beneficiados	30.575	115,2	92	62,8
2815 – Fornecimento de Uniformes e Material Escolar – Educação Infantil	Alunos beneficiados com a distribuição de material escolar	593.806	46,8	50	0
2848 – Transporte Escolar – Educação Especial	Alunos da Educação	1.145	145,1	4	555,3

	Especial beneficiados pelo transporte escolar				
Total				**1.325**	**169,7**

Fontes: PPA 2018-2021 – Lei Municipal nº 16.773/17. Ábaco (sistema de informações do TCM) – dados extraídos em 17.02.22. SEI 061402981.
* Ação 6553: a quantidade planejada no PPA está inconsistente (12.043 alunos beneficiados). A SME afirma que todas as crianças matriculadas na RME, nas unidades terceirizadas total e mista e unidades diretas e parceiras, foram atendidas com os Programas de Alimentação Escolar, incluindo o Cartão Alimentação no ano de 2021, totalizando 1.065.000 alunos beneficiados.
** Ação 2801: A SME afirma que a meta física prevista está incorreta (1.204.276 alunos beneficiados pela Alimentação Escolar com recursos do PNAE/FNDE), visto que foram incluídos indevidamente os alunos da rede terceirizada total. O correto é considerar apenas os alunos da rede terceirizada mista, da rede direta e da rede parceira. Todas as crianças matriculadas na RME, nas unidades terceirizadas mista e unidades diretas e parceiras, foram atendidas com os Programas de Alimentação Escolar, incluindo o Cartão Alimentação no ano de 2021, totalizando 591.000 alunos beneficiados.

3.2.1. Aspectos de gestão e execução do programa

O PPA 2018-2021 previu para o Programa de Governo 3025 – apoio ao aluno – no ano de 2021 despesas no valor de R$ 1,3 bilhão. Desse total planejado, a LOA 2021 aprovou R$ 1,1 bilhão que, entre suplementações, reduções, congelamentos e descongelamentos, resultou em R$ 2,3 bilhões para a execução dos projetos e atividades envolvidos no programa.

Desse total de R$ 2,3 bilhões disponíveis, foram empenhados R$ 2,1 bilhões e liquidados R$ 1,4 bilhão, o que representa, em termos de execução orçamentária, um percentual de 62,7% do total disponível para o Programa.

Esse valor liquidado, de R$ 1,4 bilhão, representa 10,6% de toda a liquidação realizada pelo Governo na Função Educação no ano de 2021, que totalizou R$ 13,7 bilhões.

Quadro 11 – Programa 3025 – Execução Orçamentária – Exercício 2021. R$ em milhões

Programa	R$ Planejado no PPA (A)	R$ LOA aprovada (B)	R$ LOA atualizada (C)	R$ Disponível (D)	R$ Empenhado (E)	R$ Liquidado (F)	R$ Pago (G)	% Empenhado (H = E/D)	% Liquidado (I = F/D)	% Pago (J = G/D)
3025 – Apoio ao Aluno	1.325	1.118	2.328	2.328	2.131	1.458	1.454	91,5	62,7	62,5

Fontes: Planejado: PPA 2018-2021 - Lei Municipal nº 16.773/17. Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 17.02.22.

3.2.2. Indicadores de desempenho da do programa

As metas físicas previstas no PPA 2018-2021 para as ações do programa 3025 estão descritas no quadro abaixo:

Quadro 12 – Programa 3025 – Realização das Metas Físicas – Exercício 2021.

Projetos/Atividades	Medida (unidade)	Planejado	Realizado
2850 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental	Alunos do Ensino Fundamental beneficiados pelo transporte escolar	40.238	38.974
2873 - Leve-Leite	Alunos beneficiados	625.117	406.874
2816 – Fornecimento de Uniformes e Material Escolar – Ensino Fundamental	Alunos beneficiados com a distribuição de material escolar	595.088	224.714
2849 - Transporte Escolar – Educação Infantil	Alunos da Educação Infantil beneficiados pelo transporte escolar	30.575	35.223
2815 – Fornecimento de Uniformes e Material Escolar – Educação Infantil	Alunos beneficiados com a distribuição de material escolar	593.806	277.777
2848 – Transporte Escolar – Educação Especial	Alunos da Educação Especial beneficiados pelo transporte escolar	1.145	1.661

Fontes: PPA 2018-2021 – Lei Municipal nº 16.773/17. Ábaco (sistema de informações do TCM) – dados extraídos em 17.02.22. SEI 061402981.

No quadro acima não foi apresentada a realização da meta física da ação 6553 (alimentação escolar), pois a quantidade planejada no PPA 2018-2021 está inconsistente (12.043 alunos beneficiados). A SME afirma que todas as crianças matriculadas na RME, nas unidades terceirizadas total e mista e unidades diretas e parceiras, foram atendidas com os Programas de Alimentação Escolar, incluindo o Cartão Alimentação no ano de 2021, totalizando 1.065.000 alunos beneficiados.

Quanto à ação 2801 (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE), também não apresentada no quadro acima, a SME afirma que a meta física prevista está incorreta (1.204.276 alunos beneficiados pela Alimentação Escolar com recursos do PNAE/FNDE), visto que foram incluídos indevidamente os alunos da rede terceirizada total. O correto é considerar apenas os alunos da rede terceirizada mista, da rede direta e da rede parceira. Todas as crianças matriculadas na RME, nas unidades terceirizadas mista e unidades diretas e

parceiras, foram atendidas com os Programas de Alimentação Escolar, incluindo o Cartão Alimentação no ano de 2021, totalizando 591.000 alunos beneficiados.

Destaque para a ação 2848 – Transporte Escolar – Educação Especial – que previa 1.145 alunos da Educação Especial beneficiados pelo transporte escolar no ano de 2021 e atingiu o número de 1.661, quantidade 45,1% superior à prevista no PPA 2018-2021.

A ação 2816 – Fornecimento de Uniformes e Material Escolar – Ensino Fundamental – que previa um total de 595.088 alunos beneficiados com a distribuição de material escolar foi a que teve o menor percentual de execução, encerrando o ano de 2021 com 224.714 alunos beneficiados, atingindo 37,8% da quantidade prevista no PPA 2018-2021.

3.2.3. Produção de serviços

A evolução da prestação de serviços relativos ao programa em análise nos últimos quatro anos, bem como os recursos financeiros aplicados, encontra-se no quadro abaixo:

Quadro 13 – Programa 3025 – Indicadores de Produção x Recursos Financeiros.

Indicador	2018	2019	2020	2021	Variação 2018/2021 (%)
6553 – Alunos beneficiados – alimentação escolar	1.015.000	1.020.000	1.039.000	1.065.000	+ 4,9
2850 – Alunos do Ensino Fundamental beneficiados pelo transporte escolar	44.677	40.103	36.280	38.974	- 12,8
2801 – Alunos beneficiados pela Alimentação Escolar com recursos do PNAE/FNDE	538.341	551.000	560.000	591.000	+ 9,8
2873 – Alunos beneficiados – Leve-Leite	307.000	310.000	320.000	406.874	+ 32,5
2816 – Alunos beneficiados com a distribuição de material escolar	509.153	521.433	58.589	224.714	- 55,9
2849 – Alunos da Educação Infantil beneficiados pelo transporte escolar	30.448	32.737	30.432	35.223	+ 15,7
2815 – Alunos beneficiados com a distribuição de material escolar	538.961	587.712	374.564	277.777	- 48,5
2848 – Alunos da educação especial beneficiados pelo transporte escolar	1.344	2.490	2.524	1.661	+ 23,6
Recursos financeiros liquidados nas ações descritas (em R$ milhões)	811	840	752	1.458	+ 79,7

Fonte: SEI 061402981.

Depreende-se que nos últimos 4 anos houve um aumento de 79,7% nos recursos liquidados com os projetos/atividades do programa e, uma diminuição na

quantidade de produtos entregues (metas físicas) principalmente relacionadas à distribuição de material escolar em 2020 e 2021.

3.2.4. Fiscalizações realizadas

- Acompanhamento da execução contratual referente à contratação de empresa fornecedora de meio de pagamento eletrônico, objetivando gerir os recursos públicos da SME destinados ao pagamento de fornecedores previamente credenciados para o fornecimento de kits de uniforme escolar. Destacou-se na ocasião, entre outras coisas, que, em julho de 2021, 70% do valor existente para a compra dos uniformes ainda não havia sido disponibilizado aos responsáveis legais, totalizando mais de 455.000 alunos que não receberam o crédito devido, e que a SME não está distinguindo os pagamentos realizados referentes à educação infantil e ao ensino fundamental, utilizando dotação orçamentária única para despesas de programação diversa.

- Acompanhamento da execução do edital que dispõe sobre o credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento de uniforme escolar aos estudantes matriculados na rede municipal de ensino. Constatou-se, entre outras coisas, que no novo modelo de fornecimento de uniformes a variação de preço representando o aumento de custo é expressamente significativa, quer seja pela atualização do preço do kit fornecido em 2019 ou, ainda, em relação aos preços por item de vestuário ofertados pelos credenciados no novo modelo. Assim, sob o aspecto financeiro de fornecimento de kits de uniforme, não se observou vantajosidade no novo modelo de fornecimento de uniformes aos estudantes.

3.3. Evolução do custo por aluno

O quadro a seguir apresenta o total de recursos da Função Educação nos últimos quatro exercícios em suas várias fases:

Quadro 14 – Função Educação - Fases da despesa e custo aluno 2018 a 2021 Em R$

Fases	2018	2019	2020	2021	Δ% 2021/2018
Dotação inicial	11.840.367.016	12.853.546.654	14.062.385.980	13.865.564.376	17,1
Dotação atualizada	12.099.644.166	13.305.739.188	14.171.753.335	18.143.290.699	49,9
Empenhado	11.911.989.937	12.843.007.817	13.525.795.951	17.503.221.317	46,9
Liquidado	11.050.324.922	11.884.393.530	11.001.959.654	13.736.016.374	24,3
Pago	10.986.335.929	11.831.975.943	10.943.509.486	13.703.881.793	24,7
Nº de alunos	1.030.527	1.039.373	1.084.354	1.077.278	4,5
Custo aluno	**10.723**	**11.434**	**10.146**	**12.751**	**18,9**

Fontes: Ábaco (sistema de informações do TCM) – dados extraídos em 17.02.22. Foram considerados todos os gastos da Função Educação. SEI 061402981

Considerando o aumento de recursos e a elevação do número de alunos no período, verifica-se que o custo aluno/ano vem aumentando e sofreu uma elevação de 18,9% entre 2018 e 2021, culminando em R$ 12.751/ano ao final de 2021 ou R$ 1.063/mês.

Apesar do aumento dos valores gastos na função educação observado nos últimos anos, as avaliações de desempenho demonstram que os alunos da rede municipal ainda não apresentam nível adequado de aprendizado.

Como será visto neste trabalho, com exceção dos resultados de matemática para o 2º ano e ciências naturais para o 3º ano, todos os demais conhecimentos avaliados em 2021 tiveram **resultados inferiores a 2019**, antes do período da pandemia – COVID-19.

3.4. Programa de Metas – Educação

O Programa de Metas é um instrumento que organiza as prioridades da Prefeitura nos quatro anos de mandato, sendo uma exigência da Lei Orgânica do Município de São Paulo desde 2008 (art. 69-A), na qual todo Prefeito eleito tem a obrigação de apresentar, em até noventa dias após a sua posse, um programa que descreva as prioridades de seu governo, explicitando as ações estratégicas, os indicadores e as metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública municipal.

3.4.1. Programa de Metas 2021-2024

O Programa de Metas 2021-2024 (peça 10) possui seis eixos temáticos, vinculados diretamente ao Plano do Governo eleito, que após a etapa de devolutivas, chegou-se a versão final-participativa, com um total de 77 metas, dividas em 06 eixos temáticos:

- SP Justa e Inclusiva
- SP Segura e Bem Cuidada
- SP Ágil
- SP Inovadora e Criativa
- SP Global e Sustentável
- SP Eficiente

A Educação se encontra inserida no eixo SP Justa e Inclusiva, com 7 metas sob responsabilidade da SME e outras 3 metas correlacionas a outras secretarias. Há, também, 1 meta inserida no eixo SP Inovadora e Criativa em que a SME é partícipe, totalizando 11 metas relacionadas com a SME.

Eixo SP Justa e Inclusiva:

- Meta 01 – atender 1.700.000 pessoas em programas de transferência de renda e/ou apoio nutricional.
- Meta 10 – criar 50 mil vagas em creche, condicionadas à demanda.
- Meta 11 – implantar protocolos integrados de atendimento para a primeira infância.
- Meta 19 – combater o racismo, por meio da implementação de nove iniciativas de melhoria no atendimento da população negra e/ou de promoção da igualdade racial.
- Meta 22 – alfabetizar as crianças da rede municipal até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, antecipando em um ano a meta do Plano Nacional de Educação (PNE).
- Meta 23 – atingir o resultado de 5,7 no IDEP para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Meta 24 – atingir o resultado de 5,2 no IDEP para os anos finais do Ensino Fundamental.
- Meta 25 – implantar 12 novos CEUs.
- Meta 26 – inaugurar 45 novas unidades escolares.
- Meta 27 – ofertar cursos de idiomas para os estudantes da rede municipal em todos os CEUs.

Eixo SP Inovadora e Criativa:

- Meta 53 – implantar dez salas de cinema nos CEUs.

A seguir serão apresentados os resultados alcançados pela SME para cada uma das metas para o ano de 2021.

3.4.2. Objetivo estratégico – Reduzir a pobreza e ampliar o acesso a direitos para a população em situação de vulnerabilidade social da cidade de São Paulo

Quadro 15 – Objetivo Estratégico – Reduzir a pobreza e ampliar o acesso a direitos a população em situação de vulnerabilidade social da cidade de São Paulo.

Meta	Objetivo / Iniciativa	Realizado em 2021	Evidências
Meta 01	**Atender 1.700.000 pessoas em programas de transferência de renda e/ou apoio nutricional.**		
	Iniciativa 01.b - Atender 450.000 pessoas em programas de transferência de renda e/ou apoio nutricional de caráter permanente.	387.145	Planilha com dados anonimizados dos beneficiários do Leve Leite em 2021. doc.062407192 e 062407602 (SEI nº 6016.2022/0040237-7).

Fonte: SEI nº 6016.2022/0040237-7.

ODS Vinculado



Secretarias Responsáveis: SGM, SMADS, SMDET, SMDHC, SME

3.4.2.1. Meta 01 – Atender 1.700.000 pessoas em programas de transferência de renda e/ou apoio nutricional

Meta do Eixo SP Justa e Inclusiva. A SME contribui apenas para a iniciativa b; as demais são responsabilidades de outros órgãos.

3.4.2.2. Iniciativa b) Atender 450.000 pessoas em programas de transferência de renda e/ou apoio nutricional de carácter permanente.

A SME não é a única responsável pelo cumprimento desta iniciativa. Ela contribui por meio do Programa Leve Leite, que conta com beneficiários de leite em pó integral e fórmula láctea infantil, onde a planilha com os dados dos beneficiários (doc.062407192 do SEI 6016.20220040237-7) apresenta o código EOL das crianças beneficiárias do Programa Leve Leite, que em 2021 foram 387.145 (86,03% da meta prevista para 2021/2024).

3.4.3. Objetivo estratégico – Garantir a proteção integral e o pleno desenvolvimento para crianças de 0 a 6 anos de idade.

Quadro 16 – Objetivo Estratégico – Garantir a proteção integral e o pleno desenvolvimento para crianças de 0 a 6 anos de idade.

Meta	Objetivo / Iniciativa	Realizado em 2021	Evidências
Meta 10	**Criar 50 mil vagas em creche, condicionadas à demanda.**		
	Iniciativa 10.a - Identificar a demanda por vaga em CEI/Creche, antes mesmo do nascimento da criança, em articulação com a Rede de Proteção Mãe Paulistana;	Não iniciado	Peça 04, fl.1
	Iniciativa 10.b - Realizar busca ativa de crianças em idade da pré-escola e fora da escola;	Não realizado	Peça 04, fl.2
	Iniciativa 10.c - Criar vagas em creches em resposta à demanda identificada.	11.086	Publicação matrículas portal SME: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/acesso-ainformacao/demanda-escolar Peça 04, fl.2

Fonte: SEI nº 6016.2022/0040237-7.

ODS Vinculado



Secretarias Responsáveis: SME, SMS

3.4.3.1. Meta 10 – Criar 50 mil vagas em creche, condicionadas à demanda.

Meta do Eixo SP Justa e Inclusiva. A SME informou que nos últimos anos vem realizando um grande esforço para assegurar o direito ao acesso à vaga de creche, que permitiu a universalização do atendimento em dezembro de 2020 e o registro de 375.560 matrículas na faixa etária de zero a três anos.

A ampliação de até 50 mil vagas no próximo quadriênio objetiva a manutenção da universalização de atendimento, possibilitando o registro de 425.560 matrículas ao final de 2024, com ações para construção de prédios municipais, inclusive CEUs, verificação dos espaços da Unidades existentes e expansão de unidades por meio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil. (peça 05, fl. 18/19)

3.4.3.2. Iniciativa 10.a – Identificar a demanda por vaga em CEI/creche, antes mesmo do nascimento da criança, em articulação com a Rede de Proteção Mãe Paulistana.

A iniciativa tem previsão de ser iniciada em junho/2022.

3.4.3.3. Iniciativa 10.b – Realizar busca ativa de crianças em idade da pré-escola e fora da escola.

A iniciativa ainda não foi realizada. A SME informou que em razão da situação de emergência sanitária os esforços se concentraram no enfrentamento a evasão escolar, sendo realizada busca ativa dentro da escola. Apontou ainda que está em andamento parceria com outras secretarias para a identificação fora da escola.

3.4.3.4. Iniciativa 10.c – Criar vagas em creche em resposta à demanda identificada.

Neste primeiro ano do quadriênio 2021-2024, foram criadas 11.086 vagas em creche, ou seja, 22,17% das 50.000 previstas.

3.4.4. Objetivo estratégico – Implantar protocolos integrados de atendimento para a primeira infância.

Quadro 17 – Objetivo Estratégico – Implantar protocolos integrados de atendimento para a primeira infância.

Meta	Objetivo/Iniciativa	Realizado em 2021	Evidências
Meta 11	**Implantar protocolos integrados de atendimento para a primeira infância**		
	Iniciativa 11.a – Implementar os instrumentos previstos no Protocolo de Atenção à Primeiríssima Infância;	Parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Realização de testagem para subsidiar os planos de capacitação e comunicação.	SEI 6011.2021/0000711-8
	Iniciativa 11.b - Definir e implementar protocolos de busca ativa para a identificação das crianças fora da escola;	Adesão à metodologia da busca ativa escolar do UNICEF; Realização de testagem da plataforma integrante da metodologia	 https://plataforma.buscaativaescolar.org.br/tenant_signup
	Iniciativa 11.c – Criar e implementar protocolos territoriais de atuação em rede, que envolvam a comunidade, para a realização da busca ativa de gestantes e crianças que não acessam os serviços públicos;	N/A	Peça 04, fl.3
	Iniciativa 11.d – Capacitar 100% das equipes de atendimento direto e abordagem para atuarem de acordo com os protocolos de busca ativa e atendimento da população na primeira infância e seus famílias;	Não iniciado	Peça 04, fl.3
	Iniciativa 11.e – Garantir nos protocolos intersetoriais procedimentos para a detecção	N/A	Peça 04, fl.3

	de situações que requerem atenção especializada [...]		
	Iniciativa 11.f – Integrar os programas de combate à pobreza aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias;	N/A	Peça 04, fl.3
	Iniciativa 11.g – Integrar os programas de habitação aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias;	N/A	Peça 04, fl.4
	Iniciativa 11.h – Integrar os programas de prevenção e tratamento do abuso de drogas e álcool aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.	N/A	Peça 04, fl.4

Fonte: SEI nº 6016.2022/0040237-7.

ODS Vinculado



Secretarias Responsáveis: SMG, SMS, SME, SMADS, SMDHC, SEHAB

3.4.4.1. Meta 11 – Implantar protocolos integrados de atendimento para a primeira infância.

Meta do Eixo SP Justa e Inclusiva. A SME informou que essa meta é intersecretarial, sendo descritos trabalhos realizados em conjunto com as outras áreas.

3.4.4.2. Iniciativa 11.a – Implementar os instrumentos previstos no Protocolo de Atenção à Primeiríssima Infância.

Foi firmada parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal para apoio no planejamento e execução de ações para implantação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância.

Realizada etapa de protótipo (testagem) para subsidiar a elaboração dos planos de capacitação e comunicação com profissionais das redes de assistência social, educação, saúde e direitos humanos nos distritos de Jardim Ângela e Brasilândia e posteriormente a elaboração de planos de capacitação e de comunicação visando a expansão da estratégia para equipes de atendimento de todos os distritos da capital.

3.4.4.3. Iniciativa 11.b – Definir e implementar protocolos de busca ativa para a identificação das crianças fora da escola.

Foi realizada adesão do Município de São Paulo à metodologia da busca ativa escolar do UNICEF que visa possibilitar a articulação intersetorial entre educação, assistência social e saúde para o enfrentamento da evasão escolar, sendo realizada etapa piloto de testagem da plataforma integrante da Metodologia.

A iniciativa compõe o conjunto de ações implementadas pela SME voltadas à prevenção e o enfrentamento dos diferentes contextos que incidem nas condições de acesso, permanência e aprendizagem escolar. Durante o ano de 2021 foi priorizada a evasão, ou seja, realização de busca ativa dentro da escola.

3.4.4.4. Iniciativa 11.c – Criar e implementar protocolos territoriais de atuação em rede, que envolvam a comunidade, para a realização da busca ativa de gestantes e crianças que não acessam os serviços públicos.

Iniciativa prevista para iniciar em 2023.

3.4.4.5. Iniciativa 11.d – Capacitar 100% das equipes de atendimento direto e abordagem para atuarem de acordo com os protocolos de busca ativa e atendimento da população na primeira infância e suas famílias.

Iniciativa prevista para início em 2022, a partir do plano de capacitação elaborado para implementação do protocolo de atenção à primeiríssima infância e todos os seus fluxos de alerta para atenção a situações que requeiram atendimento integrado e especializado.

A SME informou que atualmente há dois fluxos de alerta estabelecidos: de atenção a gravidez na adolescência e de atenção às crianças e adolescentes

vítimas de violência. Para os próximos anos serão definidos também fluxos para busca ativa de gestantes e crianças que não acessam os serviços públicos (iniciativa 11.c) e para atendimento às famílias de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou outras situações que requerem atenção especializada (iniciativa 11.e).

3.4.4.6. Iniciativa 11.e – Garantir nos protocolos intersetoriais procedimentos para a detecção de situações que requerem atenção especializada, para o encaminhamento e para o atendimento adequado das famílias de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada.

Iniciativa prevista para iniciar em 2023.

3.4.4.7. Iniciativa 11.f – Integrar os programas de combate à pobreza aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e sua famílias.

Iniciativa prevista para iniciar em 2023.

3.4.4.8. Iniciativa 11.g – Integrar os programas de habilitação aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.

Iniciativa prevista para iniciar em 2023.

3.4.4.9. Iniciativa 11.h – Integrar os programas de prevenção e tratamento do abuso de drogas e álcool aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.

Iniciativa prevista para iniciar em 2023.

3.4.5. Objetivo estratégico – Ampliar o respeito à diversidade e fomentar a igualdade de oportunidade.

Quadro 18 – Objetivo Estratégico – Ampliar o respeito à diversidade e fomentar a igualdade de oportunidade.

Meta	Objetivo/Iniciativa	Realizado em 2021	Evidências

Meta 19	**Combater o racismo, por meio da implementação de nove iniciativas de melhoria no atendimento da população negra e/ou de promoção da igualdade racial.**		
	Iniciativa 19.h – Ampliar em 70% a oferta de cursos na temática étnico racial para educadores da Rede Municipal de Ensino (SME/SMRI).	Foram ofertadas 4.938 vagas de curso relacionadas à temática étnico-racial em 2021.	Números de curso ofertados pelo Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Diretorias Regionais de Educação: 1. Núcleo Técnico de Currículo – 1418; 2. Butantã – 210; 3. Campo Limpo – 500; 4. Capela do Socorro – 100; 5. Freguesia/Brasilândia – 150; 6. Guaianases – 125; 7. Ipiranga – 150; 8. Itaquera – 125; 9. Jaçanã/Tremembé – 250; 10. São Miguel Paulista – 125; 11. Penha – 325; 12. Pirituba/Jaraguá – 1060; 13. Santo Amaro – 100; 14. São Mateus – 300. Peça 04, fl.4 https://drive.google.com/drive/folders/1kHTB_0rOw4hLhVXSUdX0UQT_jxmpIY3W?usp=sharing

Fonte: Processo SEI nº 6016.2022/0040237-7.

.

ODS Vinculado



Secretarias Responsáveis: SMDHC, SMC, SME, SMRI, SMS

3.4.5.1. Meta 19 – Combater o racismo, por meio da implementação de nove iniciativas de melhoria no atendimento da população negra e/ou de promoção da igualdade racial.

Meta do Eixo SP Justa e Inclusiva. Das 9 iniciativas desta meta, somente a meta "h" tem participação direta da SME para sua execução.

3.4.5.2. Iniciativa 19.h – Ampliar em 70% a oferta de cursos na temática étnico racial para educadores da Rede Municipal de Ensino (SME/SMRI).

Conforme exposto pela Secretaria, foram ofertadas 4.938 vagas de curso relacionados à temática étnico-racial em 2021, sendo 1.418 vagas no Núcleo técnico de e 3.520 vagas nas treze Diretorias Regionais de Ensino, superando a meta estabelecida para o quadriênio 2021/2024.

Para fins de comparação, foram apresentados os números de vagas em anos anteriores apenas em cursos (excluindo os eventos – seminários presenciais):

2017 – 60 vagas;
2018 – 300 vagas;
2019 – 90 vagas;
2020 – 500 vagas.
Desta forma, a iniciativa foi atendida.

3.4.6. Objetivo estratégico – Garantir à toda população em idade escolar o acesso inclusivo e equitativo à educação de qualidade, assegurando o pleno desenvolvimento educacional de forma integrada à comunidade

Quadro 19 – Objetivo Estratégico – Garantir à toda população em idade escolar o acesso inclusivo e equitativo à educação de qualidade, assegurando o pleno desenvolvimento educacional de forma integrada à comunidade.

Meta	Objetivo/Iniciativa	Realizado em 2021	Evidências
Meta 22	**Alfabetizar as crianças da rede municipal até o final do 2º ano do ensino fundamental, antecipando em um ano a meta do plano nacional de educação (PNE).**		
	Iniciativa 22.a – Realizar avaliação diagnóstica, bimestralmente;	Não iniciado	Peça 04, fl.5
	Iniciativa 22.b – Realizar Provinha São Paulo, anualmente.	Realizado	Dados disponíveis no SERAp (https://serap.sme.prefeitura.sp.

			gov.br/Account/LoginSSO)
	Iniciativa 22.c – Prover estagiária(o) em todas as turmas do 1º ano do Ensino Fundamental;	Realizado parcialmente	6016.2021/0071120-3 6016.2021/0080868-1
	Iniciativa 22.d – Formar professores e Coordenadores Pedagógicos que atuam no Ciclo de Alfabetização de 100% das Escolas com Ensino Fundamental I.	Realizado	Comunicado Nº 1.057, de 01 de Setembro de 2021 Comunicado Nº 548, de 23 de Abril de 2021 Comunicado SME Nº 576, de 28 de Abril de 2021 Peça 04, fl.5
Meta 23	**Atingir o resultado de 5,7 no IDEP para os anos iniciais do Ensino Fundamental**	4,7	Peça 05, fl.18
	Iniciativa 23.a – Realizar a Prova São Paulo, anualmente;	Realizado	Dados disponíveis no SERAp (https://serap.sme.prefeitura.sp.gov.br/Account/LoginSSO)
	Iniciativa 23.b – Acompanhar a taxa de reprovação e evasão escolar (busca ativa);	Realizado Parcialmente	Dados de monitoramento das ações de busca ativa escolar que indicam que 3564 estudantes foram localizados por meio das ações de busca ativa escolar. Peça 04, fl.6
	Iniciativa 23.c – Publicar os resultados da avaliação por unidade escolar;	Publicado na Plataforma	Dados disponíveis no SERAp (https://serap.sme.prefeitura.sp.gov.br/Account/LoginSSO)
	Iniciativa 23.d – Implantar programa de recuperação das aprendizagens;	Implantado	https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativasecretaria-municipal-deeducacao-sme-29-de-21-dejulho-de-2021
	Iniciativa 23.e - Conceder 50 bolsas de mestrado para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.	Procedimento iniciado	Solicitado recursos para a oferta de bolsas na LOA de 2022 Peça 04, fl.7
Meta 24	**Atingir o resultado de 5,2 no IDEP para os anos finais do Ensino Fundamental**	4,6	Peça 05, fl.18
	Iniciativa 24.a – Realizar a Prova São Paulo, anualmente;	Realizado	Dados disponíveis no SERAp (https://serap.sme.prefeitura.sp.gov.br/Account/LoginSSO)
	Iniciativa 24.b – Acompanhar a taxa de reprovação e evasão escolar (busca ativa);	Realizado Parcialmente	A análise dos dados está sendo iniciada pela SME Peça 04, fl.7
	Iniciativa 24.c – Publicar os resultados da avaliação por unidade escolar;	Publicado na Plataforma	Dados disponíveis no SERAp (https://serap.sme.prefeitura.sp.gov.br/Account/LoginSSO)
	Iniciativa 24.d – Implantar programa de recuperação das aprendizagens;	Implantado	https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativasecretaria-municipal-deeducacao-sme-29-de-21-dejulho-de-2021
	Iniciativa 24.e - Conceder 50 bolsas de mestrado para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.	Procedimento iniciado	Solicitado recursos para a oferta de bolsas na LOA de 2022 Peça 04, fl.8/9
Meta 25	**Implantar 12 novos CEUs**		

	Iniciativa 25.a – Implantar 12 novos CEUs	Iniciado os procedimentos para contratação	Consulta Pública CP 009/2021/SGM-SEDP; Processo SEI nº 6016.2021/0121770-9; Concorrência: EC/002/2022/SGM-SEDP; Data para sessão de abertura – recebimento dos envelopes: inicialmente previsto para 11 de maio de 2022; reagendado para 14.06.2022.
	Iniciativa 25.b – Reformar ou adequar 46 CEUs	Foram realizados 2	CEU Formosa; CEU Capão Redondo. Peça 04, fl.10
Meta 26	**Implantar 45 Novas Unidades Escolares**		
	Iniciativa 26.a – Construir 45 novas unidades escolares entre CEIs, EMEIs e EMEFs;	0	Peça 04, fl.10
	Iniciativa 26.b – Reformar , ampliar ou adequar 1.915 unidades escolares.	81	Unidades relacionadas na Peça 04, fl.10/13
Meta 27	**Ofertar cursos de idiomas para os estudantes da rede municipal em todos os CEUs**		
	Iniciativa 27.a – Publicar normativa do programa;	Iniciado	Publicação da Instrução Normativa SME nº 55 de 13.12.2021 Links: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativasecretaria-municipal-de-educacao-sme-55-de-13-dedezembro-de-2021 https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativasecretaria-municipal-deeducacao-sme-17-de-5-deabril-de-2022
	Iniciativa 27.b – Ofertar cursos de idiomas para os estudantes da Rede Municipal em todos os CEUs.	Não iniciado	Aguardando designação de coordenadores e professores Peça 04, fl.13

Fonte: Processo SEI nº 6016.2022/0040237-7.

ODS Vinculado



Secretarias Responsáveis: SME

3.4.6.1. Meta 22 – Alfabetizar as crianças da rede municipal até o final do 2º ano do ensino fundamental, antecipando em um ano a meta do Plano Nacional de Educação (PNE)

Meta do Eixo SP Justa e Inclusiva. Foi informado pela SME que a proposta curricular e seus desdobramentos são determinantes para a melhoria das aprendizagens e que a estratégia adotada para garantir a alfabetização das crianças matriculadas na rede municipal da cidade de São Paulo, é embasada no Currículo da Cidade lançado em 2017.

Além das formações, a SME afirmou que foram elaborados os Cadernos da Cidade para os componentes de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Naturais; e as Orientações Didáticas (desdobramentos dessa proposta curricular que funcionam como materiais de apoio a essa implementação) para todo os componentes curriculares.

Ponderou que considerando a pandemia, o atingimento da meta prevê um plano de ação de busca ativa para prevenção e enfrentamento à evasão escolar, priorizando, os grupos de estudantes mais vulneráveis.

3.4.6.2. Iniciativa 22.a – Realizar avaliação diagnóstica, bimestralmente.

Iniciativa não realizada. As avaliações externas realizadas pela SME são: Prova Semestral (aplicada em agosto) Prova e Provinha São Paulo; e orientações para realização pelo professor da sondagem bimestralmente de Língua Portuguesa e Matemática no ciclo de alfabetização para fins de (re)planejamento docente.

3.4.6.3. Iniciativa 22.b – Realizar Provinha São Paulo, anualmente.

A provinha São Paulo foi realizada pela SME em 2021, conforme dados disponíveis no SERAp e informação da secretaria (peça 04, fls. 5/6 e peça 07).

3.4.6.4. Iniciativa 22.c – Prover estagiária(o) em todas as turmas do 1º ano do Ensino Fundamental.

A SME informou que o ano de 2021, ainda afetado pela situação de emergência sanitária (Pandemia por COVID-19), trouxe alguns problemas de contratação e

falta de procura por estágio, prejudicando o atendimento de 100% das turmas; e que DIEFEM realiza a formação mensal dos estagiários do Programa Parceiros da Aprendizagem.

3.4.6.5. Iniciativa 22.d – Formar professores e Coordenadores Pedagógicos que atuam no Ciclo de Alfabetização de 100% das Escolas com Ensino Fundamental I.

Formações realizadas, conforme exposto pela SME:

- Professores:

  Curso 1 – Ensinar e aprender a ler no ciclo de alfabetização;
  Curso 2 – "Caminhos metodológicos e didáticos"

- Coordenadores Pedagógicos

  "Identidades Profissionais em Construção: A Coordenação Pedagógica na Rede Municipal de Ensino de São Paulo" – destinado aos Profissionais da Educação nomeados em 2021 para o cargo de Coordenador Pedagógico.

3.4.6.6. Meta 23 – Atingir o resultado de 5,7 no IDEP para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Meta do Eixo SP Justa e Inclusiva. O resultado atingido em 2021 foi de 4,7 no IDEP (Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana), que é calculado pela SME, a partir dos resultados das avaliações da Provinha e Prova São Paulo e dos resultados das taxas de aprovação.

A SME informou que além da necessidade de planejar melhorias para a educação em médio e longo prazo, os resultados do IDEP abarcam fatores não compreendidos pelo IDEB (indicador nacional), como o componente curricular de Ciências Naturais, a complexidade da gestão escolar e as características socioeconômicas dos estudantes. Expos ainda que foi elaborado um plano de ação de busca ativa para prevenção e enfrentamento à evasão escolar, devido a situação emergencial vivida no contexto da pandemia do Covid-19.

Desta forma, a meta para 2021 não foi atingida.

3.4.6.7. Iniciativa 23.a – Realizar a Prova São Paulo, anualmente.

A Prova São Paulo foi realizada pela SME em 2021, conforme dados disponíveis no SERAp e informação da Secretaria (peça 04, fls. 5/6 e peça 07).

3.4.6.8. Iniciativa 23.b – Acompanhar a taxa de reprovação e evasão escolar (busca ativa).

A iniciativa foi parcialmente atendida pela SME, uma vez que nos meses de setembro e dezembro de 2021, foram desenvolvidas ações de busca ativa escolar por meio da contratação das agentes de busca ativa escolar. Os dados de monitoramento indicam que 3564 estudantes foram localizados por meio destas ações.

Quanto aos dados de reprovação, estes são analisados sempre no ano seguinte, ou seja, os dados de 2021 serão analisados no ano de 2022.

3.4.6.9. Iniciativa 23.c – Publicar os resultados da avaliação por unidade escolar.

A SME publicou os resultados na plataforma SERAp.

3.4.6.10. Iniciativa 23.d – Implantar Programa de Recuperação das Aprendizagens.

A SME informou que implantou o programa de recuperação das aprendizagens. Para a recuperação paralela, em 2021 o Projeto de Apoio e Aprendizagem (PAP) atendeu estudantes do 4º ao 9º ano, com formação mensal dos professores designados para atuação neste projeto da Divisão Pedagógico das 13 DREs.

Quanto ao material didático, foram produzidos o "Trilhas de Atividades" para apoiar o trabalho dos professores do PAP. Para a recuperação contínua, foi feita a redistribuição do Caderno Trilhas de Aprendizagem, material voltado para a priorização curricular para atendimento à recuperação contínua nas aulas regulares.

3.4.6.11. Iniciativa 23.e – Conceder 50 bolsas de mestrado para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O procedimento para concessão das bolsas foi iniciado pela SME, que informou que foram realizadas reuniões de planejamento entre a COCEU, área da SME responsável pela oferta das bolsas e a SGM, para definição da oferta das bolsas de mestrado ao longo do período do Programa de Metas. O recurso para a oferta das bolsas foi solicitado na LOA de 2022.

3.4.6.12. Meta 24 – Atingir o resultado de 5,2 no IDEP para os anos finais do Ensino Fundamental.

Meta do Eixo SP Justa e Inclusiva. O resultado atingido em 2021 foi de 4,7 no IDEP (Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana), que é calculado pela SME, a partir dos resultados das avaliações da Provinha e Prova São Paulo e dos resultados das taxas de aprovação.

A SME informou que além da necessidade de planejar melhorias para a educação em médio e longo prazo, os resultados do IDEP abarcam fatores não compreendidos pelo IDEB (indicador nacional), como o componente curricular de Ciências Naturais, a complexidade da gestão escolar e as características socioeconômicas dos estudantes. Expos ainda que foi elaborado um plano de ação de busca ativa para prevenção e enfrentamento à evasão escolar, devido a situação emergencial vivida no contexto da pandemia do Covid-19.

Desta forma, a meta para 2021 não foi atingida.

3.4.6.13. Iniciativa 24.a – Realizar a Prova São Paulo, anualmente.

A Prova São Paulo foi realizada pela SME, conforme dados disponíveis no SERAp e informação da Secretaria (peça 04, fls. 5/6 e peça 07).

3.4.6.14. Iniciativa 24.b – Acompanhar a taxa de reprovação e evasão escolar (busca ativa).

A iniciativa foi parcialmente atendida pela SME, que informou que a análise dos dados referentes às reprovações que ocorreram em 2021 está sendo realizada e

o estudante identificado nesta condição está sendo inserido nos processos de acompanhamento realizados pelas equipes dos NAAPAs. A retenção representa uma das condicionantes que caracterizam o estudante como vulnerável do ponto de vista educacional.

3.4.6.15. Iniciativa 24.c – Publicar os resultados da avaliação por unidade escolar.

A SME publicou os resultados na plataforma SERAp.

3.4.6.16. Iniciativa 24.d – Implantar Programa de Recuperação das Aprendizagens.

A SME informou que implantou o programa de recuperação das aprendizagens. Para a recuperação paralela, em 2021 o Projeto de Apoio e Aprendizagem (PAP) atendeu estudantes do 4º ao 9º ano, com formação mensal dos professores designados para atuação neste projeto da Divisão Pedagógico das 13 DREs.

Quanto ao material didático, foram produzidos o "Trilhas de Atividades" para apoiar o trabalho dos professores do PAP. Para a recuperação contínua, foi feita a redistribuição do Caderno Trilhas de Aprendizagem, material voltado para a priorização curricular para atendimento à recuperação contínua nas aulas regulares.

3.4.6.17. Iniciativa 24.e – Conceder 50 bolsas de mestrado para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental

O procedimento para concessão das bolsas foi iniciado pela SME, que informou que foram realizadas reuniões de planejamento entre a COCEU, área da SME responsável pela oferta das bolsas e a SGM, para definição da oferta das bolsas de mestrado ao longo do período do Programa de Metas. O recurso para a oferta das bolsas foi solicitado na LOA de 2022.

3.4.6.18. Meta 25 – Implantar 12 novos CEUs

3.4.6.19. Inciativa 25.a – Implantar 12 novos CEUs

Meta do Eixo SP Justa e Inclusiva. Os procedimentos para contratação de 05 novas unidades dos CEUS foram iniciadas pela SME, que optou pelo modelo de PPP para construção, manutenção e zeladoria, a partir de análises e diagnósticos internos.

O edital desse primeiro lote (EC/002/2022/SGM-SEDP) foi publicado em 26.03.2022, porém a sessão prevista para 14.06.2022 foi declarada deserta. Novo edital (EC/007/2022/SGM-SEDP), com alterações, foi publicado em 16.06.2022, com sessão de abertura agendada para 21.07.2022.

Os 05 CEUS do primeiro lote são: CEU Ermelino Matarazzo, CEU Cidade Líder, CEU Imperador, CEU Cidade Ademar e CEU Grajaú. Em adição aos 5 CEUs, a SME definiu 10 áreas de interesse para implantar mais 7 CEUs, para os próximos anos.

Desta forma, em 2021 não foi inaugurada nenhuma nova unidade do CEU na cidade de São Paulo.

3.4.6.20. Iniciativa 25.b – Reformar ou adequar 46 CEUs

A iniciativa foi parcialmente atendida pela SME, que informou que foram reformados dois CEUS (Formosa e Capão Redondo), ou seja, 4,35% da meta do quadriênio 2021/2024. A expectativa é que em 2022 serão reformados 26, outros 10 CEUs serão reformados em 2023 e 8 CEUs em 2024.

3.4.6.21. Meta 26 – Inaugurar 45 novas unidades escolares

3.4.6.22. Iniciativa 26.a – Construir 45 novas unidades escolares entre CEIs, EMEIs e EMEFs

Meta do Eixo SP Justa e Inclusiva. A previsão da SME é de entrega de 15 unidades educacionais no início de 2023, 13 no final de 2023 e 17 unidades educacionais em 2024.

Desta forma, em 2021 não foi inaugurada nenhuma nova unidade escolar.

3.4.6.23. Iniciativa 26.b – Reformar, ampliar ou adequar 1.915 unidades escolares

A iniciativa foi iniciada pela SME em 2021, onde foram reformadas 81 unidades escolares, ou seja, 4,22% da meta prevista para o quadriênio 2021/2024. Está prevista a reforma / ampliação / adequação / manutenção de 600 unidades em 2022, 620 em 2023 e 614 unidades escolares em 2024.

3.4.6.24. Meta 27 – Ofertar curso de idiomas para os estudantes da rede municipal em todos os CEUs.

A Rede Municipal de Ensino de São Paulo, desde 2012, oferta o inglês como língua estrangeira desde o 1º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. Criado pela Lei 17.257/2019, que dispõe sobre a criação da Escola de Idiomas do Município de São Paulo, passará a se chamar "Centro de Estudos de Línguas Paulistano – CELP", que ofertará o ensino de línguas estrangeiras modernas em horário diferente do qual eles se encontram matriculados na educação básica.

3.4.6.25. Iniciativa 27.a – Publicar normativa do programa.

A SME emitiu a Instrução Normativa nº 55, de 13.12.2021, que estabelece normas complementares para o funcionamento e organização da escola de idiomas, por meio dos CELPs, regulamentado pelo decreto nº 60.681, de 07.12.2021. A própria secretaria já informou sobre a necessidade de republicação em 2022, para atender os critérios mínimos de designação: IN SME nº 17/2022.

3.4.6.26. Iniciativa 27.b – Ofertar cursos de idiomas para os estudantes da Rede Municipal em todos os CEUs.

Não iniciado pela SME em 2021, que informou que está aguardando designação de coordenadores e professores.

3.4.7. Objetivo estratégico – Democratizar o acesso à população artística e cultural da cidade e valorizar a cultura da periferia.

Quadro 20 – Objetivo Estratégico – Democratizar o acesso à população artística e cultural da cidade e valorizar a cultura da periferia.

Meta	Objetivo/Iniciativa	Realizado em 2021	Evidências
Meta 53	**Implantar dez salas de cinema nos CEUS**		
	Iniciativa 53.a – Implantar dez salas de cinema nos CEUs	Não realizado	Início das tratativas com a SP Cine, com vistas a planejar a implantação das 10 salas de cinema. Peça 04, fls. 13/14

Fonte: Processo SEI nº 6016.2022/0040237-7.

ODS Vinculado



Secretarias Responsáveis: SMC, SME

3.4.7.1. Meta 53 – Implantar dez salas de cinema nos CEUS

3.4.7.2. Meta 53.a – Implantar dez salas de cinema nos CEUs

A SME informou que em 2021, foram realizadas reuniões entre as equipes da Coordenadoria dos CEUs e da SP Cine, com vistas a planejar a implantação das 10 salas de cinemas nos CEUs e dividir as atribuições de cada secretaria no alcance da meta. Nessas reuniões, definiu-se que a SMC será a responsável pela equipagem das salas, adequações construtivas, gestão do processo, contratação da empresa e programação do Circuito, enquanto a SME caberá o custeio parcial de todos estes elementos.

Desta forma, em 2021 não foi inaugurada nenhuma nova sala de cinema nos CEUs.

3.5. Indicadores de Desempenho

3.5.1. Produção de serviços

O Município de São Paulo atua prioritariamente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, detendo pequena participação no Ensino Médio, em consonância com o art. 211, § 2º, da Constituição Federal e com o art. 11, V, da Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei Federal nº 9.394/96).

Nos subitens seguintes demonstra-se a evolução física das instalações (escolas), das matrículas e do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação (SME) no período 2015-2021.

3.5.1.1. Escolas

Em dezembro de 2021, a Rede Municipal de Ensino (RME) da cidade de São Paulo contava com 4.121 unidades de ensino, sendo 37,3% da rede direta e 62,7% da rede parceira:

Quadro 21 – Unidades de Ensino da RME de São Paulo.

Modalidade de Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Educação Infantil	**2.525**	**2.600**	**2.770**	**2.890**	**3.046**	**3.116**	**3.197**
Rede Direta	**919**	**919**	**928**	**935**	**939**	**955**	**958**
CEI Direta	362	362	362	362	362	362	362
EMEI e CEMEI	550	551	560	567	572	588	590

CECI	3	3	3	3	3	3	3
CCI/CIPS	4	3	3	3	2	2	3
Rede Parceira	**1.606**	**1.681**	**1.842**	**1.955**	**2.107**	**2.161**	**2.239**
CEI Indireta **(Parceria)**	365	354	376	375	380	380	383
Creches **(Parceria)**	1.241	1.327	1.466	1.580	1.727	1.781	1.856
Ensino Fundamental	**546**	**546**	**547**	**547**	**547**	**548**	**548**
EMEF	546	546	547	547	547	548	548
Ensino Médio	**8**	**8**	**8**	**8**	**8**	**8**	**8**
EMEFM	8	8	8	8	8	8	8
Educação de Jovens e Adultos	**385**	**348**	**382**	**336**	**337**	**327**	**362**
CIEJA	16	16	16	16	16	16	16
MOVA **(Parceria)**	366	330	364	318	319	309	344
CMCT	3	2	2	2	2	2	2
Educação Especial	**6**	**6**	**6**	**6**	**6**	**6**	**6**
EMEBS	6	6	6	6	6	6	6
Total	**3470**	**3.508**	**3.713**	**3.787**	**3.944**	**4.005**	**4.121**

Fonte: Dados constantes no TC 008452/2021 e dados enviados pela SME (peça 05, fl.4 e peça 08, fl.1). Data base: 31.12.2021.

Na Educação Infantil, em 2021 houve aumento de 81 unidades (+2,59%) em relação a 2020, sendo 78 da rede parceira e 3 da rede direta (EMEIs e CEMEIs), O crescimento da rede direta foi inferior ao registrado no ano anterior, de 16 unidades.

Das 113 unidades escolares que foram ampliadas em toda a rede parceira, 3 foram em CEI Indireta, 75 em Creches e 35 na rede de educação de jovens e adultos (MOVA).

Não houve alteração na quantidade de estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio de 2020 para 2021.

Gráfico 1 – Unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental da RME-SP.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Quadro 21.

3.5.1.2. Demanda

A tabela 2 apresenta a evolução da demanda reprimida na Educação Infantil (peça 09):

Quadro 22 – Demanda reprimida na Educação Infantil da RME-SP – 2015/2021.

Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021

Creche	75.194	65.040	44.092	19.697	9.670	649	595
Pré-Escola	3.595	1.269	143	69	115	20	0
Total	**78.789**	**66.309**	**44.235**	**19.766**	**9.785**	**669**	**595**

Fonte: Dados constantes no TC 008452/2021 e dados enviados pela SME (peça 09). Data base: 31.12.2021.

Os dados demonstram que a demanda não atendida na Educação Infantil tem caído desde 2015, excetuada a demanda de pré-escola, que teve aumento de 2018 para 2019, mas depois recuou em 2021. De acordo com os dados enviados pela SME, em 2021 a demanda reprimida de 595 para creches, refere-se à demanda com opção por unidade específica.

Atualmente, SME classifica a demanda reprimida de acordo com três critérios: (1) demanda sem opção por unidade específica em espera até 30 dias; (2) demanda sem opção por unidade específica em espera a mais de 30 dias; e (3) demanda com opção por unidade específica. Assim, a demanda reprimida em 2021 está exposta no quadro a seguir:

Quadro 23 – Demanda reprimida na Educação Infantil da RME-SP.

Modalidade de ensino	**Demanda**
Creche (1)	0
Creche (2)	0
Creche (3)	595
Total Creche	**595**
Pré-escola (1)	0
Pré-escola (2)	0
Pré-escola (3)	0
Total Pré-escola	**0**
Total Educação Infantil	**595**

Fonte: Dados enviados por SME (peça 09). Data base: 31.12.2021.
(1) demanda sem opção por unidade específica em espera até 30 dias;
(2) demanda sem opção por unidade específica em espera a mais de 30 dias;
(3) demanda com opção por unidade específica.

Gráfico 2 – Evolução da demanda reprimida na Educação Infantil da RME-SP.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Quadro 22.

Como se depreende do gráfico 2, a demanda reprimida total na Educação Infantil sofreu forte queda ao longo dos últimos anos, tendo atingido o menor nível em 2021.

Ressalte-se que a Lei Federal n° 12.796/13 alterou diversos dispositivos da LDB, introduzindo a pré-escola no rol dos deveres do Estado com educação escolar, sendo obrigatória a garantia de Educação Básica e gratuita dos quatro aos dezessete anos (art. 4º, I, da LDB, alterados pela Lei Federal n° 12.796/13). Tal previsão já constava do art. 208, I, da Constituição Federal, bem como do inciso X do art. 4º da própria LDB que estabelece como obrigação do Estado a garantia de vaga na escola pública a toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade.

Conforme informações da SME, a demanda reprimida na Pré-Escola da RME-SP foi zerada no fim de 2021, sendo atendida integralmente a garantia prevista na Lei Federal nº 9.394/96 e na Constituição Federal.

3.5.1.3. Matrículas

No quadro a seguir consta a evolução das matrículas na rede de ensino do Município de São Paulo de 2015 a 2021:

Quadro 24 – Número de matrículas por modalidade de ensino na RME-SP.

Modalidade de Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Educação Infantil	**465.298**	**499.228**	**529.635**	**552.812**	**574.226**	**611.454**	**615.500**
Rede Direta	**254.748**	**265.462**	**271.001**	**270.931**	**272.179**	**290.138**	**279.681**
Creche	56.500	57.181	57.519	57.661	56.767	62.990	59.158
Pré-escola	198.248	208.281	213.482	213.270	215.412	227.148	220.523
Rede Parceira	**210.550**	**233.766**	**258.634**	**281.881**	**302.047**	**321.316**	**335.819**
Creche (Parceria)	204.285	226.998	252.757	276.898	293.724	312.570	326.045
Pré-escola (Parceria)	6.265	6.768	5.877	4.983	8.323	8.746	9.774
Ensino Fundamental	**415.410**	**414.639**	**406.350**	**423.183**	**415.272**	**417.493**	**415.700**
EMEF	415.410	414.639	406.350	423.183	415.272	417.493	415.700
Ensino Médio	**3.123**	**3.220**	**3.351**	**2.623**	**2.395**	**2.419**	**2.691**
EMEFM	3.123	3.220	3.351	2.623	2.395	2.419	2.691
Educação de Jovens e Adultos	**53.148**	**54.449**	**53.771**	**50.591**	**50.896**	**55.008**	**41.290**
EJA/CIEJA	40.816	41.217	40.196	37.668	37.434	43.719	29.535

MOVA (Parceria)	11.899	11.872	12.125	11.335	11.714	9.788	10.785
Educação Profissional	433	1360	1.450	1.588	1.748	1.501	970
Educação Especial	**2.762**	**2.792**	**2.527**	**2.574**	**2.685**	**2.637**	**2.097**
EMEE	846	869	692	679	730	791	637
EMEE (Parceria)	1.916	1.923	1.835	1.895	1.955	1.846	1460
Total	**939.741**	**974.328**	**995.634**	**1.031.783**	**1.045.474**	**1.089.011**	**1.077.278**

Fonte: Dados constantes no TC 008452/2021 e dados enviados pela SME (peça 05, fl.5). Data base: 31.12.2021.

A SME possuía, em dezembro de 2021, 1.077.278 alunos matriculados em sua rede de ensino, sendo 57,13% na Educação Infantil e 38,59% no Ensino Fundamental, correspondendo juntos a 95,72% das matrículas da RME. Isso indica que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental estão sendo priorizados no âmbito municipal, em consonância com os dispositivos da Constituição Federal e da LDB.

Em relação a 2020, houve diminuição de 1.793 matrículas no Ensino Fundamental (-0,43%).

Na Educação Infantil, por sua vez, houve aumento de 4.046 matrículas (+0,66%), sendo resultado de um aumento de 14.503 vagas na rede parceira e uma diminuição de 10.457 vagas na rede direta.

Conforme demonstrado no Gráfico 3, a variação ocorrida nesse ano segue tendência existente desde 2015, com aumento de alunos na Educação Infantil, especialmente na rede parceira, mantendo praticamente a mesma quantidade de matrículas no Ensino Fundamental:

Gráfico 3 – Matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental da RME-SP.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Quadro 24.

Conforme se observa no gráfico 3, mantém-se a tendência existente desde 2018, em que a rede parceira passou a ter mais matrículas do que a rede direta na Educação Infantil.

O gráfico 4 apresenta as matrículas em creches e pré-escolas:

Gráfico 4 – Matrículas na Educação Infantil da RME-SP: Creche e Pré-Escola.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Quadro 24.

As matrículas em creche aumentaram substancialmente em relação a 2015 (124.418 novas matrículas realizadas, +47,77%), sendo o crescimento da rede parceira 45,8 vezes maior do que o da rede direta nesse período[4]. Essa constatação somada aos descredenciamentos[5] de 35 entidades da sociedade civil que mantinham creches da rede parceira devido a irregularidades constatadas pela Controladoria Geral do Município em 2020 inspira que a SME aperfeiçoe os controles internos e processos de fiscalização dessas unidades.

No Relatório de Análise da Função de Governo do exercício de 2020[6] foi feita a proposta de recomendação de que SME aperfeiçoe os controles internos e processos de fiscalização dos centros de Educação Infantil da rede parceira visto que a rede parceira possui quase cinco vezes mais alunos matriculados em creche que a rede direta.

Em resposta, foi informado que para aperfeiçoamento dos controles internos e processos de fiscalização dos Centros de Educação Infantil Indiretos e parceiros, a SME está desenvolvendo Sistema de Gestão de Parcerias – SIGEP – que proporcionará maior efetividade, padronização e agilidade nos procedimentos, assim como maior eficácia no acompanhamento/fiscalização e cruzamento das informações das parcerias. O sistema está sendo implantado gradualmente, iniciando pelo módulo de credenciamento educacional das OSCs, e que seria iniciado o treinamento dos operadores para implantação dos demais módulos do sistema – celebração/repasse/prestação de contas/acompanhamento.

A Instrução Normativa SME Nº 57/2021, publicada em 31/12/2021, estabeleceu que o credenciamento educacional seja formalizado no SIGEP.

---

[4] Entre 2015 a 2021 houve incremento de 2.658 matrículas em creches da Rede Direta, contra aumento de 121.760 matrículas em creches da Rede Parceira.
[5] Prefeitura substitui entidades mantenedoras de 104 creches da cidade - SME Portal Institucional https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-substitui-entidades-mantenedoras-de-104-creches-da-cidade/#:~:text=A%20Prefeitura%20de%20S%C3%A3o%20Paulo,sexta%2Dfeira%20(01).
[6] TC/008452/2021.

3.5.1.4. Pessoal

No quadro a seguir estão os dados referentes à evolução do quadro de pessoal da SME desde 2015:

Quadro 25 – Quadro de Pessoal da SME.

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Magistério Municipal	**63.442**	**63.387**	**64.947**	**64.290**	**62.780**	**63.041**	**62.432**
Docentes Efetivos	59.616	59.621	63.235	63.649	62.102	61.277	58.519
Docentes Contratados	2.981	3.115	1.360	378	487	1.611	3.798
Docentes Admitidos	123	117	40	62	42	29	20
Docentes em Comissão	722	534	312	201	149	124	95
Cargos de Apoio à Educação	**15.968**	**15.360**	**15.001**	**13.999**	**13.245**	**13.081**	**13.922**
Agentes Escolares	4.657	4.326	3.952	3.619	3.301	3.125	2.953
Auxiliares Técnicos Educ. I/II – Efetivos	8.018	8.185	7.874	7.602	7.235	7.056	8.145
Outros	3.293	2.849	3.175	2.778	2.709	2.900	2.824
Total	**79.410**	**78.747**	**79.948**	**78.289**	**76.025**	**76.122**	**76.354**

Fonte: Dados constantes no TC 008452/2021 e dados enviados pela SME (peça 08, fl.2). Data base: 31.12.2021.

Houve aumento no número de servidores de 2020 para 2021 (passou de 76.122 para 76.354) ocasionado principalmente pelo aumento no número de docentes contratados, que saltou de 1.611 em 2020 para 3.798 em 2021 (aumento de 136%).

O número de docentes contratados vem sofrendo aumento desde 2018, enquanto o número de docentes efetivos vem sofrendo queda no mesmo período: desde 2018 tem-se 5.130 docentes efetivos a menos. Só no último ano, a diminuição de docentes efetivos foi de 2.758.

Quanto aos cargos de apoio à educação, de 2020 para 2021, houve aumento de 6,43% (passou de 13.081 para 13.922 para o total de cargos), justificado principalmente pelo acréscimo de 1.089 Auxiliares Técnicos de Educação, que desempenham funções de inspetoria e secretaria, cargo este que vinha sofrendo queda desde 2017, e que poderia comprometer o bom funcionamento das unidades, conforme exposto nos relatórios da função educação com os dados de 2020.

3.5.2. Atendimento à Lei Municipal 14.173/06

A Lei Municipal nº 14.173/2006 estabelece indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos no Município de São Paulo. Seu art. 10 determina a apuração dos seguintes indicadores relativos à Educação Básica:

> I - nível de universalização da educação infantil;
>
> II - nível de universalização do ensino fundamental;
>
> III - nível de universalização do ensino médio;
>
> IV - nível de evasão escolar;
>
> V - nível de alfabetização na faixa etária;
>
> VI - nível de repetência dos alunos;
>
> VII - nível de formação/graduação dos professores;
>
> VIII - nível de adequação série/idade;
>
> IX - nível de compatibilidade bairro/escola;
>
> X - desempenho apurado no Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, estabelecido pela Lei nº 14.063, de 14 de outubro de 2005.

Atendendo a nossa requisição de documentos, a SME apresentou os resultados dos indicadores de desempenho em atendimento à LM nº 14.173/06 com data base de 31.12.2021 para os dados coletados no Sistema EOL e maio/2021 para os dados divulgados pelo Censo Escolar para as demais redes, conforme descrito a seguir:

3.5.2.1. Item I, do art.10 – Nível de universalização da educação infantil.

Quadro 26 – Nível de universalização da educação infantil (2021).

	Total População de 0 a 5 anos	Total Alunos (Creche + Pré-Escola)	Taxa Universalização	Municipal + Parceira (Creche + Pré-Escola)	Estadual (Creche + Pré-Escola)	Federal (Creche + Pré-Escola)	Privada (Creche + Pré-Escola)

Total Geral	920.997	703.611	76,40%	615.800	98	137	87.576

Fonte: Peça 06, fl.2 – Sistema Escola On-Line (Dezembro.2021); Outras redes – censo escolar População SEADE 2021.

No Relatório de Função de Governo de 2021 da própria SME (Peça 05, fl.48), foram apresentados os níveis de universalização da Educação Infantil dos anos anteriores[7]:

2020 – 76,46%, sendo 63,33% (creche) e 89,58% (pré-escola)
2019 – 77,82%, sendo 62,84% (creche) e 92,79% (pré-escola)
2018 – 75,77%, sendo 58,01% (creche) e 93,52% (pré-escola)
2017 – 74,82%, sendo 53,22% (creche) e 96,42% (pré-escola)

Observa-se que o nível de universalização da educação infantil para as creches e pré-escola, na média para os últimos 5 anos, é de 76,20%, índice bem próximo dos 76,40% para o ano de 2021. Com os dados apresentados especificamente para os anos anteriores para pré-escola, observa-se que há um decréscimo nos últimos anos, no qual a própria SME informou que devido ao período pandêmico, ações foram tomadas intersecretarias para promover a matrícula de crianças que não estão inseridas nas Unidades Educacionais.

3.5.2.2. Item II, do art.10 – Nível de universalização do ensino fundamental.

Quadro 27 – Nível de universalização do ensino fundamental (2021).

	Total População de 6 a 14 anos	**Total Alunos Ensino Fundamental**	**Taxa Universalização**	**Municipal (Ensino Fundamental)**	**Estadual (Ensino Fundamental)**	**Federal (Ensino Fundamental)**	**Privada (Ensino Fundamental)**
Total Geral	1.334.629	1.364.432	102,00%	415.700	593.024	206	355.502

Fonte: Peça 06, fl.02 – Sistema Escola On-Line (Dezembro.2021); Outras redes – censo escolar População SEADE 2021.

[7] Foi feita a média das taxas informadas pela SME das etapas de creche e pré-escola.

No Relatório de Função de Governo de 2021 da própria SME (Peça 05, fl.49), foram apresentados os níveis de universalização do Ensino Fundamental dos anos anteriores:

2020 – 104,46%
2019 – 105,50%
2018 – 105,55%
2017 – 104,91%

Observa-se a manutenção do nível de atendimento nos últimos anos com percentual acima de 100%, com uma ligeira queda no período pandêmico e que a SME informou que ações foram tomadas intersecretarias para promover a matrícula de crianças que não estão inseridas nas Unidades Educacionais.

3.5.2.3. Item III, do art.10 – Nível de universalização do ensino médio.

Quadro 28 – Nível de universalização do ensino médio (2021).

	Total População de 15 a 17 anos	Total Alunos Ensino Médio	Taxa Universalização	Municipal (Ensino Médio)	Estadual (Ensino Médio)	Federal (Ensino Médio)	Privada (Ensino Médio)
Total Geral	428.998	425.498	99,18%	2.691	339.807	1.608	81.392

Fonte: Peça 06, fl.2 – Sistema Escola On-Line (Dezembro/2021); Outras redes – censo escolar População SEADE 2021.

No Relatório de Função de Governo de 2021 da própria SME (Peça 05, fl.50) foi apresentada a taxa da universalização do Ensino Médio dos anos anteriores:

2020 – 88,24%
2019 – 86,51%
2018 – 90,18%
2017 – 99,38%

A taxa de universalização para o Ensino Médio encontra-se próximo a sua totalidade para o ano de 2021 (99%). Cabe lembrar que o Município de São Paulo só possui oito unidades com estudantes do ensino médio, uma vez que esta modalidade de ensino é uma prioridade da Secretaria de Estado conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96).

3.5.2.4. Item IV, do art.10 – Nível de evasão escolar.

Quadro 29 – Nível de evasão escolar no ensino Fundamental (2021).

	Total Fund. 9 anos	Total Fund. I	Total Fund. II	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Total Geral	0,76%	0,69%	0,84%	1,17%	0,72%	0,54%	0,50%	0,48%	0,52%	0,63%	0,73%	1,52%

Fonte: Peça 06, fl.2/3

No Relatório de Função de Governo de 2021 da própria SME (Peça 05, fl.51), foram apresentados o nível de evasão escolar dos anos anteriores, onde se observa que houve um pequeno acréscimo nas taxas de evasão escolar de 2021, em comparação com 2020, que apresentou 0,04% para o ensino fundamental e 0,26% para o ensino médio, muito devido aos reflexos do período da pandemia COVID-19.

A fim de obter um comparativo com números pré-pandemia, em 2019 e 2018 a taxa de abandono escolar para ensino fundamental foi de 0,95% e para o ano de 2017 foi de 1,01%, ou seja, taxas próximas com os dados fornecidos no quadro 29 relativos ao ano de 2021 (ainda no período da pandemia).

3.5.2.5. Item V, do art.10 – Nível de alfabetização na faixa etária.

Os dados não foram apresentados pela SME de forma direta, sendo informado na Peça 06, fl.3 que os dados são fornecidos pelo IBGE. Ainda sim, no despacho do Coordenador da COPED (Peça 07. fl.2) foram trazidos os dados comparativos entre os resultados alcançados na Provinha e Prova São Paulo de 2021, com os das últimas provas aplicadas pela SME, com base no índice de Proficiência>100[8]:

- Prova São Paulo 2018: 92,3%
- Prova São Paulo 2019: 92,4%
- Prova São Paulo 2020: N/A (devido à pandemia COVID-19)
- Prova São Paulo 2021: 81,0%

[8] Taxa de alfabetização para o 2º ano.

A SME informou que este indicador expressa o percentual de estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental da rede municipal alfabetizados, e que até 2019 havia a manutenção do nível desses estudantes desde a implementação do Currículo da Cidade, lançado em 2017. Em 2020 não foi possível apurar este indicador devido à impossibilidade de mensurar os dados necessários para determinar o valor do indicador no período da pandemia.

Desta forma, estes dados evidenciam **que os resultados de 2021, pós-pandemia, são piores do que os resultados dos anos de 2018 e 2019**, quanto ao índice de alfabetização dos alunos da rede municipal de ensino para o 2º ano.

3.5.2.6. Item VI, do art.10 – Nível de repetência dos alunos

Quadro 30 – Nível de repetência dos alunos do ensino fundamental (2021).

	Total Fund. 9 anos	Total Fund. I	Total Fund. II	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Ano 2021	0,79%	0,66%	0,94%	0,46%	0,67%	0,98%	0,67%	0,58%	0,86%	0,97%	1,09%	0,83%

Fonte: Peça 06, fl.3

No Relatório de Função de Governo de 2021 da própria SME (Peça 05, fl.54), foram apresentados o nível de repetência dos alunos nos anos anteriores, onde destacamos os da etapa do ensino fundamental:

2020 – 0,01%
2019 – 0,95%
2018 – 3,23%
2017 – 3,67%

Observa-se que os índices voltaram a subir em 2021, após o ano de 2020 que devido à pandemia a grande maioria dos alunos ascendeu de ano de forma

automática na unidade escolar[9], mas ainda mantendo-se, na média, abaixo dos índices de repetência entre os anos de 2017/2019.

3.5.2.7. Item VII, do art.10 – Nível de formação/graduação dos professores.

A SME informou na Peça 06, fl.3 que os dados estão disponíveis no portal Observa Sampa: https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/educacao

Ao acessar o respectivo link, em 30.05.2022, o único indicador com o tema ODS que tem correção com o item VII do art.10 da LM nº 14.173/2006 é: Professores na rede municipal com ensino superior completo (%). Ao realizar a pesquisa para o ano de 2021 no município de São Paulo, o resultado é de que 98,14% dos professores da rede municipal possuem ensino superior completo.

No Relatório de Função de Governo de 2021 da própria SME (Peça 05, fl.57), foram apresentados o nível de formação/graduação dos professores nos anos anteriores:

2020 – 98,92%
2019 – 98,55%
2018 – 98,32%
2017 – 97,54%

Apesar da pequena queda do índice de 2021 em comparação com os últimos anos, o índice de formação/graduação dos professores que possuem ensino superior completo continua acima de 98%.

3.5.2.8. Item VIII, do art.10 – Nível de adequação série/idade.

Quadro 31 – Nível de adequação série/idade (taxa de distorção idade-série).

Ciclo I	Ciclo II	Ciclo III

[9] Excepcionalmente, no ano de 2020, devido a situação de emergência gerada pela pandemia causada por COVID-19, foi instituída a Instrução Normativa SME n° 51 de 11 de dezembro de 2020 que tratava de orientação as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino no que se refere aos registros do ano de 2020, onde constava a não atribuição de notas/conceitos inferiores a medias regimentais.

	Total	Total Anos Iniciais	Total Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Tolerância de 01 ano da série	7,41%	3,69%	11,64%	1,13%	1,98%	2,59%	5,86%	6,79%	7,86%	11,37%	13,32%	14,16%

Fonte: Peça 06, fl.3 - Sistema escola on-line.

No Relatório de Função de Governo de 2021 da própria SME (Peça 05, fl.57), foram apresentados a taxa de distorção idade-série na rede municipal nos anos anteriores:

2020 – 8,88% (Ensino Fundamental) e 17,77% (Ensino Médio)
2019 – 9,28% (Ensino Fundamental) e 18,87% (Ensino Médio)
2018 – 8,84% (Ensino Fundamental) e 17,52% (Ensino Médio)
2017 – 8,76% (Ensino Fundamental) e 14,43% (Ensino Médio)

Ao analisar os números apresentados pela SME para 2021 (7,41%) em comparação com a série histórica entre os anos de 2017/2020 apresentados no Relatório de Função de Governo da SME (peça 05, fl. 58/59), contata-se que em 2021 houve uma pequena queda na distorção idade-série para o ensino fundamental, apesar de os números para os anos finais ser de 11,64% em média. Quanto ao ensino médio, por não serem fornecidos os números de 2021, não foi possível constatar se a tendência de queda observada entre 2019/2020 foi mantida.

3.5.2.9. Item IX, do art.10 – Nível de compatibilidade bairro/escola.

Quadro 32 – Nível de compatibilidade bairro/escola no ensino fundamental (2021).

	Matrícula Total Fundamental	Alunos que utilizam TEG	% Atendimento Dez.2021
Total Geral	415.700	40.937	9,85%

Fonte: Peça 06, fls.3/4 – Sistema escola on-line.

A SME apontou que o nível de compatibilidade bairro/escola refere-se ao percentual dos alunos do ensino fundamental que utilizam Transporte Escolar Gratuito (TEG).

No Relatório de Função de Governo de 2021 da própria SME (Peça 05, fls. 58/59), foi apresentado o nível de compatibilidade bairro/escola dos anos anteriores:

2020 – 8,43%
2019 – 8,38%
2018 – 10,07%
2017 – 9,72%

A taxa informada pela SME para 2021 está de acordo com a média dos anos entre 2017/2020.

Na auditoria realizada em 2021[10], com base no histórico dos indicadores até 2019, foi recomendado o que segue pelo TCM/SP:

> 5.5. Que SME reavalie o uso dos dados de alunos que utilizam TEG como parâmetro para o indicador compatibilidade bairro/residência para que o mesmo possa refletir o mais fielmente possível o número real de crianças e adolescentes que não estudam próximo às suas residências. (item 3.3.9)

Embora a Lei nº 14.173/2006 não traga a descrição da fórmula ou do conceito que deve ser utilizado em cada indicador, entendem-se que o TEG não traduz exatamente o que o indicador deveria medir: o percentual de alunos que estudam próximos às suas residências.

A concessão do transporte escolar é regulamentada pela Lei nº 13.697/2003 e teve sua última atualização através da Instrução Normativa (IN) nº 27, de 11 de setembro de 2020. Os arts. 6º e 7º da referida IN descrevem os estudantes que podem ser beneficiados pelo programa:

> Art. 6º Serão atendidos os estudantes:

[10] TC 006421/2021

> I - que residirem a partir de 2km da Unidade Educacional, sendo a distância calculada por meio dos dados de georreferenciamento, do Sistema Escola On-line – EOL, considerando a rota a pé;
>
> II - com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD e Altas Habilidades/Superdotação;
>
> III - com problemas crônicos de saúde, dificultando ou impedindo sua locomoção, que detenham laudos médicos devidamente cadastrados no Sistema Escola On-line – EOL;
>
> IV - que no percurso da residência à escola seja constatada a existência de barreiras físicas, temporárias ou não, desde que inexista rota alternativa para desvio da barreira com distância inferior a 2 (dois) quilômetros.
>
> Parágrafo único. Nas EMEFs e EMEFMs o atendimento dar-se-á para estudantes de até 12 (doze) anos de idade, considerando a data de 31/01 como referência.
>
> Art. 7º Poderá ser concedido o transporte para irmão de estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD e Altas Habilidades/Superdotação, atendidos no Programa, desde que esteja matriculado no mesmo turno e Unidade Educacional do irmão, e tenha até 12 (doze) anos de idade, conforme disponibilidade de vaga no mesmo veículo.
>
> Parágrafo único. A inclusão dos estudantes tratados no caput deste artigo será definida pelo Sistema EOL a partir do "Cadastro de Alunos".

Como pode ser percebido, o critério distância escola/residência é apenas um dos critérios usados para a inclusão do aluno no TEG, havendo outros não relacionados com a distância casa/escola.

Dessa forma, entende-se que o uso do percentual de estudantes que utilizam o TEG para o indicador de compatibilidade bairro/escola pode trazer uma distorção ao indicador, uma vez que há outros critérios que não distância residência/escola para adesão ao TEG.

Vale ressaltar ainda que a opção de vaga por parte dos pais pode se dar por proximidade da residência ou pelo local do trabalho. Dessa forma, deve haver um percentual de crianças não contempladas no TEG, mas que não estudam próximo

às suas residências pela opção dos pais em matriculá-las próximo aos seus locais de trabalho.

3.5.2.10. Item X, do art.10 – Desempenho apurado no Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, estabelecido pela Lei nº 14.063, de 14 de outubro de 2005.

A SME não apresentou os dados diretamente ligados ao item X, do art.10, mas foi possível utilizar as informações disponibilizadas pela própria Secretaria (peça 05, fl. 18), que trouxe as notas do IDEP para anos iniciais (4,7) e finais (4,6) de ensino.

Para uma comparação com os dados apresentados no Relatório de Função do Governo da SME (peça 05, fl. 60) utilizamos os dados do IDEP para os anos de 2019 (nota 5,61), 2018 (nota 4,4) e 2017 (nota 2,53). A nota de 2020 não foi aferida devido à pandemia do COVID-19.

Desta forma, **constata-se que houve uma queda da nota do IDEP** de 17,11% comparando os resultados da avaliação realizada em 2021 durante a pandemia (4,65 de média), com o resultado de 2019 (5,61), antes da pandemia.

(i) Prova e Provinha São Paulo

As avaliações elaboradas e aplicadas oferecem indicadores comparativos de desempenho para subsidiar políticas públicas de Educação. Essas avaliações fornecem um parâmetro importante para diagnóstico do ensino, por tornar o desempenho comparável entre diferentes escolas e regiões.

O desempenho dos alunos nas avaliações é resultado da combinação de vários fatores, além dos aspectos de planejamento pedagógico e didático, como questões socioeconômicas e características da família, do aluno, do professor e da escola.

A Prova e a Provinha São Paulo não foram realizadas em 2020, em função da pandemia de COVID-19 e da consequente suspensão das aulas presenciais.

Vale mencionar que a Provinha São Paulo é destinada aos estudantes de 2º e 3º anos do ensino fundamental e serve como instrumento para estimar a proficiência e quantidade de alfabetizados. Já a Prova São Paulo, é destinada aos estudantes dos 4º ao 9º anos. Em 2021, a SME aplicou as provas no formato 100% digital, utilizando os tablets distribuídos aos estudantes da rede municipal.

A avaliação é censitária, ou seja, todos os alunos do 2º ao 9º do ensino fundamental deveriam realizar as provas que mensuram as proficiências dos alunos em língua portuguesa, matemática, ciências naturais, além de produção de texto.

Quanto à participação dos alunos nas provas aplicadas pela RME-SP, foram apresentados os seguintes dados pela SME:

Quadro 33 – Participação dos alunos nas provas aplicadas em 2021.[11]

Ano Escolar	Total Previsto	Total Presente	% de Participação
2º	49.953	33.488	67,04
3º	41.876	33.022	78,86
4º	42.676	35.510	83,21
5º	48.143	40.677	84,49
6º	49.806	38.488	77,28
7º	50.923	38.772	76,14
8º	49.153	37.648	76,59
9º	47.665	32.156	67,46
TOTAL	380.195	289.761	76,21

Fonte: Resposta SME – SEI 6016.2022/0040237-7 – doc. 063857919

Conforme exposto no quadro anterior, observa-se que **a participação dos alunos do 2º e do 9º ano apresentaram os menores índices** (inferior a 70%) nas provas aplicadas pela SME em 2021.

[11] 1º ao 5º ano correspondem aos anos iniciais do ensino fundamental, porém, no caso da Provinha SP, são excluídos os alunos do 1º ano. 6º ao 9º ano correspondem aos anos finais do ensino fundamental.

A rede municipal de São Paulo apresentou ainda os seguintes resultados em relação às médias das escolas de contexto semelhante, no caso, índice socioeconômico (Inse) de mesmo grupo:

Quadro 34 – Resultado contextualizado da SME na Prova SP (2021).

Grupo	Quantidade de Escolas	Quantidade de Alunos	Média das Notas
Grupo 1	222	132.539	48,24
Grupo 2	232	137.429	50,47
Grupo 3	102	52.336	52,64
Total Final	556	322.304	50,47

Fonte: Resposta SME – SEI 6016.2022/0040237-7 – doc. 063857919

Observa-se do quadro anterior, que a média total dos grupos mais favorecidos é superior aos grupos menos favorecidos socioeconomicamente.

Já quanto ao nível de proficiência, a SME apresentou os dados descritos no quadro a seguir nas provas realizadas em 2021. A fim de propiciar um comparativo com os resultados apresentados na auditoria que analisou as provas aplicadas em 2019[12], os dados serão agrupados em anos iniciais (2º ao 5º anos) e anos finais (6º ao 9º anos).

Quadro 35 – Percentual de alunos por níveis das Provas realizadas pela SME em 2021 (%).

Nível	Conhecimentos Naturais		Língua Portuguesa		Matemática	
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais
Abaixo do Básico	51,50	56,60	35,00	42,53	50,28	53,30
Básico	31,40	31,03	39,38	37,18	34,30	34,93
Adequado	13,40	10,45	21,43	17,45	13,35	10,53
Avançado	3,70	1,93	4,20	2,85	2,08	1,25

[12] TC-004097/202

Mediana	Abaixo do básico	Abaixo do básico	Básico	Básico	Abaixo do básico	Abaixo do básico

Fonte: Própria, com base na resposta SME – SEI 6016.2022/0040237-7 – doc. 063857919

Dos dados apresentados para 2021, com exceção da disciplina Língua Portuguesa para os anos iniciais (que teve a parcela mais significativa enquadrada no nível básico), todas as demais disciplinas avaliadas para os anos iniciais e finais tiveram a parcela mais relevante avaliada como **nível "abaixo do básico".** Na análise da mediana, que marca o nível onde se alcança 50% das notas das escolas, as disciplinas de Conhecimentos Naturais e Matemática ficaram no nível "abaixo do básico" para os anos iniciais e finais, e a disciplina de Língua Portuguesa ficou no nível básico, para os anos iniciais e finais.

Em 2019, a análise dos resultados da Prova São Paulo incorporou somente as matérias Língua Portuguesa e Matemática, e o nível que concentrou o maior percentual de alunos nos anos iniciais e finais foi o básico nas duas matérias. Naquele ano, a mediana, que marca o nível onde se alcança 50% das escolas, também se localizava no nível básico para ambas as disciplinas.

Desta forma, é possível afirmar que os resultados das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática (disciplinas que também foram avaliadas em 2019), **apresentaram resultados piores em 2021, comparados aos resultados de 2019** – período antes da pandemia do COVID-19.

Ao analisar os piores resultados de proficiência alcançados nas provas realizadas em 2021, constata-se que os quatro piores percentuais (4/234)[13] foram na disciplina de Ciências Naturais (ficando no intervalo de 65% a 70% abaixo do básico), sendo todos para turmas do 9º ano, de quatro DREs diferentes (Freguesia/Brasilândia – FB, Butantã – BT, Guaianases – G e Campo Limpo – CL).

[13] O total de 234 corresponde as 13 DRE, para as 03 matérias avaliadas, para os 06 anos escolares avaliados na Prova SP.

Das notas no intervalo de 60% a 65% abaixo do básico, a sua grande maioria também foi para a disciplina de Conhecimentos Naturais, onde dos onze piores percentuais deste intervalo (11/234), 7 são do 9º ano, 2 do 8º ano e 2 de 6º ano, em nove DREs diferentes.

Ainda quanto aos piores resultados apresentados, 89,74% das notas do 9º ano tiveram o nível de proficiência superior a 50% no nível abaixo do básico (35/39)[14], englobando as três disciplinas e em todas as DREs. Para o 8º ano, o percentual foi de 66,66% com nível de proficiência superior a 50% no nível abaixo do básico (26/39)[15], também para as três disciplinas e em todas as DREs.

Outra forma de analisar os resultados das provas aplicadas pela SME é observando as notas (valores) obtidas pelos alunos que participaram das avaliações em 2021, em comparação com os resultados das provas realizadas em 2019. O quadro a seguir apresenta estes dados:

Quadro 36 – Comparação das notas entre os anos de 2019 e 2021.

Ano Escolar	Língua Portuguesa			Matemática			Ciências Naturais		
	2019	2021	Diferença (2019-2021)	2019	2021	Diferença (2019-2021)	2019	2021	Diferença (2019-2021)
2º	152,7	152,0	-0,7	142,1	148,1	6,0	Não Aplicada		
3º	154,9	147,8	-7,1	152,3	145,0	-7,3	153,4	159,1	5,7
4º	179,7	160,7	-19,0	181,4	164	-17,4	166,8	159,3	-7,5
5º	195,8	173,3	-22,5	197,4	181,7	-15,7	189,4	180	-9,4
6º	205,6	182,5	-23,1	206,3	190,7	-15,6	204,8	189,2	-15,6
7º	216	191,3	-24,7	217,5	202,4	-15,1	217,5	198,9	-18,6
8º	227,7	199,1	-28,6	228,4	207,2	-21,2	229,4	210,1	-19,3
9º	234,4	203,1	-31,3	244,7	225,8	-18,9	234,9	212,9	-22,0

Fonte: Própria, com base na resposta SME – SEI 6016.2022/0040237-7 – doc. 063857919

Com exceção dos resultados de matemática para o 2º ano e ciências naturais para o 3º ano, todos os demais avaliados em 2021 (disciplina e ano escolar –

[14] O total de 39 corresponde as 13 DRE, para as 03 matérias avaliadas, para o 9º ano.
[15] O total de 39 corresponde as 13 DRE, para as 03 matérias avaliadas, para o 8º ano.

itens em vermelho) tiveram **resultados inferiores a 2019**. Analisando estes dados, os anos finais apresentaram as piores quedas nas notas, onde o 9º ano apresentou os piores índices em língua portuguesa (31,3 pontos o que representa uma queda de 13,35%) e ciências naturais (22,0 pontos o que representa uma queda de 9,37%), e o 8º ano apresentou o pior índice em matemática (21,2 pontos, sendo 9,28% de queda), todos em comparação com o ano de 2019, antes do período da pandemia – COVID-19.

3.5.3. Efeitos da pandemia nos indicadores

Com base nas informações acima analisadas, pode-se inferir que o advento da Pandemia da COVID-19 não afetou significativamente a curva de evolução do número de escolas, de demanda reprimida, ou de matrículas. Os dados de pessoal também seguiram a tendência verificada nos últimos anos.

Porém, foi possível observar uma queda na taxa de alfabetização para os alunos do 2º ano em 2021 que ficou em 81,0%, valor inferior aos índices de 2018 e 2019 que ficaram em torno de 92,4%. Outro índice que teve queda foi o desempenho na nota do IDEP dos alunos no ano de 2021 que ficou 17,11% abaixo do resultado de 2019.

Conforme exposto pela SME, esta queda em alguns indicadores são reflexos da crise da pandemia COVID-19, que impactou significantemente à educação entre os anos de 2020/2021, podendo ainda trazer reflexos futuros.

4. CORRELAÇÃO ENTRE A FUNÇÃO E A AGENDA MUNICIPAL 2030

A Agenda 2030 é uma agenda programática de desenvolvimento pactuada, em 2015, em 193 países membros da ONU – Organização das Nações Unidas, dentre eles o Brasil. O Município de São Paulo aderiu voluntariamente ao compromisso em 02.02.2018, por meio da LM nº 16.817, que adotou a Agenda 2030 como diretriz das políticas públicas em âmbito municipal.

A construção da Agenda no munícipio de São Paulo foi iniciada em julho de 2019 com a discussão dos indicadores ODS no Comitê de indicadores da Cidade que, junto com o Grupo de Trabalho Intersecretarial, produziu o Diagnóstico de indicadores para monitoramento dos ODS em São Paulo. Após reuniões com o plenário da Comissão e de duas consultas públicas realizadas entre outubro e novembro de 2020, foi elaborado o documento de devolutiva que dialoga com cada sugestão recebida. Em 2021, a SMRI conduziu o processo de revisão final da Agenda Municipal 2030, que foi publicada em 31.05.2021.

O principal ODS vinculado diretamente à SME é o ODS 4 (Educação de Qualidade), que tem como objetivo "assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos". Constata-se que para cada meta global definida pela ONU, a prefeitura do município de São Paulo estabeleceu uma meta municipal diretamente interligada ao tema, resultando em 10 metas municipais relacionadas com o ODS 4, sendo selecionados 33 indicadores para o monitoramento destas metas.

De forma geral, observa-se que as metas estipuladas para a Educação no Programa de Metas da Prefeitura para os quatro anos de mandato, como determinado na Lei Orgânica do Município desde 2008 (art. 69-A), foram incorporadas na Agenda Municipal de 2030. Citamos ainda a congruência entre os indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos no Município estabelecidos na LM nº 14.173/2006, que determina no art.10 a apuração de dez indicadores relativos à educação básica que também estão incorporados de forma geral na Agenda Municipal de 2030.

Como exemplo, citamos o item V do art.10 da LM nº 14.173/2006 que trata do nível de alfabetização na faixa etária, que está correlacionada ao indicador 4.1.5 da Agenda Municipal 2030 da prefeitura de São Paulo, que no ODS 4 (Educação de Qualidade) estabelece que 100% das crianças deverão estar plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade na Rede Pública Municipal. Conforme já

apontado no item 3.5.2.5 deste relatório, os resultados alcançados em 2021 foram piores do que os resultados dos anos de 2018 e 2019 quanto ao índice de alfabetização dos alunos da rede municipal de ensino para o 2º ano.

Foi possível observar que não houve grandes avanços nos indicadores da Agenda Municipal 2030, correlacionados diretamente com os indicadores da educação da LM nº 14.173/2006 e no programa de metas, com os dados de 2021. Este fato pode ser explicado, pois a revisão final da Agenda Municipal 2030 ocorreu no final do 1º semestre de 2021, e ainda sim, os dados analisados referem-se ao período pandêmico do COVID-19 e que ainda persiste em nosso país.

Desta forma, estes indicadores serão analisados novamente no próximo ano, a fim de constatar se os resultados no ano letivo de 2022 serão superiores aos índices alcançados durante o ano de 2021 (período anda afetado pela pandemia COVID-19) e que poderão indicar um crescimento dos índices para atingimento das metas estipuladas para 2030.

Outro fator que contribuirá para esta análise e também já mencionado neste relatório, é a sugestão de que a própria Secretaria avalie os índices para atingimento das metas e indicadores definidos na Agenda Municipal de 2030, e incorpore no Relatório da Função de Governo da SME.

Destaca-se que alguns dos resultados deste trabalho já podem ser acessados por meio da página do ObservaSampa[16].

5. OUTRAS FISCALIZAÇÕES

- Acompanhamento da execução do contrato que teve por objeto a aquisição de 465.500 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentas) unidades de dispositivos móveis portáteis do tipo *tablet,* constatando-se atrasos no

[16] ObservaSampa – Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo (prefeitura.sp.gov.br), acesso em 10.06.22.

fornecimento dos aparelhos. A SME não estava devidamente preparada para a aquisição, logística, recebimento, configuração e distribuição de cerca de 500 mil *tablets* para os alunos da rede municipal de ensino, tendo sido necessários alguns meses para os ajustes necessários nos procedimentos.

- Auditoria programada para verificar a utilização dos *tablets* por meio dos instrumentos tecnológicos disponíveis, mensurando sua efetiva utilização no processo de ensino – aprendizagem. Conclui-se, entre outras coisas, que a quantidade de alunos que acessou o Google Sala de Aula é muito baixa, revelando que uma baixa adesão dos alunos quanto aos programas virtuais educacionais. Não foi encontrado um detalhamento da utilização do *tablet* no ensino híbrido e na recuperação de aprendizagem, carecendo de diretrizes e evidências para se garantir a efetividade da utilização dos equipamentos eletrônicos fornecidos aos alunos. Não há evidências de que foi realizado um planejamento pedagógico e gerencial a fim de que a aquisição dos *tablets* realmente facilitasse e impactasse efetivamente o processo de ensino – aprendizagem.

6. CONCLUSÕES

Abaixo, sintetizam-se aspectos levantados ao longo do relatório, de teor descritivo, que sejam significativos o suficiente para serem considerados pontos de risco no planejamento do próximo PAF.

6.1. Manutenção e Operação da Rede Parceira

Com relação à Educação Infantil (creches e pré-escola), em 2021 houve um aumento de 14.503 matrículas na rede parceira (totalizando 335.819) e uma diminuição de 10.457 matrículas na rede direta (totalizando 279.681). A variação ocorrida nesse ano segue tendência existente desde 2015, com aumento de alunos na Educação Infantil, especialmente na rede parceira.

As matrículas em creche aumentaram substancialmente em relação a 2015, sendo o crescimento da rede parceira maior do que o da rede direta nesse período.

Entre 2015 e 2021 houve incremento de 2.658 matrículas em creches da rede direta (totalizando 59.158) e incremento de 121.760 matrículas em creches da rede parceira (totalizando 326.045 em 2021).

Identifica-se, portanto, como ponto de risco esse elevado crescimento de matrículas na rede parceira e, junto a isso, a necessidade de aperfeiçoamento dos controles internos e processos de fiscalização dessas unidades (para aperfeiçoamento dos controles internos e processos de fiscalização está sendo desenvolvido o Sistema de Gestão de Parcerias – SIGEP, para o credenciamento de OSC com atuação na área da educação interessadas em celebrar e manter parcerias com a SME).

O programa 3010 (Desenvolvimento e Manutenção da Educação) é composto por diversos projetos/atividades voltados à manutenção e operação da rede parceira, destacando-se a ação 2828 (Manutenção e Operação da Rede Parceira – Centro de Educação Infantil – CEI), que tem como medida o número de crianças matriculadas em CEIs da rede parceira. Esta ação encerrou o ano de 2021 com 335.819 crianças matriculadas, um aumento de 19,1% quando considerando os últimos 4 anos, sendo liquidado, somente em 2021, mais de R$ 3,7 bilhões, que representa o maior valor liquidado dentro da Função de Governo Educação.

6.2. Ações 2815 e 2816 – Fornecimento de Uniformes e Material Escolar – Educação Infantil e Ensino Fundamental

As ações 2815 e 2816, pertencentes ao programa 3025 (apoio ao aluno), têm como objetivo o fornecimento de uniformes e materiais escolar para os alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. As ações, somadas, preveem mais de 1 milhão de alunos beneficiados, mas a ação alcançou menos da metade da quantidade de alunos prevista.

Observa-se, nos últimos 4 anos de gestão, um decréscimo de 48,5% de alunos beneficiados com o fornecimento de uniformes e material escolar pertencente à Educação Infantil e um decréscimo de 55,9% de alunos beneficiados pertencentes ao Ensino Fundamental.

Considerando que há um novo modelo de fornecimento de uniformes e material escolar aos estudantes, com a disponibilização de créditos aos responsáveis para aquisição em estabelecimentos comerciais credenciados, há a possibilidade de a política pública envolvida não estar alcançando todos os beneficiários.

Em fiscalizações realizadas no ano de 2021 se constatou, à época, entre outras coisas, que, em julho de 2021, 70% do valor existente para a compra dos uniformes ainda não havia sido disponibilizado aos responsáveis legais, totalizando mais de 455.000 alunos que não receberam o crédito devido; que a SME não estava distinguindo os pagamentos realizados referentes à educação infantil e ao ensino fundamental, utilizando dotação orçamentária única para despesas de programação diversa; e que, sob o aspecto financeiro de fornecimento de kits de uniforme, não se observou vantajosidade no novo modelo de fornecimento aos estudantes.

6.3. Programa de Metas da Educação, 2021-2024.

De forma geral, a SME atuou em 2021 no atendimento das metas da educação do quadriênio 2021-2024, mas foi possível observar que há iniciativas previstas para serem iniciadas somente em 2022 e algumas até em 2023. Desta forma, merecem atenção no monitoramento pela própria Secretaria durante a gestão de seus projetos e pelo TCM/SP na elaboração de auditorias e/ou nos relatórios de função dos próximos anos.

6.4. Indicadores da Educação

Da análise dos indicadores para atendimento à LM nº 14.173/06 e dos resultados da Prova e Provinha São Paulo de 2021 (com participação dos alunos inferior a 70% em alguns anos e queda das notas em comparação com o ano de 2019,

lembrando que em 2020 não ouve a realização dessas provas) infere-se que o advento da Pandemia de COVID-19 impactou significantemente a educação entre os anos de 2020/2021, podendo ainda trazer reflexos futuros. Desta forma, é necessário o monitoramento das medidas que visam recuperar a defasagem agravada pela pandemia (plano de recuperação de aprendizagens), já que, com exceção dos resultados de matemática para o 2º ano e ciências naturais para o 3º ano, todos os demais conhecimentos avaliados em 2021 tiveram **resultados inferiores a 2019**.

7. INFRINGÊNCIAS E/OU PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS

7.1. Infringências

Não foram identificadas infringências.

7.2. Propostas de determinações

Não há propostas de determinações.

7.3. Propostas de recomendações

7.1.1. Que a Secretaria Municipal de Educação (SME) implemente ações no ensino municipal para possibilitar que as notas dos alunos no IDEP, que tiveram uma queda em 2021 de 17,11% comparando com os resultados de 2019, apresente índices melhores nas provas a serem realizadas em 2022, de forma a atender as metas 23 e 24 do Programa de Metas de Educação 2021-2024. **(itens 3.4.6.6, 3.4.6.12 e 3.5.2.10).**

7.1.2. Que a SME monitore o cumprimento da meta de inauguração de novos CEUs e unidades escolares previstos para o quadriênio de 2021-2024, uma vez que em 2021 nenhuma unidade foi inaugurada. **(itens 3.4.6.18 e 3.4.6.21).**

7.1.3. Que a SME monitore o cumprimento da programação de reformas previstas para os CEUs e unidades escolares (UE), pois somente 4,35% da meta para as reformas dos CEUs foi atendida e 4,22% da meta para as reformas das UEs foi

atendida em 2021. As reformas das demais unidades escolares e CEUs estão previstas para serem realizadas até 2024. **(itens 3.4.6.20 e 3.4.6.23).**

7.1.4. Que a SME implemente ações no ensino municipal para possibilitar que o nível de alfabetização dos alunos da rede municipal de ensino para o 2º ano apresente melhores resultados em 2022, uma vez que em 2021 apresentou o índice de 81,0%, registrando uma queda em comparação com os índices de 2018 / 2019, que ficaram em torno de 92,4%. **(item 3.5.2.5)**

7.1.5. Que a SME reavalie o uso dos dados de alunos que utilizem Transporte Escolar Gratuito (TEG) como parâmetro para o indicador compatibilidade bairro/residência para que o mesmo possa refletir o mais fielmente possível o número real de crianças e adolescentes que não estudam próximo às suas residências. **(item 3.5.2.9).**

7.1.6. Que a SME implemente ações no ensino municipal para possibilitar uma maior participação do alunos nas provas aplicadas pela SME, uma vez que a média de participação na Prova e Provinha SP do ano de 2021 foi de 76,21%, sendo que os piores índices foram dos 2º e 9º anos, que ficaram inferiores a 70% de participação. **(item 3.5.2.10.i).**

7.1.7. Que a SME implemente ações no ensino municipal a fim de que já em 2022 as disciplinas de ciências naturais e matemática para todos os anos (2º ao 9º) e de língua portuguesa para os anos finais (6º ao 9º), tenham resultados superiores ao de 2021, pois os maiores percentuais de notas nestas disciplinas tiveram sua avaliação no nível "abaixo do básico". **(item 3.5.2.10.i).**

8. RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA COMPETENTE

Nome	Cargo
Fernando Padula Novaes	**Secretário Municipal de Educação**

Em 01.07.2022.

LEONARDO ANDRÉ DE OLIVEIRA
Agente de Fiscalização

MARCIO YOSHIO KAWABATA
Supervisor de Equipes de Fiscalização e Controle 3

De acordo:

ALINE BERGER CERESINO
Coordenadora Chefe de Fiscalização e Controle II

De acordo:

DAIESSE QUÊNIA JAALA SANTOS BOMFIM
Subsecretária de Fiscalização e Controle - Substituta

RPP: RS

II – RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO FARIA – RELATOR

Processo: TC/005932/2022
Interessado: Fernando Padula Novaes, Secretaria Municipal de Educação
Objeto: Educação – Função de Governo Educação – Exercício 2021
Relator: Maurício Faria

Relatório

Cuidam os autos de Auditoria voltada à avaliação da Função de Governo Educação em 2021, TC/005932/2022. No Relatório de Auditoria (peça 12), a Subsecretaria de Controle Externo apresentou diversos aspectos que envolvem a gestão da Educação no Município de São Paulo, tendo como ponto de partida Relatório Consolidado de Funções de Governo da Prefeitura Municipal de São Paulo referente ao exercício de 2021 encaminhado pela Secretaria de Governo Municipal (SGM). Passo a destacar os aspectos mais relevantes do Relatório de Auditoria.

De acordo com o Relatório, o orçamento para a Função Educação previu despesas no valor de R$ 13,8 bilhões em 2021. Esse valor foi atualizado para R$ 18,1 bilhões, sendo que foram empenhados R$ 17,5 bilhões e liquidados R$ 13,7 bilhões (99,1% da previsão). Do total executado (liquidado), 48,1% foram aplicados em despesas com pessoal e encargos sociais, 51,5% em outras despesas correntes e 0,4% em investimentos.

Quadro 2 – Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021. Em R$ milhões

Programa	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
3010 – Desenvolvimento e manutenção da educação	11.933	14.588	14.221	11.674	97,8
3025 – Apoio ao aluno	1.118	2.328	2.131	1.458	130,4
3024 – Suporte Administrativo	529	533	520	472	89,3
3011 – Modernização, desburocratização e inovação tecnológica do serviço público	146	272	226	86	59,5
3026 – Acesso à educação e qualidade do ensino – formação, avaliação e aprimoramento do ensino	89	379	372	17	19,2
3019 – Promoção do crescimento econômico e geração de postos de trabalho e oportunidades	31	24	19	14	46,2
3001 – Acesso à cultura	9	9	7	7	82,1
Subtotal	**13.858**	**18.137**	**17.499**	**13.732**	**99,1**
Outros	7	5	3	3	48,8
Total	**13.865**	**18.143**	**17.503**	**13.736**	**99,1**

Fonte: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 17.02.22. Programas de Governo que compõe a linha "Outros": 3022 – Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos; 3012 – Participação, transparência e controle social da administração pública.

A Auditoria aponta que os programas de governo com maior aplicação de recursos foram "Desenvolvimento e Manutenção da Educação" (3010), com R$ 11,6 bilhões liquidados, e "Apoio ao Aluno" (3025), com R$ 1,4 bilhão liquidado. Os dois programas representam 95,6% dos recursos liquidados na Função.

A área técnica destaca que os projetos/atividades do programa 3010 – Desenvolvimento e manutenção da educação – tiveram uma execução geral de 97,8%.

Segundo o Relatório, a LOA 2021 aprovou para o programa R$ 11,9 bilhões que, entre suplementações, reduções, congelamentos e descongelamentos, resultou em R$ 14,5 bilhões para a execução dos seus respectivos projetos e atividades, dos quais foram liquidados R$ 11,6 bilhões, o que representa, em termos de execução orçamentária, um percentual de 80,1%.

Quadro 4 - LOA 2021 – Programa 3010 – Projetos/Atividades. Em R$ milhões

Projeto/atividade	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
2828 - Manutenção e Operação da Rede Parceira - Centro de Educação Infantil (CEI)	3.080	4.139	3.943	3.789	123
2857 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	2.482	2.591	2.591	2.438	98,3
2826 - Manutenção e Operação de Unidades Educacionais - Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	1.343	1.241	1.210	1.001	74,5
2858 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)	1.264	1.396	1.396	1.284	101,6

2856 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Centro de Educação Infantil (CEI)	1.027	1.116	1.116	1.035	100,7
4362 - Manutenção e Operação de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	896	851	820	609	68
4360 - Manutenção e Operação de Centros de Educação Infantil (CEI)	556	512	491	372	67
4364 - Manutenção e Operação de Centros Educacionais Unificados (CEU)	503	354	333	263	52,4
Subtotal	**11.154**	**12.206**	**11.904**	**10.795**	**96,8**
Outros	779	2.382	2.316	879	112,9
Total	**11.933**	**14.588**	**14.221**	**11.674**	**97,8**

Fonte: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 17.02.22. Quantidade de projetos/atividades que compõe a linha "Outros": 54.

A Auditoria apresenta o quadro 9, a seguir, com a evolução de indicadores de produção e recursos financeiros do programa nos últimos quatro anos. Assim, depreende-se que houve um aumento de 16,4% nos recursos liquidados com as principais ações do programa (que envolvem a maior quantidade de recursos financeiros). Ademais, apesar de ter havido ampliação no número de crianças matriculadas em CEI parceira e crescimento do número de CEUs em funcionamento, houve redução no número de profissionais do magistério.

Quadro 9 – Programa 3010 – Indicadores de Produção x Recursos Financeiros.

Indicador	2018	2019	2020	2021	Variação 2018/2021 (%)
2828 - Crianças matriculadas em CEIs da rede parceira (unidade)	281.882	302.047	320.906	335.819	+ 19,1
2857 - Profissionais do Magistério (EF) remunerados (unidade)	30.754	30.244	29.399	28.533	- 7,2
2826 - EMEFs em funcionamento	547	547	548	548	+ 0,2
2858 - Profissionais do Magistério (EMEIs) remunerados	15.336	14.822	15.012	14.805	- 3,5
2856 - Profissionais do Magistério (CEIs) remunerados	12.503	12.568	12.239	12.446	- 0,5
4362 - EMEIs em funcionamento	569	558	558	560	- 1,6
4360 - CEIs em funcionamento	362	362	362	362	0
4364 - CEUs em funcionamento	46	46	57	58	+ 26,1
Recursos financeiros liquidados nas ações descritas (em R$ milhões)	9.277	9.725	8.818	10.795	+ 16,4

Fonte: SEI 061402981.

Destacam-se dentre as fiscalizações relacionadas ao programa:

- Auditoria Programada cujo objetivo foi verificar se o processo de antecipação de matrículas realizado pela SME no fim de 2020 ocasionou desrespeito à legislação vigente e matriculou, nos Centros de Educação Infantil (CEIs) e nos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs), bebês e crianças em quantidade superior às dimensões das salas e ao número de professores e de ambientes. Concluiu-se que há bebês e crianças

matriculados em vagas que não atendem à legislação vigente quanto às dimensões das salas, aos agrupamentos por ambiente, ao número de educandos por turma e à quantidade de turmas e de professores.

- Auditoria Programada para verificar se os procedimentos adotados para controle das prestações de contas das creches parceiras, realizado pela Administração Direta, são aderentes às disposições constantes dos arts. 53 a 66 da Portaria SME 4.548/2017, quanto a controle e transparência. Concluiu-se que não há aderência à legislação vigente quanto a controle e transparência.
- Para além das irregularidades formais constatadas, consignou-se que o atraso na análise das prestações de contas, ao impedir a detecção tempestiva de problemas porventura ocorridos ao longo da execução da parceria, bem como tornar mais complexa a tomada de medidas atinentes ao pertinente encerramento de parceiras, acaba por comprometer a asseguração da qualidade dos serviços prestados à população, além de elevar sobremaneira o risco de prejuízo ao erário.

A área técnica destaca também os projetos/atividades do programa 3025 – Apoio ao aluno –, que tiveram uma execução geral de 130,4%.

Conforme o Relatório, a LOA 2021 aprovou para esse programa R$ 1,1 bilhão que, entre suplementações, reduções, congelamentos e descongelamentos, resultou em R$ 2,3 bilhões para a execução dos projetos e atividades envolvidos no programa. Desse total, foram empenhados R$ 2,1 bilhões e liquidados R$ 1,4 bilhão, o que representa, em termos de execução orçamentária, um percentual de 62,7%.

Quadro 5 - LOA 2021 – Programa 3025 – Projetos/Atividades. Em R$ milhões

Projeto/Atividade	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
6553 - Alimentação Escolar	654	1.326	1.199	1.039	158,9
2801 - Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/ FNDE	138	229	161	120	86,7
2850 - Transporte Escolar - Ensino	113	123	123	108	96,2
2873 - Leve-Leite	98	123	123	109	111,5
2849 - Transporte Escolar – Educação	62	67	66	58	93,5
2816 – Fornecimento de Uniformes e Material Escolar – Ensino Fundamental	30	269	269	0	0
Subtotal	**1.096**	**2.139**	**1.943**	**1.436**	**130,9**
Outros	21	188	188	22	103
Total	**1.118**	**2.328**	**2.131**	**1.458**	**130,4**

Fonte: Abaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 17.02.22. Projetos/Atividades que compõem a linha "Outros": 2848 – Transporte Escolar – Educação Especial; 2815 – Fornecimento de Uniformes e Material Escolar – Educação Infantil.

A Subsecretaria de Controle Externo ressalta que a ação 2816 – Fornecimento de Uniformes e Material Escolar – Ensino Fundamental –, que previa um total de 595.088 alunos beneficiados com a distribuição de material escolar, foi a que teve o menor percentual de execução, encerrando o ano de 2021 com 224.714 alunos beneficiados, atingindo 37,8% da quantidade prevista no PPA 2018-2021.

A evolução dos indicadores de produção relativos ao programa, bem como os recursos financeiros aplicados, encontra-se no quadro 13 abaixo. Assim, depreende-se que houve um aumento de 79,7% nos recursos liquidados com os projetos/atividades do programa e, uma diminuição na quantidade de produtos entregues principalmente relacionadas à distribuição de material escolar em 2020 e 2021.

Quadro 13 – Programa 3025 – Indicadores de Produção x Recursos Financeiros.

Indicador	2018	2019	2020	2021	Variação 2018/2021 (%)
6553 – Alunos beneficiados – alimentação escolar	1.015.000	1.020.000	1.039.000	1.065.000	+ 4,9
2850 – Alunos do Ensino Fundamental beneficiados pelo transporte escolar	44.677	40.103	36.280	38.974	- 12,8
2801 – Alunos beneficiados pela Alimentação Escolar com recursos do PNAE/FNDE	538.341	551.000	560.000	591.000	+ 9,8
2873 – Alunos beneficiados – Leve-Leite	307.000	310.000	320.000	406.874	+ 32,5
2816 – Alunos beneficiados com a distribuição de material escolar	509.153	521.433	58.589	224.714	- 55,9
2849 – Alunos da Educação Infantil beneficiados pelo transporte escolar	30.448	32.737	30.432	35.223	+ 15,7
2815 – Alunos beneficiados com a distribuição de material escolar	538.961	587.712	374.564	277.777	- 48,5
2848 – Alunos da educação especial beneficiados pelo transporte escolar	1.344	2.490	2.524	1.661	+ 23,6
Recursos financeiros liquidados nas ações descritas (em R$ milhões)	811	840	752	1.458	+ 79,7

Fonte: SEI 061402981.

Destacam-se dentre as fiscalizações relacionadas ao programa:

- Acompanhamento da execução contratual referente à contratação de empresa fornecedora de meio de pagamento eletrônico, objetivando gerir os recursos públicos da SME destinados ao pagamento de fornecedores previamente credenciados para o fornecimento de kits de uniforme escolar. Destacou-se na ocasião, entre outras coisas, que, em julho de 2021, 70% do valor existente para a compra dos uniformes ainda não havia sido disponibilizado aos responsáveis legais, totalizando mais de 455.000 alunos que não receberam o crédito devido, e que a SME não está distinguindo os pagamentos realizados referentes à educação infantil e ao ensino fundamental, utilizando dotação orçamentária única para despesas de programações diversas.
- Acompanhamento da execução do edital que dispõe sobre o credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento de uniforme escolar aos estudantes matriculados na Rede Municipal de ensino. Constatou-se, entre outras coisas, que no novo modelo de fornecimento de uniformes a variação de preço representando um aumento de custo é expressamente significativa, quer seja pela atualização do preço do kit fornecido em 2019 ou, ainda, em relação aos preços por item de vestuário ofertados pelos credenciados no novo modelo. Assim, sob o aspecto financeiro de fornecimento de kits de uniforme, não se observou vantajosidade no novo modelo de fornecimento de uniformes aos estudantes.

O Relatório apresenta quadro com o total de recursos da Função Educação nos últimos quatro exercícios. Considerando o aumento de recursos e a elevação do número de alunos no período, verifica-se que o custo aluno/ano vem aumentando e sofreu uma elevação de 18,9% entre 2018 e 2021, culminando em R$ 12.751/ano ao final de 2021 ou R$ 1.063/mês.

Quadro 14 – Função Educação - Fases da despesa e custo aluno 2018 a 2021 Em R$

Fases	2018	2019	2020	2021	Δ% 2021/2018
Dotação inicial	11.840.367.016	12.853.546.654	14.062.385.980	13.865.564.376	17,1
Dotação atualizada	12.099.644.166	13.305.739.188	14.171.753.335	18.143.290.699	49,9
Empenhado	11.911.989.937	12.843.007.817	13.525.795.951	17.503.221.317	46,9
Liquidado	11.050.324.922	11.884.393.530	11.001.959.654	13.736.016.374	24,3
Pago	10.986.335.929	11.831.975.943	10.943.509.486	13.703.881.793	24,7
Nº de alunos	1.030.527	1.039.373	1.084.354	1.077.278	4,5
Custo aluno	**10.723**	**11.434**	**10.146**	**12.751**	**18,9**

Fontes: Ábaco (sistema de informações do TCM) – dados extraídos em 17.02.22. Foram considerados todos os gastos da Função Educação. SEI 061402981

Apesar do aumento dos valores gastos na função, as avaliações de desempenho demonstram que os alunos da Rede Municipal ainda não apresentam nível adequado de aprendizado.

Quanto aos programas de metas do quadriênio 2021-2024, a Auditoria destaca que a SME avançou no atendimento de várias iniciativas neste primeiro ano (2021), mas foi possível observar que há muitas que estão previstas para serem iniciadas em 2022 e algumas até em 2023. Um exemplo de iniciativa parcialmente realizada foi a 10.c que consiste em criar vagas em creche em resposta à demanda identificada, onde para o primeiro ano a SME informou que foram criadas 11.086 vagas, ou seja, 22,17% da meta para o quadriênio.

Dentre as iniciativas previstas para serem iniciadas entre 2022/2023 estão as que fazem parte da meta 11, de implantar protocolos integrados de atendimento à primeira infância. Dentre as que serão iniciadas nos próximos anos, destacam-se as metas 25 (implantação de novos CEUs) e 26 (inauguração de 45 novas unidades escolares), com previsão de entrega de novas unidades e reformas de parte das existentes até o final de 2024.

De acordo com a Área Técnica, duas das metas são ligadas diretamente à avaliação dos estudantes da Rede Municipal, e os índices aferidos em 2021 demonstram que estas metas não foram atingidas. A meta 23 previa que fosse atingido o resultado de 5,7 no IDEP para os anos iniciais do Ensino Fundamental, e o resultado de 2021 ficou em 4,7; já a meta 24 previa que fosse atingido o resultado de 5,2 no IDEP para os anos finais do Ensino Fundamental, e o resultado de 2021 foi de 4,6.

Quanto aos indicadores para atendimento à LM nº 14.173/06 o Relatório registra que houve uma queda em alguns índices em 2021, em comparação com os anos anteriores, como por exemplo, o nível de alfabetização na faixa etária para estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, e o desempenho apurado no sistema de avaliação de aproveitamento escolar dos alunos.

De acordo com a Subsecretaria de Controle Externo, em dezembro de 2021, a Rede Municipal de Ensino (RME) da cidade de São Paulo contava com 4.121 unidades de ensino, sendo 37,3% da Rede Direta e 62,7% da Rede Parceira. Na Educação Infantil, em 2021 houve aumento de 81 unidades (+2,59%) em relação a 2020, sendo 78 da Rede Parceira e 3 da Rede Direta (EMEIs e CEMEIs).

O Quadro 22 do Relatório apresenta a evolução da demanda reprimida na Educação Infantil. Os dados demonstram que a demanda não atendida na Educação Infantil tem caído desde 2015, excetuada a demanda de pré-escola, que teve aumento de 2018 para 2019, mas depois recuou em 2021.

Quadro 22 – Demanda reprimida na Educação Infantil da RME-SP – 2015/2021.

Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Creche	75.194	65.040	44.092	19.697	9.670	649	595
Pré-Escola	3.595	1.269	143	69	115	20	0
Total	**78.789**	**66.309**	**44.235**	**19.766**	**9.785**	**669**	**595**

Fonte: Dados constantes no TC 008452/2021 e dados enviados pela SME (peça 09). Data base: 31.12.2021.

A Auditoria aponta que a SME possuía, em dezembro de 2021, 1.077.278 alunos matriculados em sua rede de ensino, sendo 57,13% na Educação Infantil e 38,59% no Ensino Fundamental, correspondendo juntos a 95,72% das matrículas da RME.

Quadro 24 – Número de matrículas por modalidade de ensino na RME-SP.

Modalidade de Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Educação Infantil	**465.298**	**499.228**	**529.635**	**552.812**	**574.226**	**611.454**	**615.500**
Rede Direta	**254.748**	**265.462**	**271.001**	**270.931**	**272.179**	**290.138**	**279.681**
Creche	56.500	57.181	57.519	57.661	56.767	62.990	59.158
Pré-escola	198.248	208.281	213.482	213.270	215.412	227.148	220.523
Rede Parceira	**210.550**	**233.766**	**258.634**	**281.881**	**302.047**	**321.316**	**335.819**
Creche (Parceria)	204.285	226.998	252.757	276.898	293.724	312.570	326.045
Pré-escola (Parceria)	6.265	6.768	5.877	4.983	8.323	8.746	9.774
Ensino Fundamental	**415.410**	**414.639**	**406.350**	**423.183**	**415.272**	**417.493**	**415.700**
EMEF	415.410	414.639	406.350	423.183	415.272	417.493	415.700
Ensino Médio	**3.123**	**3.220**	**3.351**	**2.623**	**2.395**	**2.419**	**2.691**

EMEFM	3.123	3.220	3.351	2.623	2.395	2.419	2.691
Educação de Jovens e Adultos	**53.148**	**54.449**	**53.771**	**50.591**	**50.896**	**55.008**	**41.290**
EJA/CIEJA	40.816	41.217	40.196	37.668	37.434	43.719	29.535
MOVA (Parceria)	11.899	11.872	12.125	11.335	11.714	9.788	10.785
Educação Profissional	433	1360	1.450	1.588	1.748	1.501	970
Educação Especial	**2.762**	**2.792**	**2.527**	**2.574**	**2.685**	**2.637**	**2.097**
EMEE	846	869	692	679	730	791	637
EMEE (Parceria)	1.916	1.923	1.835	1.895	1.955	1.846	1460
Total	**939.741**	**974.328**	**995.634**	**1.031.783**	**1.045.474**	**1.089.011**	**1.077.278**

Fonte: Dados constantes no TC 008452/2021 e dados enviados pela SME (peça 05, fl.5). Data base: 31.12.2021.

Em relação a 2020, houve diminuição de 1.793 matrículas no Ensino Fundamental (-0,43%). Na Educação Infantil, por sua vez, houve aumento de 4.046 matrículas (+0,66%), resultado de um aumento de 14.503 vagas na Rede Parceira e uma diminuição de 10.457 vagas na Rede Direta.

A Área Técnica destaca que as matrículas em creche aumentaram substancialmente em relação a 2015 (124.418 novas matrículas realizadas, +47,77%), sendo o crescimento da Rede Parceira 45,8 vezes maior do que o da Rede Direta nesse período. Essa constatação somada aos descredenciamentos de 35 entidades da sociedade civil que mantinham creches da Rede Parceira devido a irregularidades constatadas pela Controladoria Geral do Município em 2020 demanda que a SME aperfeiçoe os controles internos e processos de fiscalização dessas unidades.

Registre-se que a SME está desenvolvendo Sistema de Gestão de Parcerias – SIGEP – que deverá proporcionar maior efetividade, padronização e agilidade nos procedimentos, assim como maior eficácia no acompanhamento/fiscalização e cruzamento das informações das parcerias.

O Relatório anota ainda que houve aumento no número de servidores de 2020 para 2021 (passou de 76.122 para 76.354) ocasionado principalmente pelo aumento no número de docentes contratados, que saltou de 1.611 em 2020 para 3.798 em 2021 (aumento de 136%). O número de docentes contratados vem sofrendo aumento desde 2018, enquanto o número de docentes efetivos vem sofrendo queda no mesmo período: desde 2018 tem-se 5.130 docentes efetivos a menos. Só no último ano, a diminuição de docentes efetivos foi de 2.758.

Quadro 25 – Quadro de Pessoal da SME.

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Magistério Municipal	**63.442**	**63.387**	**64.947**	**64.290**	**62.780**	**63.041**	**62.432**
Docentes Efetivos	59.616	59.621	63.235	63.649	62.102	61.277	58.519
Docentes Contratados	2.981	3.115	1.360	378	487	1.611	3.798
Docentes Admitidos	123	117	40	62	42	29	20
Docentes em Comissão	722	534	312	201	149	124	95
Cargos de Apoio à Educação	**15.968**	**15.360**	**15.001**	**13.999**	**13.245**	**13.081**	**13.922**
Agentes Escolares	4.657	4.326	3.952	3.619	3.301	3.125	2.953
Auxiliares Técnicos Educ. I/II – Efetivos.	8.018	8.185	7.874	7.602	7.235	7.056	8.145
Outros	3.293	2.849	3.175	2.778	2.709	2.900	2.824
Total	**79.410**	**78.747**	**79.948**	**78.289**	**76.025**	**76.122**	**76.354**

Fonte: Dados constantes no TC 008452/2021 e dados enviados pela SME (peça 08, fl.2). Data base: 31.12.2021.

Em relação ao Relatório de Função de Governo de 2021 da própria SME (Peça 05, fl.48), a Auditoria destaca que o nível de universalização da Educação Infantil para 2021 atingiu 76,40%. No nível de evasão escolar observa-se um pequeno acréscimo nas taxas de 2021, em comparação com 2020, que apresentou 0,04% para o ensino fundamental e 0,26% para o ensino médio, muito devido aos reflexos do período da pandemia COVID-19.

Já os dados sobre alfabetização não foram apresentados de forma direta, sendo informado que os dados são fornecidos pelo IBGE. Ainda assim, foram trazidos os dados comparativos entre os resultados alcançados na Provinha e Prova São Paulo de 2021, com os das últimas provas aplicadas pela SME, com base no índice de Proficiência de estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental: Prova São Paulo 2018: 92,3%, Prova São Paulo 2019: 92,4%, Prova São Paulo 2020: N/A (devido à pandemia COVID-19), Prova São Paulo 2021: 81,0%. Desta forma, estes dados evidenciam que os resultados de 2021, pós-pandemia, são piores do que os resultados dos anos de 2018 e 2019.

A Auditoria ressalta que a SME não apresentou os dados diretamente ligados ao item X, do art.10, mas foi possível utilizar as informações disponibilizadas pela própria Secretaria, que trouxe as notas do IDEP para anos iniciais (4,7) e finais (4,6) do Ensino Fundamental. Considerando os dados do IDEP para os anos de 2019 (nota 5,61), 2018 (nota 4,4) e 2017 (nota 2,53) (nota de 2020 não foi aferida devido à pandemia do COVID-19), constata-se que houve uma queda da nota do IDEP de 17,11%.

A Área Técnica registra que a Prova e a Provinha São Paulo não foram realizadas em 2020, em função da pandemia de COVID-19 e da consequente suspensão das aulas presenciais. A Provinha São Paulo é destinada aos estudantes de 2º e 3º anos do ensino fundamental e serve como instrumento para estimar a proficiência e quantidade de alfabetizados. Já a Prova São Paulo, é destinada aos estudantes dos 4º ao 9º anos. Em 2021, a SME aplicou as provas no formato 100% digital, utilizando os tablets distribuídos aos estudantes da Rede Municipal. A avaliação é censitária, ou seja, todos os alunos do 2º ao 9º do ensino fundamental deveriam realizar as provas que mensuram as proficiências dos alunos em língua portuguesa, matemática, ciências naturais, além de produção de texto.

Conforme exposto no quadro 33, observa-se que a participação dos alunos do 2º e do 9º ano apresentaram os menores índices (inferior a 70%) nas provas aplicadas pela SME em 2021.

Quadro 33 – Participação dos alunos nas provas aplicadas em 2021.[11]

Ano Escolar	Total Previsto	Total Presente	% de Participação
2º	49.953	33.488	67,04
3º	41.876	33.022	78,86
4º	42.676	35.510	83,21
5º	48.143	40.677	84,49
6º	49.806	38.488	77,28
7º	50.923	38.772	76,14
8º	49.153	37.648	76,59
9º	47.665	32.156	67,46
TOTAL	380.195	289.761	76,21

Fonte: Resposta SME – SEI 6016.2022/0040237-7 – doc. 063857919

De acordo com o Relatório, a Rede Municipal de São Paulo apresentou ainda os seguintes resultados em relação às médias das escolas de contexto semelhante, no caso, índice socioeconômico (Inse) de mesmo grupo:

Quadro 34 – Resultado contextualizado da SME na Prova SP (2021).

Grupo	Quantidade de Escolas	Quantidade de Alunos	Média das Notas
Grupo 1	222	132.539	48,24
Grupo 2	232	137.429	50,47
Grupo 3	102	52.336	52,64
Total Final	556	322.304	50,47

Fonte: Resposta SME – SEI 6016.2022/0040237-7 – doc. 063857919

Observa-se do quadro anterior que a média total dos grupos mais favorecidos é superior aos grupos menos favorecidos socioeconomicamente.

Já quanto ao nível de proficiência, a SME apresentou os dados descritos no quadro a seguir nas provas realizadas em 2021. A fim de propiciar um comparativo com os resultados apresentados na auditoria que analisou as provas aplicadas em 2019, os dados serão agrupados em anos iniciais (2º ao 5º anos) e anos finais (6º ao 9º anos).

Quadro 35 – Percentual de alunos por níveis das Provas realizadas pela SME em 2021 (%).

Nível	Conhecimentos Naturais		Língua Portuguesa		Matemática	
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais
Abaixo do Básico	51,50	56,60	35,00	42,53	50,28	53,30
Básico	31,40	31,03	39,38	37,18	34,30	34,93
Adequado	13,40	10,45	21,43	17,45	13,35	10,53
Avançado	3,70	1,93	4,20	2,85	2,08	1,25
Mediana	Abaixo do básico	Abaixo do básico	Básico	Básico	Abaixo do básico	Abaixo do básico

Fonte: Própria, com base na resposta SME – SEI 6016.2022/0040237-7 – doc. 063857919

Segundo a Auditoria, dos dados apresentados para 2021, com exceção da disciplina Língua Portuguesa para os anos iniciais (que teve a parcela mais significativa enquadrada no nível básico), todas as demais disciplinas avaliadas para os anos iniciais e finais tiveram a parcela mais relevante avaliada como nível "abaixo do básico". Na análise da mediana, que marca o nível onde se alcança 50% das notas das escolas, as disciplinas de Conhecimentos Naturais e Matemática ficaram no nível "abaixo do básico" para os anos iniciais e finais, e a disciplina de Língua Portuguesa ficou no nível "básico", para os anos iniciais e finais.

O Relatório aponta que, em 2019, a análise dos resultados da Prova São Paulo incorporou somente as matérias Língua Portuguesa e Matemática, e o nível que concentrou o maior percentual de alunos nos anos iniciais e finais foi o "básico" nas duas matérias. Naquele ano, a mediana, que marca o nível onde se alcança 50% das escolas, também se localizava no nível "básico" para ambas as disciplinas.

Desta forma, é possível afirmar que os resultados das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática apresentaram resultados piores em 2021, comparados aos resultados de 2019 – período antes da pandemia do COVID-19.

Outra forma de analisar os resultados das provas aplicadas pela SME é observando as notas (valores) obtidas pelos alunos que participaram das avaliações em 2021, em comparação com os resultados das provas realizadas em 2019. O quadro a seguir apresenta estes dados:

Quadro 36 – Comparação das notas entre os anos de 2019 e 2021.

Ano Escolar	Língua Portuguesa			Matemática			Ciências Naturais		
	2019	2021	Diferença (2019-2021)	2019	2021	Diferença (2019-2021)	2019	2021	Diferença (2019-2021)
2º	152,7	152,0	-0,7	142,1	148,1	6,0	Não Aplicada		
3º	154,9	147,8	-7,1	152,3	145,0	-7,3	153,4	159,1	5,7
4º	179,7	160,7	-19,0	181,4	164	-17,4	166,8	159,3	-7,5
5º	195,8	173,3	-22,5	197,4	181,7	-15,7	189,4	180	-9,4
6º	205,6	182,5	-23,1	206,3	190,7	-15,6	204,8	189,2	-15,6
7º	216	191,3	-24,7	217,5	202,4	-15,1	217,5	198,9	-18,6
8º	227,7	199,1	-28,6	228,4	207,2	-21,2	229,4	210,1	-19,3
9º	234,4	203,1	-31,3	244,7	225,8	-18,9	234,9	212,9	-22,0

Fonte: Própria, com base na resposta SME – SEI 6016.2022/0040237-7 – doc. 063857919

Com exceção dos resultados de matemática para o 2º ano e ciências naturais para o 3º ano, todos os demais avaliados em 2021 (disciplina e ano escolar – itens em vermelho) tiveram resultados inferiores a 2019. Analisando estes dados, os anos finais apresentaram as piores quedas nas notas, onde o 9º ano apresentou os piores índices em língua portuguesa (31,3 pontos a menos, o que representa uma queda de 13,35%) e ciências naturais (22,0 pontos o que representa uma queda de 9,37%), e o 8º ano apresentou o pior índice em matemática (21,2 pontos, sendo 9,28% de queda).

Destacam-se de fiscalizações relacionadas:

- Acompanhamento da execução do contrato que teve por objeto a aquisição de 465.500 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentas) unidades de dispositivos móveis portáteis do tipo tablet, constatando-se atrasos no fornecimento operativo dos aparelhos. A SME não estava devidamente preparada para a aquisição, logística, recebimento, configuração e distribuição de cerca de 500 mil tablets para os alunos da Rede Municipal de ensino, tendo sido necessários alguns meses para os ajustes necessários nos procedimentos.

- Auditoria programada para verificar a utilização dos tablets por meio dos instrumentos tecnológicos disponíveis, mensurando sua efetiva utilização no processo de ensino – aprendizagem. Conclui-se, entre outras coisas, que a quantidade de alunos que acessou o Google Sala de Aula é muito baixa, revelando uma baixa adesão dos alunos quanto aos programas virtuais educacionais. Não foi encontrado um detalhamento da utilização do tablet no ensino híbrido e na recuperação de aprendizagem, carecendo de diretrizes e evidências para se garantir a efetividade da utilização dos equipamentos eletrônicos fornecidos aos alunos. Não há evidências de que foi realizado um planejamento pedagógico e gerencial a fim de que a aquisição dos tablets realmente facilitasse e impactasse efetivamente o processo de ensino – aprendizagem.

A Auditoria elenca ainda aspectos levantados ao longo do Relatório, que considera serem significativos o suficiente para serem considerados pontos de risco no planejamento do próximo PAF relacionados à Manutenção e Operação da Rede Parceira, Fornecimento de Uniformes e Material Escolar – Educação Infantil e Ensino Fundamental, Programa de Metas da Educação, 2021-2024, e Indicadores da Educação.

Feitas todas essas considerações, a Auditoria propôs as seguintes Recomendações:

> "7.1.1. Que a Secretaria Municipal de Educação (SME) implemente ações no ensino municipal para possibilitar que as notas dos alunos no IDEP, que tiveram uma queda em 2021 de 17,11% comparando com os resultados de 2019, apresente índices melhores nas provas a serem realizadas em 2022, de forma a atender as metas 23 e 24 do Programa de Metas de Educação 2021-2024. (itens 3.4.6.6, 3.4.6.12 e 3.5.2.10).
>
> 7.1.2. Que a SME monitore o cumprimento da meta de inauguração de novos CEUs e unidades escolares previstos para o quadriênio de 2021-2024, uma vez que em 2021 nenhuma unidade foi inaugurada. (itens 3.4.6.18 e 3.4.6.21).

7.1.3. Que a SME monitore o cumprimento da programação de reformas previstas para os CEUs e unidades escolares (UE), pois somente 4,35% da meta para as reformas dos CEUs foi atendida e 4,22% da meta para as reformas das UEs foi atendida em 2021. As reformas das demais unidades escolares e CEUs estão previstas para serem realizadas até 2024. (itens 3.4.6.20 e 3.4.6.23).

7.1.4. Que a SME implemente ações no ensino municipal para possibilitar que o nível de alfabetização dos alunos da Rede Municipal de Ensino para o 2º ano apresente melhores resultados em 2022, uma vez que em 2021 apresentou o índice de 81,0%, registrando uma queda em comparação com os índices de 2018 / 2019, que ficaram em torno de 92,4%. (item 3.5.2.5)

7.1.5. Que a SME reavalie o uso dos dados de alunos que utilizem Transporte Escolar Gratuito (TEG) como parâmetro para o indicador compatibilidade bairro/residência para que o mesmo possa refletir o mais fielmente possível o número real de crianças e adolescentes que não estudam próximo às suas residências. (item 3.5.2.9).

7.1.6. Que a SME implemente ações no ensino municipal para possibilitar uma maior participação do alunos nas provas aplicadas pela SME, uma vez que a média de participação na Prova e Provinha SP do ano de 2021 foi de 76,21%, sendo que os piores índices foram dos 2º e 9º anos, que ficaram inferiores a 70% de participação. (item 3.5.2.10.i).

7.1.7. Que a SME implemente ações no ensino municipal a fim de que já em 2022 as disciplinas de ciências naturais e matemática para todos os anos (2º ao 9º) e de língua portuguesa para os anos finais (6º ao 9º), tenham resultados superiores ao de 2021, pois os maiores percentuais de notas nestas disciplinas tiveram sua avaliação no nível "abaixo do básico". (item 3.5.2.10.i)."

Instada a se manifestar sobre o relatório da Auditoria (peça 12), a Secretaria Municipal de Educação apresentou manifestação na peça 19 apenas em relação ao fornecimento de uniformes e material escolar e construção de unidades escolares.

Considerando as informações prestadas pela Origem, este Relator encaminhou o feito para a SCE para análise do acrescido (peça 21), tendo sido mantidas todas as conclusões apresentadas (peça 24). Regularmente oficiada (peça 25), a Procuradoria da Fazenda Municipal opinou pelo conhecimento e registro (peça 27).

É o Relatório.

Voto

No Relatório de Auditoria, a Subsecretaria de Controle Externo apresentou diversos aspectos que envolvem a gestão da Educação no Município de São Paulo, tendo como ponto de partida Relatório Consolidado de Funções de Governo da Prefeitura Municipal de São Paulo referente ao exercício de 2021 encaminhado pela Secretaria de Governo Municipal (SGM).

Antes de destacar os aspectos mais relevantes do Relatório de Auditoria, registro que o impacto da pandemia da COVID-19 na Educação, com suspensões das aulas presenciais nos anos de 2020 e 2021, ainda não está plenamente mensurado e muito menos superado. A recomposição das aprendizagens, o tratamento dos aspectos socioemocionais e a recuperação dos vínculos entre alunos, professores e escolas demandará tempo e ações abrangentes e específicas, com grandes desafios quanto à efetividade dos resultados para os estudantes e suas vidas futuras, o que deve implicar num acompanhamento adequado por parte desta Corte de Contas.

A Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP) atende em torno de 1 milhão de alunos (sendo 57,13% na Educação Infantil e 38,59% no Ensino Fundamental) em mais de 4 mil unidades escolares (sendo 37,3% da Rede Direta e 62,7% da Rede Parceira), contando com um quadro de pessoal de mais de 81 mil profissionais, abrangendo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Ensino Médio e Educação Profissional.

Foram empenhados para a Função Educação, em 2021, R$ 17,5 bilhões, dos quais foram liquidados R$ 13,7 bilhões. Do total executado (liquidado), 48,1% foram aplicados em despesas com pessoal e encargos sociais, 51,5% em outras despesas correntes e 0,4% em investimentos.

Quadro 2 – Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021. Em R$ milhões

Programa	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
3010 – Desenvolvimento e manutenção da educação	11.933	14.588	14.221	11.674	97,8
3025 – Apoio ao aluno	1.118	2.328	2.131	1.458	130,4
3024 – Suporte Administrativo	529	533	520	472	89,3
3011 – Modernização, desburocratização e inovação tecnológica do serviço público	146	272	226	86	59,5
3026 – Acesso à educação e qualidade do ensino – formação, avaliação e aprimoramento do ensino	89	379	372	17	19,2
3019 – Promoção do crescimento econômico e geração de postos de trabalho e oportunidades	31	24	19	14	46,2
3001 – Acesso à cultura	9	9	7	7	82,1
Subtotal	**13.858**	**18.137**	**17.499**	**13.732**	**99,1**
Outros	7	5	3	3	48,8
Total	**13.865**	**18.143**	**17.503**	**13.736**	**99,1**

Fonte: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 17.02.22. Programas de Governo que compõe a linha "Outros": 3022 – Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos; 3012 – Participação, transparência e controle social da administração pública.

Os programas de governo com maior aplicação de recursos foram "Desenvolvimento e Manutenção da Educação", com R$ 11,6 bilhões liquidados, e "Apoio ao Aluno", com R$ 1,4 bilhão liquidado.

Até 2019, os recursos destinados à Função Educação vinham aumentando. No entanto, em termos reais, em 2020 houve diminuição dos recursos e alguma recuperação em 2021. Houve variação também no número de alunos, com aumento em 2020 e redução em 2021. Assim, o custo aluno/ano vem sofrendo variação, especialmente no período da pandemia, culminando em R$ 12.751/ano ao final de 2021 ou R$ 1.063/mês.

Quadro 14 – Função Educação - Fases da despesa e custo aluno 2018 a 2021 Em R$

Fases	2018	2019	2020	2021	Δ% 2021/2018
Dotação inicial	11.840.367.016	12.853.546.654	14.062.385.980	13.865.564.376	17,1
Dotação atualizada	12.099.644.166	13.305.739.188	14.171.753.335	18.143.290.699	49,9
Empenhado	11.911.989.937	12.843.007.817	13.525.795.951	17.503.221.317	46,9
Liquidado	11.050.324.922	11.884.393.530	11.001.959.654	13.736.016.374	24,3
Pago	10.986.335.929	11.831.975.943	10.943.509.486	13.703.881.793	24,7
Nº de alunos	1.030.527	1.039.373	1.084.354	1.077.278	4,5
Custo aluno	**10.723**	**11.434**	**10.146**	**12.751**	**18,9**

Fontes: Ábaco (sistema de informações do TCM) – dados extraídos em 17.02.22. Foram considerados todos os gastos da Função Educação. SEI 061402981

	2018	2019	2020	2021	Δ% 2021/2018	Δ% 2021/2020
Custo aluno atualizado pelo IPC-SP (FIPE)	12.987	13.380	11.222	12.751	-1,8	13,6

Fonte: Elaboração própria

Apesar do volume de recursos investidos, as avaliações de aprendizagens demonstram que os alunos da Rede Municipal ainda não apresentam nível adequado de aprendizado, e isto apesar das dúvidas acerca da consistência na forma de aplicação das provas e respectivos resultados.

A comparação dos resultados alcançados na Provinha e Prova São Paulo de 2021, com os das últimas provas aplicadas pela SME traz dados preocupantes (as provas não foram realizadas em 2020, em função da pandemia de COVID-19). Antes de analisar os resultados, registro que, em 2021, a SME aplicou as provas no formato 100% digital, utilizando os tablets distribuídos aos estudantes da Rede Municipal. Em trabalhos específicos, a Auditoria deste Tribunal registrou diversas intercorrências na aplicação dessas avaliações, dentre eles, a participação dos alunos que, em alguns casos, ficou abaixo de 70%, o que compromete a precisão dos dados. Considerando o período de pandemia, estima-se que os alunos ausentes nas avaliações são justamente os alunos com maiores dificuldades de acesso e de aprendizagem. Sendo assim, é provável que os níveis de aprendizagem reais sejam ainda piores dos que os obtidos nas provas.

O índice de Proficiência de estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, uma aproximação para identificar dados relativos à alfabetização, mostram uma queda drástica no período pós-pandemia. Enquanto na Prova São Paulo 2018 o percentual de alfabetização era de 92,3% dos alunos e na Prova São Paulo 2019 era de 92,4%, na Prova São Paulo 2021 o percentual caiu para 81%.

Dos dados apresentados para 2021, com exceção da disciplina Língua Portuguesa para os anos iniciais, todas as demais disciplinas e etapas avaliadas concentram a maior parte dos alunos no nível "abaixo do básico".

Quadro 35 – Percentual de alunos por níveis das Provas realizadas pela SME em 2021 (%).

Nível	Conhecimentos Naturais		Língua Portuguesa		Matemática	
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais
Abaixo do Básico	51,50	56,60	35,00	42,53	50,28	53,30
Básico	31,40	31,03	39,38	37,18	34,30	34,93
Adequado	13,40	10,45	21,43	17,45	13,35	10,53
Avançado	3,70	1,93	4,20	2,85	2,08	1,25
Mediana	Abaixo do básico	Abaixo do básico	Básico	Básico	Abaixo do básico	Abaixo do básico

Fonte: Própria, com base na resposta SME – SEI 6016.2022/0040237-7 – doc. 063857919

Em 2019, a análise dos resultados da Prova São Paulo incorporou somente as matérias Língua Portuguesa e Matemática, e o nível que concentrou o maior percentual de alunos nos anos iniciais e finais foi o "básico" nas duas matérias. Desta forma, é possível afirmar que os resultados das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática apresentaram resultados piores em 2021, comparados aos resultados de 2019 – período antes da pandemia de COVID-19.

Outra forma de analisar os resultados das provas aplicadas pela SME é observando as notas obtidas pelos alunos que participaram das avaliações em 2021, em comparação com os resultados das provas realizadas em 2019. Com exceção dos resultados de Matemática para o 2º ano e Ciências Naturais para o 3º ano, todos os demais tiveram resultados inferiores em 2021.

Quadro 36 – Comparação das notas entre os anos de 2019 e 2021.

Ano Escolar	Língua Portuguesa			Matemática			Ciências Naturais		
	2019	2021	Diferença (2019-2021)	2019	2021	Diferença (2019-2021)	2019	2021	Diferença (2019-2021)
2º	152,7	152,0	-0,7	142,1	148,1	6,0	Não Aplicada		
3º	154,9	147,8	-7,1	152,3	145,0	-7,3	153,4	159,1	5,7
4º	179,7	160,7	-19,0	181,4	164	-17,4	166,8	159,3	-7,5
5º	195,8	173,3	-22,5	197,4	181,7	-15,7	189,4	180	-9,4
6º	205,6	182,5	-23,1	206,3	190,7	-15,6	204,8	189,2	-15,6
7º	216	191,3	-24,7	217,5	202,4	-15,1	217,5	198,9	-18,6
8º	227,7	199,1	-28,6	228,4	207,2	-21,2	229,4	210,1	-19,3
9º	234,4	203,1	-31,3	244,7	225,8	-18,9	234,9	212,9	-22,0

Fonte: Própria, com base na resposta SME – SEI 6016.2022/0040237-7 – doc. 063857919

Como se vê, ainda com dados apenas iniciais e sem a precisão necessária, a piora nas aprendizagens é evidente, demandando ações urgentes e direcionadas para a sua recomposição máxima possível de modo a garantir, da melhor forma viável e com as menores perdas, o direito desses alunos a um ensino de qualidade suficiente que os permita alcançar seus objetivos no futuro. A situação é grave e o problema é complexo, o que demandará tempo, recursos e comprometimento dos gestores públicos, escolas e profissionais da educação, sendo imprescindíveis diagnósticos precisos e individualizados, planejamento e a utilização de metodologias pedagógicas modernas, diversificadas e adaptadas.

Vale mencionar que durante a pandemia a SME optou por fornecer tablets e chips aos alunos como forma de tentar equalizar o acesso ao ensino a distância. No entanto, em trabalhos específicos, a Auditoria apontou que a SME não estava devidamente preparada para a aquisição, logística, recebimento, configuração e distribuição operativa de cerca de 500 mil tablets para os alunos da Rede Municipal de Ensino. Registro que a entrega desses equipamentos só foi finalizada no segundo semestre de 2021. Ademais, em Auditoria Programada para verificar a utilização dos tablets, mensurando sua efetiva utilização no processo de ensino – aprendizagem, concluiu-se, entre outras coisas, que houve baixa adesão dos alunos aos programas virtuais educacionais, não tendo sido encontrado um detalhamento da utilização do tablet no ensino híbrido e na recuperação de aprendizagem. Além disso, não há evidências de que foi realizado um planejamento pedagógico e gerencial a fim de que a aquisição dos tablets realmente facilitasse e impactasse efetivamente o processo de ensino – aprendizagem.

Fator crucial para a efetivação do direito à educação, o nível de evasão escolar aumentou 0,04% para o ensino fundamental e 0,26% para o ensino médio, em 2021, em comparação com 2020. Destaco que esses dados podem ainda estar bastante subestimados, sendo necessário identificar o percentual real de alunos que efetivamente frequenta as aulas regularmente. Ressalto ainda que, em relação a 2020, houve diminuição de 1.793 matrículas no Ensino Fundamental (-0,43%) em 2021, tendência já verificada ao longo dos anos.

Para a Educação Infantil, ainda carente de indicadores de qualidade e de aprendizagem, destaco que houve queda na taxa de universalização deste nível de ensino, sendo que em 2019 o percentual era de 77,82%, caindo para 76,46% em 2020 e caindo novamente, em 2021, para 76,40%. Reitero que a queda não é pequena e vai no sentido oposto ao desejado considerando a importância dessa etapa para o desenvolvimento e para o desempenho dos alunos nas etapas seguintes.

Especificamente na Rede Municipal de Ensino, houve aumento de 4.046 matrículas (+0,66%) na Educação Infantil, resultado de um aumento de 14.503 vagas na Rede Parceira e uma diminuição de 10.457 vagas na Rede Direta. Os dados demonstram que a demanda não atendida na Educação Infantil tem caído desde 2015. No entanto, ao final de 2021 ainda restava uma demanda reprimida de 595 vagas para creche. Não se tem elementos para esclarecer aquela queda de 10.457 na Rede Direta.

Quadro 22 – Demanda reprimida na Educação Infantil da RME-SP – 2015/2021.

Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Creche	75.194	65.040	44.092	19.697	9.670	649	595
Pré-Escola	3.595	1.269	143	69	115	20	0
Total	**78.789**	**66.309**	**44.235**	**19.766**	**9.785**	**669**	**595**

Fonte: Dados constantes no TC 008452/2021 e dados enviados pela SME (peça 09). Data base: 31.12.2021.

Vale destacar o crescimento da Rede Parceira 45,8 vezes maior do que o da Rede Direta entre 2015 e 2021. Essa constatação, somada aos descredenciamentos de 35 entidades da sociedade civil que mantinham creches da Rede Parceira devido a irregularidades constatadas pela Controladoria Geral do Município em 2020, demanda que a SME aperfeiçoe os controles internos e processos de fiscalização dessas unidades conveniadas.

Ainda em aspectos que impactam a aprendizagem, destaco que apesar de ter havido ampliação no número de crianças matriculadas em CEI parceira e no número de CEUs em funcionamento, houve redução no número de profissionais do magistério.

Quadro 9 – Programa 3010 – Indicadores de Produção x Recursos Financeiros.

Indicador	2018	2019	2020	2021	Variação 2018/2021 (%)
2828 - Crianças matriculadas em CEIs da rede parceira (unidade)	281.882	302.047	320.906	335.819	+ 19,1
2857 - Profissionais do Magistério (EF) remunerados (unidade)	30.754	30.244	29.399	28.533	- 7,2
2826 - EMEFs em funcionamento	547	547	548	548	+ 0,2
2858 - Profissionais do Magistério (EMEIs) remunerados	15.336	14.822	15.012	14.805	- 3,5
2856 - Profissionais do Magistério (CEIs) remunerados	12.503	12.568	12.239	12.446	- 0,5
4362 - EMEIs em funcionamento	569	558	558	560	- 1,6
4360 - CEIs em funcionamento	362	362	362	362	0
4364 - CEUs em funcionamento	46	46	57	58	+ 26,1
Recursos financeiros liquidados nas ações descritas (em R$ milhões)	9.277	9.725	8.818	10.795	+ 16,4

Fonte: SEI 061402981.

Ademais, apesar do aumento no número de servidores de 2020 para 2021 (passou de 76.122 para 76.354), esse acréscimo foi ocasionado principalmente pelo aumento no número de docentes contratados, que saltou de 1.611 em 2020 para 3.798 em 2021 (aumento de 136%). O número de docentes contratados vem sofrendo aumento desde 2018, enquanto o número de docentes efetivos vem sofrendo queda no mesmo período: desde 2018 tem-se 5.130 docentes efetivos a menos. Só no último ano, a diminuição de docentes efetivos foi de 2.758. Em princípio, os docentes selecionados por Concurso Público devem apresentar formação melhor do que aqueles contratados.

Quadro 25 – Quadro de Pessoal da SME.

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Magistério Municipal	**63.442**	**63.387**	**64.947**	**64.290**	**62.780**	**63.041**	**62.432**
Docentes Efetivos	59.616	59.621	63.235	63.649	62.102	61.277	58.519
Docentes Contratados	2.981	3.115	1.360	378	487	1.611	3.798
Docentes Admitidos	123	117	40	62	42	29	20
Docentes em Comissão	722	534	312	201	149	124	95
Cargos de Apoio à Educação	**15.968**	**15.360**	**15.001**	**13.999**	**13.245**	**13.081**	**13.922**
Agentes Escolares	4.657	4.326	3.952	3.619	3.301	3.125	2.953
Auxiliares Técnicos Educ. I/II – Efetivos.	8.018	8.185	7.874	7.602	7.235	7.056	8.145
Outros	3.293	2.849	3.175	2.778	2.709	2.900	2.824
Total	**79.410**	**78.747**	**79.948**	**78.289**	**76.025**	**76.122**	**76.354**

Fonte: Dados constantes no TC 008452/2021 e dados enviados pela SME (peça 08, fl.2). Data base: 31.12.2021.

Destaco também indicadores de produção em temas não diretamente ligados à aprendizagem, mas importantes para o apoio aos alunos e suas famílias. Nesse sentido, registro uma diminuição na quantidade de produtos entregues principalmente relacionados à distribuição de material escolar e uniformes em 2020 e 2021. Observa-se, nos últimos 4 anos de gestão, um decréscimo de 48,5% de alunos beneficiados com o fornecimento de

uniformes e material escolar pertencente à Educação Infantil e um decréscimo de 55,9% de alunos beneficiados pertencentes ao Ensino Fundamental.

Quadro 13 – Programa 3025 – Indicadores de Produção x Recursos Financeiros.

Indicador	2018	2019	2020	2021	Variação 2018/2021 (%)
6553 – Alunos beneficiados – alimentação escolar	1.015.000	1.020.000	1.039.000	1.065.000	+ 4,9
2850 – Alunos do Ensino Fundamental beneficiados pelo transporte escolar	44.677	40.103	36.280	38.974	- 12,8
2801 – Alunos beneficiados pela Alimentação Escolar com recursos do PNAE/FNDE	538.341	551.000	560.000	591.000	+ 9,8
2873 – Alunos beneficiados – Leve-Leite	307.000	310.000	320.000	406.874	+ 32,5
2816 – Alunos beneficiados com a distribuição de material escolar	509.153	521.433	58.589	224.714	- 55,9
2849 – Alunos da Educação Infantil beneficiados pelo transporte escolar	30.448	32.737	30.432	35.223	+ 15,7
2815 – Alunos beneficiados com a distribuição de material escolar	538.961	587.712	374.564	277.777	- 48,5
2848 – Alunos da educação especial beneficiados pelo transporte escolar	1.344	2.490	2.524	1.661	+ 23,6
Recursos financeiros liquidados nas ações descritas (em R$ milhões)	811	840	752	1.458	+ 79,7

Fonte: SEI 061402981.

Destacam-se de fiscalizações relacionadas ao programa de Apoio ao Aluno que, em julho de 2021, 70% do valor existente para a compra dos uniformes ainda não havia sido disponibilizado aos responsáveis legais, totalizando mais de 455.000 alunos que não receberam o crédito devido. Além disso, no novo modelo de fornecimento de uniformes a variação de preço é significativa. Registro que tramita nesta Casa Auditoria voltada ao acompanhamento da execução do fornecimento de uniformes escolares realizadas por meio do Edital de Credenciamento de 2020 (e-TCM 10403/2021). Ademais, determinei novo acompanhamento da execução de fornecimento de uniformes escolares para os alunos da rede municipal de ensino realizado no presente exercício de 2022, visando a) A obtenção de dados acerca da quantidade de empresas credenciadas, transações comerciais realizadas por cada uma, incluindo tabela resumo, por fornecedor, dos itens do uniforme adquiridos pelos pais e responsáveis; b) Prazos de entrega, levando em consideração as informações constantes no e-TCM 11742/2022, que trata de notícias sobre reclamações envolvendo o fornecimento de uniforme escolar para os alunos da rede municipal; e c) Comparativo da vantajosidade dos modelos, considerando os valores globais envolvidos, qualidade, avaliação dos pais e responsáveis (Pesquisa TCM).

Ante o exposto, considerando que a presente auditoria relativa ao exercício de 2021 da Função Educação cumpriu a sua finalidade, CONHEÇO e REGISTRO os resultados alcançados no processo em exame.

Acolho as propostas de Recomendações da Auditoria, com alguns ajustes de redação:

7.1.1. Que a Secretaria Municipal de Educação (SME) implemente ações no ensino municipal para possibilitar que as notas dos alunos no IDEP, que tiveram uma queda em 2021 de 17,11% comparando com os resultados de 2019, apresentem índices melhores nas provas a serem realizadas em 2022, de forma a atender as metas 23 e 24 do Programa de Metas de Educação 2021-2024. (itens 3.4.6.6, 3.4.6.12 e 3.5.2.10).

7.1.2. Que a SME monitore o cumprimento da meta de inauguração de novos CEUs e unidades escolares previstos para o quadriênio de 2021-2024, uma vez que em 2021 nenhuma unidade foi inaugurada. (itens 3.4.6.18 e 3.4.6.21).

7.1.3. Que a SME monitore o cumprimento da programação de reformas previstas para os CEUs e unidades escolares (UE), pois somente 4,35% da meta para as reformas dos CEUs foi atendida e 4,22% da meta para as reformas das UEs foi cumprida em 2021. As reformas das demais unidades escolares e CEUs estão previstas para serem realizadas até 2024. (itens 3.4.6.20 e 3.4.6.23).

7.1.4. Que a SME implemente ações no ensino municipal para possibilitar que o nível de alfabetização dos alunos da Rede Municipal de Ensino para o 2º ano apresente melhores resultados em 2022, uma vez que em 2021 apresentou o índice de 81,0%, registrando uma queda em comparação com os índices de 2018 / 2019, que ficaram em torno de 92,4%. (item 3.5.2.5)

7.1.5. Que a SME reavalie o uso dos dados de alunos que utilizem Transporte Escolar Gratuito (TEG) como parâmetro para o indicador de compatibilidade bairro/residência para que o mesmo possa refletir o mais fielmente possível o número real de crianças e adolescentes que não estudam próximo às suas residências. (item 3.5.2.9).

7.1.6. Que a SME implemente ações no ensino municipal para possibilitar uma maior participação do alunos nas provas aplicadas pela SME, uma vez que a média de

participação na Prova e Provinha SP do ano de 2021 foi de 76,21%, sendo que os piores índices foram dos 2º e 9º anos, que ficaram inferiores a 70% de participação, cabendo considerar que os alunos que se abstiveram de fazer as provas podem concentrar os mais vulneráveis e fragilizados para efeito de aprendizagem, o que interferiria nos resultados globais. (item 3.5.2.10.i).

7.1.7. Que a SME implemente ações no ensino municipal a fim de que já em 2022 as disciplinas de Ciências Naturais e Matemática para todos os anos (2º ao 9º) e de Língua Portuguesa para os anos finais (6º ao 9º), tenham resultados superiores ao de 2021, pois os maiores percentuais de notas nestas disciplinas tiveram sua avaliação no nível "abaixo do básico". (item 3.5.2.10.i).

Determino que seja aprimorado o Relatório elaborado pela Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias (SEPEP), já que este não foi suficientemente informativo para a realização completa da análise da Função.

Dê-se ciência da presente decisão aos interessados, nos termos regimentais.

Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 28 de setembro de 2022.

MAURICIO FARIA
CONSELHEIRO

III – VOTO EM SEPARADO DO CONSELHEIRO ELIO ESTEVES JUNIOR – REVISOR

Processo:	**TC/005932/2022**[17]
Interessada:	Prefeitura do Município de São Paulo
Responsável:	Secretário Municipal da Educação - Fernando Padula Novaes
	Secretária Substituta/SME – Malde Maria Vilas Bôas
Gestão:	Prefeito Bruno Covas (01.01 A 03.05.2021)
	Prefeito Ricardo Nunes (04.05 A 31.12.2021)
Relator:	Conselheiro Mauricio Faria
Revisor:	Conselheiro Substituto Elio Esteves Junior

ACOMPANHO o Eminente Relator, conhecendo, para fim de registro, dos resultados da Auditoria Programada para avaliar a **Função de Governo Educação relativa ao exercício de 2021**.

Na condição de **REVISOR** da matéria, **TRAGO** os seguintes **DESTAQUES**, e faço uma **SUGESTÃO** para a Auditoria da **Função de Governo Educação de 2022**:

1. GASTOS NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E AVALIÇÕES DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

1.1. Houve aumento de recursos e elevação do número de alunos no período compreendido entre 2018 e 2021**, da ordem de 18,9%, culminando em R$ 12.751/ano ao final de 2021 ou R$ 1.063/mês.**

1.2. Constata-se que resultado atingido em **2021 foi de 4,7 no IDEP** (Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana), representando uma **queda de 17,11%** comparando com os resultados de 2019, demonstrando-se que as **avaliações de desempenho** ainda **não apresentam nível adequado de aprendizado**.

1.3. Mesmo considerando o **aumento dos valores** gastos na Função Educação observado nos últimos anos, deve-se considerar o contexto da pandemia do COVID-19.

2. UNIFORMES/MATERIAL ESCOLAR

2.1. Segundo a Auditoria, as ações de fornecimento de **uniformes e materiais escolares, para os matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental** alcançaram **menos da metade da quantidade de alunos prevista no ano de 2021.**

[17] Ordem de Serviço 2021/05990

2.2. Em termos numéricos, isso representa **um decréscimo de 48,5% de alunos beneficiados com o fornecimento de uniformes e material escolar pertencente à Educação Infantil e um decréscimo de 55,9% de alunos beneficiados pertencentes ao Ensino Fundamental.**

2.3. Constata-se que o **novo modelo** de fornecimento adotado de **aquisição dos materiais e uniformes, não gera uma nova experiência benéfica aos alunos e responsáveis, e tampouco assegura a expansão e o aquecimento do comércio com a participação de diversos fornecedores.**

Veja-se pelo Relatório de Auditoria Extraplano (peça 37, TC 10403/2021), cujo objeto é o acompanhamento da execução do edital de credenciamento SME/COSERV/DIAL – NUMEL nº 001/2020, que dispõe sobre o credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento de uniforme escolar aos estudantes matriculados na rede municipal de ensino, comparando-se esse item nos anos 2018 até 2021:

> *No exercício de 2018, foi liquidado e pago o montante de R$ 108.266.984,91, referentes a 688.625 kits de uniforme fornecidos no ano letivo de 2018.*
>
> *No exercício de 2019 foi liquidado e pago o montante de R$ 102.651.360,31, referentes a 652.435 kits de uniforme fornecidos no ano letivo de 2019.*
>
> *No exercício de 2020, a Pasta a aquisição de uniforme passou a ser realizada pelos responsáveis dos alunos, diretamente na rede de estabelecimentos comerciais credenciados, mas, em razão da pandemia de COVID-19, não houve a aquisição de kits de uniforme escolar e liquidação e pagamento de valores.*
>
> *No exercício de 2021 foi mantido o modelo de 2020, mas, apesar da previsão de gasto no valor de R$ 251.615.000,00 para um universo de 650.000 beneficiários, apenas foi liquidado e pago o montante de R$ 112.767.458,22 (o equivalente a 44,8% do empenhado).*

Também, tal situação de desvantajosidade se constata no Relatório Conclusivo (peça 37, TC 9999/2021), sobre o acompanhamento da execução do Termo nº 246/SME/2020, para contratação de empresa fornecedora de meio de pagamento eletrônico, objetivando gerir os recursos públicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, destinados ao pagamento de fornecedores por ela previamente credenciados, em razão de transações relacionadas às atividades da Rede Municipal de Ensino, com diversas infringências, e a seguinte, especificamente (fl. 23, peça 37, TC 9999/2021):

> *Inicialmente, considerando os dados levantados até 15.07.2021, destacamos que do valor total estimado para compra dos uniformes (R$ 251.615.000,00), **o***

> ***montante de R$ 176.238.888,00 ainda não foi disponibilizado aos responsáveis legais (70%)**. (gn)*
>
> *Tendo em conta que o valor individual disponibilizado para a compra de uniformes é de R$ 387,10, temos que **455.280 alunos ainda não receberam o crédito devido**. (gn)*

2.4. **Não se constata vantajosidade nesse modelo, tanto no aspecto econômico, como social.**

2.5. Ressalte-se que **a falta de obrigatoriedade do uso de uniforme escolar no ensino fundamental nas escolas municipais prejudicou esse novo modelo de fornecimento**; desnaturou a política pública elaborada, e desviou as finalidades de estímulo ao comércio local, próximo aos alunos e responsáveis.

2.6. **O gozo da cidadania, expresso no benefício do fornecimento de uniformes e material escolar aos alunos, e a busca de preço de mercado eram efetivados,** de maneira mais vantajosa, na **forma global de contratação desses itens**.

2.7. Cabe ressaltar, que somente na **forma global de contratação, que está relacionada à discricionariedade do Poder Público,** é que se consegue fazer a realização de **ENSAIOS LABORATORIAIS** nos Uniformes e Materiais Escolares.

Essa é uma medida de **AFERIÇÃO DO USO DE RECURSOS PÚBLICOS**, incumbência de nível constitucional deste Tribunal, elemento componente do **gozo da cidadania**.

À guisa de exemplificação, sobre a **aquisição de uniforme escolares**, na regência da **forma global de contratação**, como utilizados nos períodos entre 2017 e 2019, foram feitos **ENSAIOS LABORATORIAIS** pelo **IPT** – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, foram apuradas divergências.

Para os **alimentos da merenda escolar** (feijão, filé congelado de polaca, cortes de frango, e leite em pó integral), também foram realizados **ENSAIOS LABORATORIAIS**, sobre as contratações de 2017 e 2018, pelo **ITAL –** Instituto de Tecnologia de Alimentos.

Ressalte-se que a realização de **ENSAIOS LABORATORIAIS** é meio instrumental e de apoio à **AFERIÇÃO DO CORRETO USO DE RECURSOS PÚBLICOS**.

2.8. Portanto, conclui-se que **há a possibilidade de a política pública no fornecimento de materiais e uniformes escolares não estar alcançando suas finalidades,** sabendo-se que a **forma global de contratação, que está, REPITO, relacionada à discricionariedade do Poder Público**, viabiliza a realização de **ensaios**

laboratoriais, no contexto da **obrigatoriedade do uso de uniformes escolares,** como medida de Cidadania, Segurança e Homogeneidade de Tratamento entre os estudantes.

3. SUGESTÃO: FUNÇÃO DE GOVERNO EDUCAÇÃO DE 2022

3.1. Como **sugestão** para elaboração do **Relatório da Função Educação de 2022**, com a plena retomada das atividades escolares, tendo a **pandemia do Corona-vírus sensivelmente arrefecido**, a realização de **ensaios tecnológicos antes da aquisição dos produtos,** a fim de atentar para a **qualidade dos alimentos e uniformes**.

É o registro do meu voto.

ELIO ESTEVES JUNIOR
Conselheiro Substituto Revisor TCMSP

HCMC/SMAS/ecg/